

A hand-drawn street map in white lines on a black background. The map shows a complex network of streets and buildings. Some street names are clearly visible, such as 'RUA DA TRINCEIRA', 'PASSELO GERAL', 'RUA DO CASAL', 'RUA DO DOUTOR', 'RUA DO S. FRANCISCO', 'RUA DO S. ANTONIO', 'RUA DO S. JOSE', 'RUA DO S. CARLOS', 'RUA DO S. JOAQUIM', 'RUA DO S. MARTINHO', 'RUA DO S. PEDRO', 'RUA DO S. SEBASTIAO', 'RUA DO S. VICENTE', 'RUA DO S. ANTONIO', 'RUA DO S. JOSE', 'RUA DO S. CARLOS', 'RUA DO S. JOAQUIM', 'RUA DO S. MARTINHO', 'RUA DO S. PEDRO', 'RUA DO S. SEBASTIAO', 'RUA DO S. VICENTE'. There are also some numbers and other markings on the map.

EDUARDO RODRIGUES VIANA DE LIMA

Organizador

PESQUISAS GEOGRÁFICAS:

idades, trabalho e educação

PESQUISAS GEOGRÁFICAS:
cidades, trabalho e educação



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora PRPG MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Eliana Vasconcelos da Silva Esvael (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos. Barbosa (Ciências Biológicas)

Eduardo Rodrigues Viana de Lima
(Organizador)

PESQUISAS GEOGRÁFICAS:
cidades, trabalho e educação

Editora UFPB
João Pessoa-PB
2018

Direitos autorais 2018 – Editora UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184
do Código Penal

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor

Impresso no Brasil. Printed in Brazil

Projeto Gráfico Editora UFPB
Editoração Eletrônica Clemente Ricardo Silva
Design de Capa Clemente Ricardo Silva
Imagem da Capa Paraíba do Norte - Projeto de alguns melhoramentos - F. Saturnino R.
de Brito - Planta apresentada pela Diretoria de Obras do Estado (1913)

CATALOGAÇÃO NA FONTE: Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

P474 Pesquisas geográficas : cidades, trabalho e educação / Eduardo
Rodrigues Viana de Lima (Organizador). - João Pessoa :
Editora UFPB, 2018.
206 p.
ISBN: 978-85-237-1323-2
1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Geografia do trabalho.
4. Educação geográfica. I. Lima, Eduardo Rodrigues Viana de.
II. Título.

UFPB/BC

CDU: 911

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



*Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 01/2017, financiado pelo
Programa de Apoio a Produção Científica - Pró-Publicação de Livros da Pró-Rei-
toria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
--------------------	----

Parte I

LEITURAS GEOGRÁFICAS DA CIDADE: Processos e Transformações em João Pessoa-PB. <i>Doralice Sátyro Maia</i>	11
--	----

A CIDADE NO DESPERTAR DA ERA HIGIÊNICA: a Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (final do Século XIX e início do Século XX). <i>Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá</i> <i>Doralice Sátyro Maia</i>	15
--	----

A PRAÇA E A FESTA: Projetos de Revitalização e a Cultura no Centro Histórico de João Pessoa. <i>Marina da Silva Teixeira</i> <i>Doralice Sátyro Maia</i>	33
--	----

ESPACIALIDADE E CENTRALIDADES: o Centro Principal de João Pessoa. <i>Andréa Leandra Porto Sales</i> <i>Doralice Sátyro Maia</i>	51
---	----

Parte II

GEOGRAFIA DO TRABALHO <i>María Franco García</i>	71
--	----

MOBILIDADE DO TRABALHO E PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM VITÓRIA DA CONQUISTA: a Memória Feminina dos Cafezais <i>Jemeffer Souza Lebrão</i> <i>María Franco García</i>	75
---	----

Parte III

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: Práticas Educativas e Formação de Professores <i>Antônio Carlos Pinheiro</i>	133
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O USO DAS GEOTECNOLOGIAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA <i>Eliane Souza da Silva</i> <i>Antônio Carlos Pinheiro</i>	135
O ESTUDO DO MEIO COMO METODOLOGIA PARA DISCUSSÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS: o Caso do Rio Cabelo <i>Guibson da Silva Lima Junior</i> <i>Pedro Costa Guedes Vianna</i>	153
OS MAPAS MENTAIS PARA LEITURAS DE MUNDO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA: experiências com Alunos da Escola Básica <i>David Luiz Rodrigues de Almeida</i> <i>Antônio Carlos Pinheiro</i>	175
SOBRE OS AUTORES	199

APRESENTAÇÃO

O livro ora disponibilizado para a sociedade, é um bom exemplo do que vem sendo produzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFPB, embora seja apenas uma pequena amostra dos muitos bons trabalhos realizados, já que somente um título não é o suficiente para abarcar a diversidade de temáticas abordadas no PPGG.

O mesmo foi organizado de forma que três áreas de pesquisa na Geografia pudessem ser apresentadas (Geografia Urbana e Histórica, Geografia do Trabalho e Educação Geográfica). Essas áreas estão muito bem representadas nessa obra, por resultados de pesquisas coordenadas e orientadas por pesquisadores de larga experiência nas temáticas, como são as professoras Doralice Sátyro Maia e Maria Franco Garcia, e o professor Antonio Carlos Pinheiro.

Entretanto, a apresentação dos resultados neste livro só foi possível, pela dedicação, esforço e competência dos pós-graduandos que efetivamente conduziram as pesquisas e conseguiram realizar trabalhos com a qualidade reconhecida pelas bancas examinadoras das dissertações.

Os resultados apresentados dão uma boa demonstração da capacidade que a Geografia tem de realizar importantes análises, sejam atuais ou de outros períodos históricos, sobre fenômenos com repercussão espacial.

Efetivamente se constituem em significativas contribuições para uma avaliação crítica de como a sociedade se relaciona com o espaço que ocupa, explora e produz, mas também representa um importante subsídio para a gestão e o ordenamento territorial, assim como para a formulação de políticas públicas.

Outra importante demonstração verificada nas contribuições apresentadas no livro, e que é restrita somente a algumas áreas do conhecimento, é a capacidade que a Geografia demonstra de ter recursos teóricos, epistemológicos e metodológicos de transmitir os conhecimentos necessários para diferentes níveis de aprendizagem.

Esse tipo de contribuição é particularmente facilitada pelo PPGG, haja vista que se constitui em um dos poucos programas de pós-graduação em Geografia do Brasil que tem uma linha de pesquisa em Educação Geográfica.

Espero que os leitores, docentes e pesquisadores que façam uso desta obra desfrutem de um material que reforce a importância da Geografia e motive a busca por obras similares.

Boa e proveitosa leitura.

Eduardo Rodrigues Viana de Lima

PARTE I

LEITURAS GEOGRÁFICAS DA CIDADE:

Processos e transformações em João Pessoa-PB.

Doralice Sátyro Maia

Os três capítulos que constituem a Parte 1 deste livro foram elaborados originalmente enquanto textos (capítulos) de dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Elegemos um capítulo de três trabalhos que versam sobre a cidade de João Pessoa-PB em temporalidades diferentes e que tratam de alterações no processo de urbanização. Além da minha coautoria nos artigos e do meu papel de orientadora, vale o registro sobre o percurso das três autoras: Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá, Marina da Silva Teixeira e Andrea Leandra Porto Sales. As mesmas iniciaram suas pesquisas ainda na graduação, no Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFPB. O projeto, sob a minha coordenação, intitulado “A Rua na Cidade Histórica: Cotidiano e espacialidade”, foi desenvolvido no decurso de 2003 a 2010.

A pesquisa consistiu em inventariar e analisar documentos históricos sobre a cidade estudada, no período do final do XIX às primeiras décadas do século XX, realizar levantamento do uso do solo das ruas que compõem a área denominada Cidade Histórica; área esta que corresponde àquela que demarca a cidade no período histórico anteriormente citado. Assim, trabalhou-se em duas perspectivas: a da Geografia Histórica, a partir dos documentos identificados (cartas, ofícios, relatórios, jornais, revistas), classificados e analisados de diferentes arquivos – Arquivo Histórico do Estado da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Arquivo Nacional; Arquivo do Exército Brasileiro; Núcleo de Informação e Documentação Histórica e Regional da Universidade Federal da Paraíba – e do levantamento empírico das ruas estudadas para identificar as suas mudanças, as suas permanências tanto morfológicas, no uso do solo e no cotidiano. Essa

pesquisa, portanto, possibilitou o contato inicial das três autoras com a pesquisa sobre a cidade de João Pessoa-PB.

A escolha pelos três capítulos e das três dissertações para comporem este livro justifica-se pela relevância dos estudos feitos e do seu ineditismo, já que até o momento não foram publicados. Uma outra razão é o desempenho das autoras egressas do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG).

A perspectiva da Geografia Histórica Urbana dá continuidade no projeto de Nirvana Sá ao eleger o Higienismo na Cidade da Parahyba como tema central. A dissertação elaborada pela autora revela as repercussões do ideário higienista nessa cidade, caracterizada por ser “pacata” e de pouca expressão no quadro urbano nacional, apesar da sua origem datar do Século XVI e ter sido sempre cidade, já que surge enquanto Cidade Real. Porém, ao comparar com a dinâmica de cidades próximas como Recife-PE, a história, pode-se dizer que passa por aqui mais lentamente ou deixando menos marcas. Os sinais, as mudanças, as rupturas ou as permanências sejam na sua morfologia, sejam nos costumes dos seus habitantes são fundamentais para a compreensão desta urbe.

Portanto, a análise do Movimento Higienista nesta urbe é algo que merecia ser estudado para revelar o que alguns duvidavam: houve Higienismo em João Pessoa, ou na então Cidade da Parahyba? Esta pergunta foi dirigida à Nirvana Sá no momento da sua qualificação. E a resposta está na sua dissertação e pode ser também encontrada no capítulo que ora se apresenta: “A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (final do Século XIX e início do Século XX)”. A pesquisa permite que a investigação por nós iniciada aprofunde a análise sobre o Movimento Higienista, as epidemias e as medidas sanitaristas implementadas na então Cidade da Parahyba.

Na pesquisa anteriormente mencionada - “A Rua na Cidade Histórica: Cotidiano e espacialidade” - estudamos as ruas, as travessas, os largos e também as praças que marcaram a Cidade Histórica. A denominação Cidade Histórica ou Tradicional está fundamentada nos

escritos de Henri Lefebvre. (MAIA, 2000). Tal nomenclatura é dada no sentido de expressar a cidade na qual o sentido e a finalidade das suas funções encontravam-se reunidos a todos os níveis da realidade: “alojamiento, inmueble, unidad vecinal, barrio, ciudad global” (LEFEBVRE, 1979, p. 176-177).

No que diz respeito a João Pessoa, a literatura consultada sugere que a vida imediata, nessa cidade, dava-se mais precisamente na área que se estende do Rio Sanhauá (Rio Paraíba) ao Rio Jaguaribe (MADRUGA, 1992). Dessa forma, a pesquisa citada deu-se sobre espaços públicos que se modificaram no processo de urbanização e que, nas décadas de 1980 e 1990, são eleitos para intervenções na perspectiva de requalificação ou revitalização. Ao mesmo tempo que se almeja devolver a característica de espaço público, já que algumas praças tinham sido completamente alteradas, muda-se a forma e também o uso destes espaços. No capítulo escrito com Marina Teixeira - “A praça e a festa: Projetos de revitalização e a cultura no Centro Histórico de João Pessoa – PB”, elegemos as três praças – Rio Branco, Ponto de Cem Réis e Anthenor Navarro – localizadas na então Cidade Alta do que havíamos denominado de Cidade Histórica.

No capítulo acima citado, expõe-se os projetos realizados pelos governos estadual e municipal para o Centro Histórico de João Pessoa e debruça-se particularmente nas ações realizadas no período de 2005 a 2014, debatendo temas que estão na pauta dos estudos urbanos: requalificação- revitalização dos centros históricos e *gentrification*. Todavia, com o objetivo de investigar os eventos culturais, são analisadas particularmente as festas promovidas pelo poder público na perspectiva da produção do espaço, ou seja, da leitura do Henri Lefebvre (2012), revelando, pois, as contradições inerentes da festa x espetáculo.

Continuamos tratando de João Pessoa, particularmente no que denominamos de Cidade Histórica. Observem que no capítulo inicial, remetemo-nos à Geografia Histórica da cidade para entendermos os processos iniciais de transformação que aí se deram desencadeados pelo

ideário higienista. No segundo capítulo, pudemos entender as repercussões dos projetos de revitalização nas principais praças e o seu uso cultural, revelando um olhar sobre a dinâmica urbana. O terceiro capítulo que integra esta parte do livro trata do que denominamos de Centro Principal da cidade. Na verdade, a pesquisa de mestrado de Andrea Porto Sales dá-se sobre o mesmo recorte espacial analisados por Nirvana Sá e Marina Teixeira, contudo em uma outra perspectiva espaço-temporal.

O capítulo intitulado “Espacialidade, historicidade e centralidades do Centro Principal de João Pessoa-PB” investiga a dinâmica urbana desta área da cidade, a partir da perspectiva da produção do espaço de Henri Lefebvre (2012), refletindo sobre as alterações na morfologia urbana, no uso do solo, nas funções espaciais e de modo mais amplo, na produção do espaço. Centro, centralidade, espacialidade são noções conceituais trabalhados pelas autoras. Examinamos a dinâmica morfológica, social e econômica da Área Central de João Pessoa, revelando como esta se transformou em Centro Principal.

Os três capítulos oferecem contribuições não só aos que estudam a cidade de João Pessoa-PB, mas aqueles que se dedicam aos estudos urbanos das mais diferentes áreas, muito embora seu enfoque parta da Geografia Urbana. O leitor poderá observar que, muito embora as três pesquisas revelem objetivos e preocupações teóricas diferentes, as mesmas não divergem, ao contrário, são convergentes e podem revelar a formação das autoras a partir do viés teórico-metodológico, que ilustra por conseguinte o percurso das pesquisas realizadas no Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb/UFPB/CNPq), particularmente da Linha de Pesquisa Geografia histórica: Morfologia Urbana e Cotidiano, como também do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPB.

A CIDADE NO DESPERTAR DA ERA HIGIÊNICA: A cidade da Parahyba e o movimento higienista (final do século XIX e início do século XX)

*Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá
Doralice Sátiro Maia*

A divulgação da higiene como único meio eficaz para a diminuição da ocorrência de epidemias no espaço urbano, por parte da elite e dos detentores do saber, leva ao entendimento de que o corpo, enquanto “sede de necessidades e de apetites; como lugar de processos fisiológicos e de metabolismos, como alvos de ataques microbianos e de vírus” (FOUCAULT, 2008, p. 25), necessita não apenas ser observado pelo olhar dos médicos, engenheiros e sanitaristas, bem como estar submetido a um campo de controle político, no qual as relações de poder têm alcance direto sobre eles. Esse alcance se fazia a partir da vigilância, da punição, e até mesmo do policiamento, a fim de que uma prática higiênica fosse posta na cidade, não só nos espaços físicos como nos hábitos da população. O controle social e o poder serão aqui analisados a partir das determinações higiênicas para a construção de equipamentos urbanos que favorecessem a higiene e a salubridade entre os habitantes da cidade.

Na ausência de um plano de reforma urbana, que caracterizasse uma verdadeira cirurgia urbana, destaca-se na Cidade da Parahyba implementações a partir das construções de alguns equipamentos, bem como algumas alterações na sua morfologia.

Neste sentido, várias são as normatizações que se dão na Cidade da Parahyba, dentre as quais destacamos a construção do primeiro cemitério público no ano de 1854; a construção, instalação e reforma dos hospitais entre finais do século XIX e início do século XX; a (re) construção e/ou reforma da cadeia e dos matadouros; e ainda a instalação do primeiro serviço de abastecimento de água no ano de 1912. Estes serviços representam não só a busca por higienização como também o

ideal de modernidade que promove alterações na mesma, sob os preceitos de higienizar, sanear e embelezar.

MEDIDAS SANITÁRIAS UTILIZADAS NA CIDADE DA PARAHYBA

Para evitar que a população de menor poder aquisitivo transmitisse seus males à elite – já que a pobreza encontrava-se geralmente relacionada à falta de higiene – as autoridades, sobretudo os médicos, engenheiros e sanitaristas, buscavam maior intervenção nos espaços públicos, a fim de controlar essa ‘desordem’. Dessa forma, a saúde de um habitante da cidade não é mais responsabilidade unicamente sua e de sua família, visto que a enfermidade que possivelmente lhe acomete pode contagiar os vizinhos com maiores probabilidades do que ocorreria com um habitante de uma casa isolada no campo.

Vale salientar que, embora as mudanças na morfologia urbana na Cidade da Parahyba aconteçam principalmente na “cidade da elite”, elas também imprimem suas marcas na cidade habitada pelos pobres, ainda que muitos dos equipamentos reclamados pela população e pelos administradores, quando instalados, fossem limitados à área central da cidade, onde residiam os habitantes de maior poder aquisitivo.

Exemplo dessa limitação é o “saneamento da cidade” (o qual se referia à coleta de lixo) que é apontado nos jornais locais do ano de 1889 como um trabalho concluído na “cidade alta, achando-se hoje completamente limpos e transitáveis os seguintes pontos: Rua da Medalha; Ladeira do Goés; Rua da Matriz e das Pedras e Bêco do Carmo” (Gazeta da Parahyba. 1889).

A justificativa para que essas ruas tenham sido escolhidas em detrimento de outras está, segundo palavras do próprio jornal, no fato de que “sendo estes pontos de viação pública considerados como principais focos de infecção no entender da comissão médica” (Id. *Ibd.*). Percebemos, entretanto, que inúmeras outras reclamações expostas nos jornais denunciavam lugares considerados ainda mais insalubres e

arriscados no que diz respeito à transmissão de doenças, mas que não recebiam o serviço. Como se encontravam ocupados por uma população de menor poder aquisitivo, seu asseio ficava a cargo dos próprios moradores, ou simplesmente era dissimulado pelas autoridades médicas e pelos administradores locais.

Contudo, apesar da escassez verificada na oferta dos equipamentos urbanos e de serviços, tais como o de limpeza das ruas, a população tem seu cotidiano também modificado, principalmente pela punição ou mesmo pela ausência dos novos equipamentos urbanos, ou seja, daquilo que correspondia à imagem da cidade moderna.

Além da área edificada da cidade, outros espaços a ela associados, como os portos, foram objeto de controle por parte dessa elite do saber. Em janeiro de 1843 é decretada uma série de posturas que regulamenta as inspeções de saúde nos portos brasileiros, deste o estabelecimento de quarentena até a visita de um corpo de médicos a cada embarcação que chegasse a atracar no porto. Este regulamento de abrangência nacional tem o seu embate na Cidade da Parahyba, quando da observação de uma epidemia que a assolava, a qual fora creditada à vinda de embarcações provenientes da Província de Pernambuco.

As comunicações oficiais nos levam a perceber o controle social exercido a partir desta busca por salubridade, a qual provoca alterações também nas atividades econômicas, visto que Pernambuco e Parahyba possuíam importantes laços econômicos abalados graças à fiscalização dos portos e a quarentena.

De maneira geral, pode-se afirmar que as medidas sanitárias aqui utilizadas durante finais do século XIX e início do século XX compunham-se, principalmente, do controle sobre os hábitos da população e sobre a instalação de equipamentos urbanos e urbanização. Além disso, havia a tentativa de educar a população a partir de campanhas educativas sobre a obtenção de hábitos higiênicos, sobretudo com a criação de cadeiras de higiene nas escolas ou ainda das campanhas divulgadas através da imprensa e de folhetos educativos. O relatório do Presidente da Província

para o ano de 1855, por exemplo, expressa que foram distribuídos por toda a Província

[...] exposições contendo conselhos hygienicos, e outras prescrições medicas relativas ao modo de prevenir a peste e de tractar os affetados d'ella: mais de mil exemplares se tem espalhado pelo interior onde a ausência de facultativos e a falta de recursos d'arte juntas a celebridade com que o mal costuma atacar e destruir tornão summamente útil a vulgarisação e o conhecimento antecipado desses meios hygienicos e therapeuticos (RPP, 1855, p. 10).

Essas medidas voltavam-se não apenas para a divulgação dos hábitos higiênicos como meio eficaz para a prevenção de doenças, como tinham também o intuito de promover as benesses da vacina, a fim de convencer a população de que essa seria uma medida importante na prevenção, ao contrário do que pensava a maior parte da população que era avessa a esta prática. Quanto à vacinação, podemos dizer que este serviço ocorria frequentemente na Província como um todo, mas principalmente na Cidade da Parahyba. No entanto, o número reduzido de “puz vacinico” e a qualidade do mesmo é constantemente reclamado pelos administradores da cidade. Para exemplificar esta situação, nos valem das palavras do Presidente da Província, o qual afirma que apesar de existirem as laminas “em muitos indivíduos deixou de desenvolver a vacina [...] o que em verdade retarda um pouco os benefícios que podiam resultar desse preservativo” (RPP, 1853. s/p). As reclamações permanecem durante os anos subsequentes nos relatórios oficiais e nos jornais. Nesses relatórios, há tanto reclamações do descaso da população para com a vacina, como a ineficiência do serviço:

[...] a repugnância, que no seu emprego se encontra em grande parte da população, cuja intelligencia não aprecia devidamente os beneficos effeitos da vaccina, e outras da falta de zello, e dedicação dos agentes encarregados deste serviço, que em geral não são habilitados [...] Só o tempo,

e aumento da população, e os progressos da civilização, ajudados da acção da autoridade, poderão destruir preconceitos antigos e inveterados (RPP, 1857, p. 15).

Porém, vale considerar que essa “repugnância” era devida ao próprio método de inoculação da vacina, o qual era de difícil aplicação e dolorido, conforme nos conta Chalhoub (1996). Por conta disso, em 1863, o Inspetor de Saúde Pública escreve um amplo relatório acerca da vacinação, no qual, ao mesmo tempo em que culpabiliza a população, ignora as dificuldades que essa população vivia em relação à alimentação e à habitação, o que por si, favorece uma maior disseminação de doenças.

Os problemas e causas para a ocorrência de epidemias, revelados nos documentos, permaneceram na cidade por muitos anos e foram sendo eliminados ou resolvidos de forma paliativa, principalmente nas ruas principais da cidade, nas quais residia a elite.

Para tratar sobre os equipamentos na Cidade da Parahyba – de que forma foram criados ou modificados a partir do ideário de higienização e salubridade – citamos ainda um pouco da história da cadeia pública desta localidade. Como é sabido, a fundação de uma cidade no Brasil colonial dava-se a partir da instalação do pelourinho (símbolo da municipalidade) e da Casa de Câmara e Cadeia. Assim, a primeira cadeia da Cidade da Parahyba funcionava na parte inferior (sótão) da Casa de Câmara, localizada na Rua Direita.

Em relação à Cidade da Parahyba, sabemos que, no ano de 1853, houve uma solicitação para que a cadeia pública fosse assentada em outra localidade, a fim de que “o lugar escolhido para elle reúna todas as condições de salubridade” (RPP, 1853), uma vez que o lugar em que funcionava o prédio anterior foi considerado em “estado de ruína e asquerosidade”. Outros estabelecimentos constantemente submetidos à vigilância sanitária foram os hospitais e matadouros que, assim como os cemitérios e as cadeias, deveriam situar-se em áreas distantes da cidade.

Além destes estabelecimentos, medidas relacionadas diretamente à promoção da saúde pública foram tomadas, como “contractos com médicos,

que para esta Província queirão vir, provisão de medicamentos, gêneros de primeira necessidade, hospitais provisórios [...] são outras tantas medidas a tomar para moderar a acção maléfica das epidemias” (RPP, 1855).

Podemos observar que várias são as determinações que prescrevem que estes equipamentos estejam alocados nas áreas distantes da cidade, a fim de diminuir a ocorrência de epidemias, a exemplo da solicitação da construção do Lazareto na Ilha da Restinga. O qual em 1855 encontrava-se

[...] já quase concluída, posto que não completamente, todavia em estado de preencher o fim como a urgência e a distancia do lugar o permittirão. Seria conveniente, julgo mesmo indispensavel, a existência de um edificio separado para onde fossem removidos os que já por dias houvessem feito ‘quarentena’ a fim de evitar que tivessem contacto com os passageiros novamente sobrevividos. Em uma das extremidades da ilha, em distancia sufficiente existe uma casa que muito bem pode servir para este mister (RPP, 1855, p. 20).

Percebe-se a preocupação com a localização e também com o contato entre embarcações advindas de outros lugares e que porventura houvesse apresentado algum passageiro com febre, ou qualquer outro sintoma que remetesse a uma doença epidêmica. Para estes casos, exigia-se o isolamento e a quarentena. A construção do lazareto teve sua primeira solicitação em 1853, momento em que a província do Pará estava sendo acometida por uma epidemia “de caráter pernicioso” (Correspondência n.º 52. 1853. In: Arquivo Histórico do Estado da Paraíba).

A notícia de uma epidemia em qualquer província brasileira gerava o medo do contágio e, por sua vez, ocasionava algumas transformações nas cidades por parte das autoridades e dos moradores, com o intuito de evitar que a mesma se propagasse nesta localidade.

A construção do Lazareto tinha, portanto, o objetivo de recolher “os passageiros que para a Província vêm nessas embarcações: toda a correspondência e mais objectos n’ellas transportadas são sujeitos, e paixão por operações que a sciencia aconselha para que o seu contacto

não possa contaminar-nos” (RPP, 1855, p. 10). Deviam, pois, ficar em quarentena “os passageiros que daquela Provincia, ou dos outros portos vierem com navios de 15 dias de viagem” (Ministério do Império. 26 de julho de 1856).

Salientamos que a Ilha da Restinga foi escolhida como lugar destinado à construção Lazareto, por encontrar-se “a três legos distantes d’esta cidade, e um pouco da fos do Rio Parahyba e da Povoação de Cabedelo” (Idem. 22 de novembro de 1855), ou conforme descreve o mesmo relatório, este seria o lugar que melhores condições ofereceria “para garantia á população a invazão de qualquer moléstia pestilencial que nos venha por importação. A quatro legoas desta cidade, ao norte da barra, completamente isolada, e sempre bem ventilada, considero-a com todas as condições hygienicas para nella permanecer o hospital marítimo” (Ministério do Império. 1872).

Outras medidas são tomadas, ainda em relação à epidemia que assolava a província do Pará neste ano: a convocação de uma junta médica, que deveria apontar medidas sanitárias; as quarentenas de todos “os navios de vella ou vapôr que chegassem a este porto vindos do Norte”; visitas médicas; condução e fiscalização das malas e ainda a ordenação para que fosse construída uma enfermaria provisória no Quartel de Polícia e uma ordem “mandado apressar a conclusão da obra do Hospital Militar que se está edificando n’esta Cidade, limpar as ruas removendo para longe os lixos immundos que algumas continham, asseiar as fontes publicas, mandar igualmente remover o matadouro publico para o edificio já construído pela Provincia para esse fim, e ordenei o acabamento do cemitério que breve será entregue a seu destino (Ministério do Império, 1855).

No entanto, os recursos da província não eram suficientes para que todas as medidas fossem tomadas, já que encontramos algumas destas mesmas determinações ao longo dos anos que se seguem, exigindo que o Presidente da Província, nesta mesma comunicação, solicite do Ministério do Império um aumento nas rendas destinadas à salubridade pública da Parahyba, com o intuito de que essas obras tivessem “promptidão

conveniente, á fim de serem concluídas com brevidade como recommenda a prevenção” (Idem).

Em 1864 uma comissão é enviada à Ilha da Restinga com o objetivo de observar as condições do edifício do dito lazareto, que se encontrava sob a fiscalização do comandante da Fortaleza de Cabedelo, “sem, contudo poder este exercer uma fiscalização conveniente em favor do edifício, por ficar separado d'elle pelo mar distante de meia legoa, e ser a ilha posto que deserta, muito freqüentada por caçadores, pescadores e tiradores de madeira” (Ministério do Império, 1864). Em razão da dificuldade de fiscalização apresentada no dito documento, bem como da maré, que constantemente solapava o prédio em que funcionava o lazareto, o mesmo apresentava problemas na sua construção. Depois de acurado exame, a comissão supracitada averigua que não havia possibilidade de consertar o edifício onde funcionava o lazareto e que o mesmo encontrava-se perto de desabar, já que houvera sido edificado sob “esteios, se achão estes cerceados ao res do chão e a frente do lado do poente rasada e abatidas a ponto de já não poderem abrir as portas” (Idem).

Outros problemas seriam identificados ainda em relação a este estabelecimento, como por exemplo, a falta de uma condução que transportasse os doentes até a referida ilha. Estes foram os motivos para que, alguns anos depois, em 1878, o lazareto localizado na Ilha da Restinga ainda fosse alvo da atenção dos administradores locais:

[...] o lazareto da ilha da Restinga, destinado ao recolhimento dos doentes d'esta espécie [acometidos de febre amarela], e a quarentena dos navios procedentes de portos infeccionados, jaz em completa ruína, e absolutamente imprestável, de sorte que vemo-nos privados do meio efficaz de obstar a importação de alguma epidemia, ou de obviar a sua propagação (RPP, 1878, p. 11).

Como solução, o presidente “considera de utilidade a reconstrução do Lazareto, não só para as quarentenas, como para o tratamento dos marinheiros que foram atacados da febre amarella ou de qualquer outra

epidemia.” (Idem). Além deste, havia um hospital montado no Convento de São Francisco pelo governo, que na verdade tratava-se de uma enfermaria que foi aí estabelecida para receber os acometidos de febres, principalmente de varíola.

No entanto, o mesmo não estava isento de reclamações, a exemplo da falta de pessoal e de material, o que fazia com que os doentes continuassem a ser tratados no Hospital da Santa Casa. Quando do fechamento desta enfermaria, no ano de 1874, momento em que se encontrava “terminada a epidemia de febre-amarela que grassou na tripulação dos navios surtos no porto d’esta capital” os enfermos que aí ainda estavam sendo tratados foram transferidos para o Hospital da Santa Casa e o material utilizado transportado para o Lazareto “com destino ao tratamento de indigentes accommettidos da varíola” (Ministério do Império. 1874). Além disso, entre janeiro e maio de 1883, foi aberta uma enfermaria provisória no sítio Cruz do Peixe, ou seja, durante a ocorrência da epidemia de varíola na Cidade da Parahyba.

No início do século XX, cabia à Santa Casa de Misericórdia não só a administração do referido hospital e do cemitério público, como também da “Egreja de Misericórdia que é a séde da nossa irmandade, a Capella do Cemitério Público e a Capellinha do Hospital de Santa Anna, na Cruz do Peixe” (RSCM, 1906, p. 12). Neste ano, o serviço hospitalar a cargo da referida instituição continuava a ser feito “pelo estabelecimento de Santa Isabel, annexo á Egreja e sede da administração, pelos de Santa Anna e Azylo de Loucos, na Cruz do Peixe, onde também ha duas casas separadas que servem de enfermarias para variolosos e doentes de camara de sangue.” (Idem). A partir da análise destes documentos, podemos afirmar, portanto, que a Santa Casa possuía, além do hospital que levava a sua denominação, os hospitais de Santa Anna e de Santa Isabel.

Ao Hospital de Santa Isabel eram recolhidos os acometidos de moléstia curável e que fossem considerados indigentes. Entre as medidas tomadas para a melhoria higiênica dos referidos hospitais, encontramos a caiação nas enfermarias, uma limpeza completa em todo edifício e pintura

interior e exterior, além da retirada do forro da enfermaria destinada às mulheres “por achar-se podre e prestes a desabar” (Id. *Ibd.*).

Na enfermaria mencionada, houve ainda a substituição de peças de madeira que compunham as portas e o telhado; além de “reparos nas cornijas, no pavimento térreo e nas portas, janellas e camas. Fizemos encomenda de vinte camas de ferro que estão se preparando nas oficinas do Sr. Coronel José da Bahia, pois ocasiões têm se dado em que não são suficientes para os recolhidos os leitos existentes.” (Idem, p. 14). Todas estas medidas tinham o intuito de manter este hospital higiênico e, principalmente, de dotá-lo da estrutura necessária para receber os inúmeros doentes que o procuravam na época de surtos epidêmicos.

Além destas, a medida mais solicitada foi a remoção do dito Hospital para o sítio denominado ‘Cruz do Peixe’. Enquanto esta medida não era tomada, uma atitude paleativa foi a transeferência dos “enfermos de variolas e elephantiasis ou morphea, existentes nas enfermarias deste Pio estabelecimento” para o ‘Sítio do Cruz do Peixe’, no qual encontrava-se já instalado o ‘Asylo de Sant’Anna’, aí localizado por situar-se em área distante da zona habitada da cidade. (Ministério do Império. 1889).

O Relatório do Presidente da Província no ano de 1906 declara ainda que o ‘Cruz do Peixe’ seria favorável à instalação e acomodação do hospital por ser dotado de abundantes fontes de água potável, “offerecendo, além de outras vantagens que se pode logo prever, a commodidade de se estabelecer uma lavanderia que proporcionará o asseio indispensavel n’um ambiente infeccionado, como é o Hospital, que participa, em condições especiaes, dos defeitos e perigos das habitações collectivas” (RSCM, 1906, p. 16). Em relação à economia que se faria com esta remoção, acreditamos que esta ocorria graças à proximidade com o Hospital de Santa Anna.

No Hospital de Santa Anna, que também funcionava sob a administração da Santa Casa de Misericórdia, eram tratados “os acommettidos de molestias infecto-contagiosas e de marcha demorada” (RSCM, 1909, p. 30). No início do século XX, o mesmo apresentava-se “em condições mais tristes do que o de S. Izabel, encontrámos este

hospital, cuja falta de tudo era absoluta. Em relação a elle, fizemos o que nos foi possível.” (Idem, 1906, p. 14). Suas condições eram “de todos nós bem conhecidas, e, como o de S. Isabel recorgita de enfermos numa promiscuidade comdemnável” (Idem, 1911, p. 17).

Os doentes que aí faleciam eram sepultados em seu próprio cemitério, com o intuito de evitar que os corpos fossem transportados pelo centro da cidade até chegar ao Cemitério Senhor da Boa Sentença. Este cemitério de ‘Santa Anna do Cruz do Peixe’ era “edificado por trás das Enfermarias, com a distancia de tresentos metros mais ou menos” (RSCM, 1906, p. 54). No entanto, por falta de condições físicas, o Provedor da Santa Casa recebeu, em 1907, uma ordem para que os mortos deste hospital passem a ser enterrados no Cemitério Senhor da Boa Sentença. Para cumprir a referida determinação, ordenada pelo Presidente da Província, sem atentar contra a saúde dos habitantes da capital, o mesmo fornece ao hospital de Santa Anna “um caixão próprio para a conducção dos cadáveres” (Idem, p.54).

No ano de 1909, o então Provedor da Santa Casa propõe algumas reformas que se faziam necessárias para a manutenção da higiene da cidade e, principalmente, para o bom funcionamento dos hospitais e dos cemitérios a cargo da Santa Casa de Misericórdia. Em relação a estas reformas, o provedor afirma duas delas terem sido as mais importantes: a primeira seria a construção de um hospício de alienados, e a segunda, a transferência dos enfermos do Hospital de Santa Izabel para as enfermarias do Hospital de Santa Anna, ambos situados no Cruz do Peixe (em virtude da distância geográfica com a parte mais habitada da cidade).

Sugere-se ainda que haja uma ampliação nas dependências dos mesmos, “addicionando novas enfermarias ás que já existem naquelle aprasivel arrabalde” (RSCM, 1909, p. 30). Seguindo o mesmo direcionamento, o director do Serviço Sanitário em seu relatório fez considerações a respeito dessa mudança, a fim de apoiar a proposta do então provedor da Santa Casa. Ambos concordam, portanto, que esta mudança seria benéfica para a cidade, à medida que retira do centro

Um foco de emanações nocivas á saúde publica, qual não pode deixar de ser um recinto onde se recolhem diariamente leprosos e enfermos de variadas moléstias. Realizada que seja a trasladação faltada poder-se-ia aproveitar o edificio contiguo á Igreja da Misericórdia, para estabelecer-se nelle um collegio de orphãs. E constitue essa idéa a terceira reforma de máxima utilidade (Idem, p. 31).

Em relação à quantidade de internações nestes hospitais, observamos, a partir dos citados relatórios, que ambos os hospitais, ou seja, o Hospital de Santa Isabel e o de Santa Anna, mantiveram-se lotados nos últimos anos, “não exaggeramos dizendo que, quando em qualquer das enfermarias vaga um leito, é este disputado com uma exigência que commove” (Idem, p. 32). Tal afirmação mostra o grande número de acometidos por doenças na cidade, exigindo a criação de inúmeras determinações, legislações e mudanças no que concerne a adequação desta cidade à higiene e a saúde, a fim de evitar as ditas doenças e males epidêmicos que assolavam seus moradores.

Além dos doentes da cidade, vale considerar que o número de internos nesses hospitais era acrescido dos moradores de outras localidades, não só daqueles advindos do interior da província, como também dos estados vizinhos. Todos estes fatos justificavam a inauguração de um novo hospital, o qual deveria estar “dentro dos moldes da planta que lhe foi traçada pelo habil e competente Engenheiro” (RSCM, 1909, p. 30). Além disso, a construção do novo hospital levaria à destruição do Hospital de Santa Isabel, conforme requisitado em muitos trabalhos e relatórios, já que esse era considerado um “perigo público”, por ser o local onde se realizavam todos os trabalhos de cirurgias, embora estivesse alocado em área central da cidade, indo de encontro às regras higiênicas e de saúde que se acreditava na época.

Temos notícia ainda de um outro hospital que chegou a existir na cidade, no entanto, não nos foi possível obter maiores dados sobre o mesmo. Sabemos que este estabelecimento, o ‘Hospital Inglez’, existiu na cidade e foi fechado por motivo que desconhecemos, sendo posteriormente reaberto

em 1863, momento em que, de acordo com o secretário do Governo ao Ministério do Império, começou a desenvolver-se no porto desta cidade a epidemia de febre amarela, que atingiu os tripulantes de navios ingleses que estavam atracados no dito porto. Estes foram recolhidos ao Hospital de Caridade a fim de serem tratados.

A importância da obra está no fato de oferecer aos estrangeiros, que porventura fossem acometidos de algum mal epidêmico e se encontrassem em solo paraibano, o tratamento necessário para a cura. Ademais, o dito hospital “acha-se acomodado em um dos pontos da Cidade Baixa, o mais conveniente, não só por sua elevação acima das casas mais próximas, como também por dominar livremente a vista do porto, onde ancorão os navios, pelo que fácil e prompta se torna a comunicação recíproca entre elle e os navios” (Id. *Ibd.*). Embora tenhamos a notícia desta determinação para a reabertura do referido hospital, não temos a confirmação de sua realização.

A inexistência de um hospital estrangeiro fazia com que os doentes fossem tratados ou no Hospital da Santa Casa ou ainda em casas de particulares (quando podiam arcar com as despesas desta internação). Havia casos ainda em que os doentes chegados a bordo de navios no porto desta cidade, fossem tratados dentro das próprias embarcações, o que apesar de ser considerado prejudicial à saúde pública, fazia-se necessário visto a falta de condições de transporte até o Lazareto ou para outros estabelecimentos. Apenas em meados da década de 1860 é criado o ‘Hospital Ingles’, também situado no sítio denominado ‘Cruz do Peixe’, no qual seriam tratados os estrangeiros que fossem acometidos de qualquer doença contagiosa. Poucas são as informações sobre o dito hospital, o que nos impede um tratamento mais detalhado acerca do mesmo, contudo, a sua existência, mesmo que aparentemente breve, reflete a necessidade de isolar os acometidos de doenças e, sobretudo os estrangeiros, em hospitais distantes da área habitada da cidade, decerto com a intenção de diminuir o contágio e a disseminação de doenças, que estes “forasteiros” poderiam transmitir aos moradores da cidade e a “boa gente” que nela habitava.

Outros estabelecimentos necessários à vida na cidade e que sofreram transformações a partir das medidas higiênicas foram os matadouros, os açougues e os depósitos de lixo. Todos estes deveriam situar-se em áreas distantes, tais como “[na] cidade alta, o Forte, e a casa da pólvora ao Norte, e no Varadouro o Zumbi, e o porto da gamelleira ao Sul” (A Regeneração. 10 de março de 1862. In: AHEPB).

As determinações nos ajudam a perceber, por exemplo, de que forma se dava a manutenção da higiene nos matadouros e mercados em que havia a venda de carne. A Lei 877 de 1º de dezembro de 1888 determina que

Art. 13. As carnes penduradas nas paredes e portas das casas públicas [...] estarão sempre encostadas sobre panos de linho, ou algodão branco e assejadas, que deverão ser mudadas diariamente e não serão penduradas das portas para fora. [...] Art. 26. É proibido [...] sob o solo lançar imundícies (Documentos Avulsos. AHEPB).

Vários são os documentos que versam sobre a existência de matadouro público em lugar não propício:

[...] o matadouro público no lugar em que estava era summamente inconveniente e prejudicial tanto pela falta d’ágoa tão necessária em estabelecimentos desta natureza, como pela sua posição collocada em uma das ruas da Cidade e quase a barlavento d’ella para onde por consequente eram muitas vezes trazidos os miasmas que d’elle emanavão, e que tão nocivos erão à saúde publica, contractou o fazimento de um novo matadouro em lugar, que apesar de ter também alguns inconvenientes que não desconheço, me parece com tudo o mais apropriado ao fim para que foi escolhido (RPP, 1855, p.21).

Esse mesmo documento, divulgado no ano de 1855, trata de questões de administração dos equipamentos, os quais deveriam encontrar-se sob determinação ou da Câmara Municipal ou da Santa Casa de

Misericórdia. O relatório afirma que, tal qual o antigo matadouro que era de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, este novo também o deveria ser, no entanto, afirma o dito engenheiro: “não me achando, porém autorizado para assim dispôr de um edifício público em benefício da Santa Casa, entreguei o novo matadouro a Camara Municipal a quem por Lei compete a sua administração” (RPP, 1855, p. 21). Assim, no final deste mesmo ano, “realizou-se a mudança do matadouro público para o novo edifício, e segundo a opinião de pessoas profissionais muito deve essa transferência concorrer para a pureza e salubridade do ar que aqui respiramos nêsta Cidade” (Id. *Ibd*, p. 09).

No ano seguinte, quando foi criada pelo governo a Junta Central de Higiene, “novas posturas municipaes foram elaboradas, prohibindo a venda de gêneros em maõ estado e tomando outras prescripções á bem da boa alimentação do povo” (PINTO, 1910, p. 122). Irinêo Pinto refere-se ainda a este equipamento ao citar que, no ano de 1855, “o matadouro publico da capital, situado pouco acima da igreja do Bom Jesus, nas Trincheiras, julgado inconveniente e prejudicial á saúde publica foi logo mudado para o recém construido, além da ponte do Sanhauá, sendo entregue a sua direcção e propriedade á Camara Municipal pela Lei N. 11, de 08 de novembro de 1855” (PINTO, 1910, p. 123). Mesmo com a afirmação de Pinto, no ano de 1855, quatro anos depois, o matadouro era reclamado por parte das autoridades, as quais apontam

[...] falta daquelle edificio e de um lugar em que descar-
nem as rezes trazidas do sertão com destino ao consumo
[...] De modo que, obrigadas as rezes a um longo trajec-
to, e mortas cançadas, logo que aqui chegão, não é para
admirar, que só attribua á carne enfezada, que come a
população, boa parte das molestias que a affligem.

Esta afirmação nos leva a inferir que o recém-construído matadouro, citado pelo autor, teve seu período de existência limitado. No ano de 1863, a Lei N.º 84, promulgada no dia 30 de outubro regulamenta de que forma deveria ocorrer a venda de carnes na cidade. Esta lei define que

“o carniceiro será obrigado a conservar sempre limpos o cepo, balança e balcão, assim como a ter sempre varridos o pateo e a casa do açougue, sob pena de multa” (Jornal ‘O Tempo’, 1863, s/p. AHEPB). Os estabelecimentos destinados à venda de carne deveriam ainda cumprir a determinação de terem a casa “caiada e limpa, e dentro de tres meses depois da publicação das presentes posturas á fazer substituir as portas da referida casa por grades estreitas e de ferro ou madeira” (Idem).

Neste mesmo ano, 1863, encontramos uma correspondência escrita pelo Inspetor de Saúde Pública da Província ao Ministério do Império, na qual o referido afirma ser o matadouro uma das principais causas da ocorrência de doenças, reclamando, pois, “enérgicas e promptas medidas a fim de que seja removido da localidade em que se acha” (Ministério do Império. 1863. AHEPB). Todas as medidas representam bem o pensamento e o desejo por controlar a venda de carnes entendida como um dos principais meios de infecção e transmissão de doenças, embora não tenhamos a confirmação de que forma a população consegue se adequar a dita postura, o fato de a encontrarmos, nos ajuda a entender e averiguar o pensamento higienista e sua influência sobre as alterações que se deram no espaço urbano da cidade e, sobretudo, no cotidiano dos seus moradores.

A criação de hospitais, cadeias, matadouros e cemitérios descritos aqui, fazem parte de um conjunto de medidas que visava a promoção da saúde, a prevenção de doenças e, principalmente, à adequação do espaço urbano da Cidade da Parahyba, a fim de que fosse evitado que as epidemias, sobretudo a febre amarela, a varíola e a cólera dizimassem um número ainda maior de pessoas.

Além dos equipamentos urbanos, outro elemento fundamental na estrutura e dinâmica da cidade é o fornecimento de água. As águas sempre foram um motivo de preocupação, senão o maior deles, para que a salubridade na cidade fosse mantida. Nesse sentido, várias são as determinações e medidas sanitárias que versam sobre, não apenas o abastecimento de água, a partir da limpeza das fontes, cacimbas e chafarizes,

como também a reclamação do serviço de abastecimento, importante elemento de análise para o Movimento Higienista, a promoção da saúde entre os habitantes da cidade e, as alterações que se derem na cidade a fim de torná-la moderna, higiênica e bela.

A análise documental utilizada ao longo deste trabalho nos leva a considerar que o Movimento Higienista, sobretudo durante os séculos XIX e primeiras décadas do século XX, favoreceu uma alteração no espaço urbano das cidades em geral. E, consequência disso, também provocou alterações na área urbanizada da Cidade da Parahyba que, embora apresentasse uma dinâmica de menor intensidade do que outros centros urbanos do mesmo período tem, na imagem destes grandes centros um modelo, sobretudo na das grandes cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, por exemplo, ou nas cidades europeias. Uma representação do que deveria ser entendido enquanto progresso. Em vista disso, era essa imagem de progresso e de Modernidade que os administradores da Cidade da Parahyba, juntamente com a elite, desejavam para a Parahyba: o progresso e a Modernidade que, por sua vez, encontravam-se diretamente ligados à promoção da higiene e da saúde pública.

REFERÊNCIAS

AHEPB: Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado.** 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO: Correspondências disponíveis em acervo do Arquivo Nacional.

PINTO. Irineu. O Cholera Morbus na Parahyba. In:
Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
n.º 02. 1910.

RPP: Relatório dos Presidentes das Províncias.

RSCM: Relatórios da Santa Casa de Misericórdia.

A PRAÇA E A FESTA: Projetos de revitalização e a cultura no Centro Histórico de João Pessoa

*Marina da Silva Teixeira
Doralice Sátyro Maia*

Este capítulo é resultado da dissertação de mestrado intitulada: “O processo de degradação e revitalização dos espaços públicos: usos e apropriações das praças no centro histórico de João Pessoa-PB”. A pesquisa tratou dos projetos de revitalização de espaços públicos do Centro Histórico de João Pessoa, especialmente a partir dos anos 1980, focando três praças: Rio Branco, Ponto de Cem Réis e Anthenor Navarro.

A discussão presente neste texto é fruto da reflexão sobre o “uso cultural” dos espaços públicos e da análise de algumas experiências vividas ao longo da pesquisa. Parte-se de uma contextualização dos projetos de revitalização que ocorreram no Centro Histórico de João Pessoa, particularmente no que diz respeito às transformações ocorridas nos usos das praças em questão. A partir de situações vivenciadas em campo, realização de entrevistas e pesquisa documental, discute-se a realização de festas e eventos nos espaços públicos do Centro Histórico e sua relação com os processos de espetacularização e *gentrification*¹ presentes nos centros urbanos. Com a contribuição de Henri Lefebvre (2012), problematizam-se os chamados “espaços de lazer” e as festas, bastante comuns nas propostas de uso dos equipamentos públicos como as praças. Procura-se, então, trazer a descrição do campo e qualificá-la com a análise das práticas a partir dos conceitos trabalhados. A problemática gira em

1 Apesar de ser cada vez mais recorrente na literatura acadêmica e nos discursos, a tradução “gentrificação” para o termo *gentrification* ainda é controversa, assim como sua substituição por “enobrecimento” (LEITE, 2002, p. 131), por isso, fizemos a opção de manter o original em inglês.

torno de iniciativas e ações de diversos segmentos como empreendedores e produtores culturais; poder público, na figura do Governo Estadual e Prefeitura Municipal e suas respectivas secretarias; agentes e coletivos da sociedade civil, organizados ou não; seus conflitos e avanços na construção do espaço urbano e do espaço público.

PROJETOS E AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA (1987-2002)

No Brasil, apesar da institucionalização de uma política relativa à preservação de bens culturais ter ocorrido a partir de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), foi durante as décadas de 1980 e 1990 que surgiram políticas patrimoniais específicas e intensificaram-se as ações de preservação e revitalização de sítios históricos (SCOCUGLIA, 2004, p. 48). A partir da década de 1970, a questão da preservação do patrimônio ganha complexidade na medida em que ocorrem profundas transformações políticas e econômicas no país, com rebatimentos na produção do espaço urbano. A expansão da malha urbana das médias e grandes cidades, combinando crescimento e adensamento populacional, tem relação com a perda relativa das funções e usos de seus centros tradicionais, implicando em processos de degradação física e social de seu espaço. Com isso, diversificam-se as demandas e as respostas aos problemas urbanos relativos aos centros históricos. Durante a década de 1980, por exemplo, alargaram-se as discussões sobre a definição de patrimônio cultural e as finalidades e os limites do tombamento, incorporando outros tipos de edificações ao valor de patrimônio nacional. Ao mesmo tempo em que se buscava ampliar a noção de patrimônio e estimular a participação social através da colaboração entre Estado e sociedade, as práticas específicas de revitalização de centros históricos deram visibilidade a esse patrimônio, (re)valorizando-o (SCOCUGLIA, 2004, p. 58).

A fase que Heliana Vargas e Ana Luisa Castilho (2006) identificam como “reinvenção urbana”, consolidada nas décadas de 1980 e 1990

na Europa e EUA, expande-se globalmente e chega aos demais países através de parcerias entre órgãos internacionais e governos locais. Em muitos casos, os projetos de revitalização eram fruto de estratégias de agregar valor à economia das localidades e atrair investimentos privados para os locais degradados. Inúmeros centros tradicionais de cidades brasileiras foram alvo de projetos de revitalização com a justificativa de estimular o uso cultural das áreas antigas e, com isso, promover a geração de empregos e renda. Se, por um lado, projetos desse caráter têm obtido sucesso em valorizar e estimular os usos dessas áreas antigas, por outro lado, muitas experiências vêm sendo criticadas justamente por promoverem ou acentuarem o processo de *gentrification*, ou seja, excluírem a camada mais pobre da população – que geralmente habitava e fazia uso das áreas centrais degradadas – em nome da criação da imagem e espetacularização do espaço urbano, tornando essas áreas atrativas para as elites econômicas e políticas.

Chegamos à questão de como a cultura vem sendo “a bola da vez” dos planos de revitalização. Ora, estamos tratando do plano da representação do espaço (LEFEBVRE, 2012) e a quem ela serve: à dominação política e econômica que, não por acaso, costumam andar juntas. A cultura é assim entendida como uma valiosa mercadoria em tempos de acumulação flexível – a ponto de se falar em indústria cultural –, e nada mais interessante que se criar o consenso de que ela é a saída e a solução dos problemas dos antigos centros urbanos degradados. Assim, estimula-se a aceitação de que a revitalização é inevitável e “os resultados quanto à recuperação física, econômica e social das áreas degradadas compensariam socialmente a expulsão de habitantes e pequenos negociantes” (SCOCUGLIA, 2004, p. 69).

O debate sobre o espaço público é central nessa discussão, na medida em que esses projetos e intervenções costumam ter como alvo principal a criação ou promoção do uso “público” do patrimônio, seja dos edifícios ou de áreas “abertas” como praças, largos e ruas. Como problematiza Rogério Leite (2002, p. 49), ainda que se predomine uma

lógica de enobrecimento, usos e “contra-usos” podem apontar a construção de lugares com sentidos que não se resumem ao mero consumo, por exemplo. Lembrando Lefebvre (2012), embora a dominação do espaço tenda a vencer a batalha, não se pode esquecer, na teoria e na prática, da possibilidade de apropriação.

Jovanka Scocuglia (2004) considera o período de 1987-1996 como sendo da invenção do Centro Histórico de João Pessoa. De fato, foi a partir da criação do Convênio Brasil/Espanha para a realização de estudos e elaboração de projetos de proteção e revitalização que se intensificaram as intervenções nessa área, podendo se falar da invenção do conceito de Centro Histórico nas políticas e no cotidiano da cidade. Nesse período, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCH), constituída por representantes de instituições participantes do convênio, responsável por elaborar, conduzir e acompanhar os trabalhos, e um documento chamado de Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987) foi elaborado.

Diante do diagnóstico e elaboração de relatórios concluídos no final de 1987, a Comissão enfrentou dificuldades na implementação das diretrizes do plano de revitalização, sobretudo pela falta de apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, responsáveis pelas contrapartidas financeiras definidas no Termo de Cooperação Técnica. Os entraves burocráticos associados aos conflitos com segmentos da população local, especialmente comerciantes, contribuíram para que a implantação do projeto fosse mais lenta que o previsto (SCOCUGLIA, 2004, p. 169-170).

Houve uma primeira tentativa frustrada de revitalização da Praça Anthenor Navarro em 1988, por haver conflito entre comerciantes que eram contra o fechamento da área para a circulação de veículos e pela dificuldade em se retirar o posto de gasolina que funcionava no local. Apesar disso, essa área do bairro Varadouro continuou sendo alvo das ações de revitalização e, até o início dos anos 2000, consolidou-se como principal lócus das intervenções que ocorreram no centro histórico.

É interessante notar que essa parte da cidade sofreu, durante o início do século XX, intensa modificação em sua paisagem. A praça foi construída a partir do alargamento da Rua Maciel Pinheiro e da Rua João Suassuna, substituindo o antigo beco que as ligava ao Largo São Frei Pedro Gonçalves. A área passou por uma modernização do seu casario, com a substituição de velhos sobrados comerciais oitocentistas por edificações que começavam a adotar alguns elementos da arquitetura de vanguarda da Europa de então - o *Art Nouveau* e o *Art Déco* (SCOCUGLIA, 2004, p. 85).

A característica de área predominantemente comercial e o posterior processo de esvaziamento das funções habitacionais marcaram o Varadouro e a Cidade Baixa até os dias atuais. A função comercial diurna conviviu com a presença de bordéis, que funcionavam durante a noite, dando ao local a “fama de zona de prostituição”, especialmente na Rua Maciel Pinheiro e Rua da Areia. Durante as décadas de 1950 e 1960, acentuou-se então “a imagem do centro da cidade como área de risco, despovoada e marginal durante a noite” (SCOCUGLIA, 2004, p. 98). Na verdade, devemos considerar que a função residencial não foi completamente perdida, uma vez que famílias de menor poder econômico habitam principalmente a Rua da Areia e as comunidades Porto do Capim, Vila Nassau e Frei Vital, localizadas na área do antigo porto à margem do Rio Sanhauá.

Jovanka Scocuglia (2004) considera o período de 1996-2002 como representativo da “reinvenção do lugar”, uma vez que se intensificaram as ações de revitalização, especialmente nos arredores da Praça Anthonor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Influenciada pelo exemplo das experiências consideradas bem sucedidas no início da década de 1990, no Pelourinho, em Salvador, e no Recife Antigo, através de parcerias entre o poder público e empresas privadas, iniciou-se a reforma da praça e do casario. Houve a retirada do posto de gasolina que funcionava no local, as instalações elétricas e telefônicas foram modernizadas, as edificações foram reformadas e as fachadas foram pintadas com cores fortes e, através da negociação dos aluguéis, novos empresários passaram a

se estabelecer nos casarios (SCOCUGLIA, 2004, p. 176). Apesar de ampla divulgação nos principais meios de comunicação da cidade e crescente apelo da opinião pública pela ação de revitalização, ela não se deu sem conflitos, principalmente entre os gestores e os comerciantes resistentes à transformação do local.

O fato é que as ações de revitalização deram visibilidade a esta área da cidade. Se de um lado havia a intencionalidade de reforçar certa imagem de cidade, aproximando João Pessoa à tendência das políticas econômicas das grandes cidades, por outro, houve de fato o estímulo e a diversificação dos usos no centro histórico. Nos primeiros anos após a reforma da praça e do largo, a Prefeitura promoveu, por meio da Fundação de Cultura de João Pessoa (FUNJOPE), uma intensa programação cultural no local, a exemplo da prévia carnavalesca e dos festejos da Paixão de Cristo. Os bares passaram a ocupar as calçadas e a própria praça com mesas e o lugar era frequentado por intelectuais, políticos, artistas, enfim, o que “ajudava a dar a esse trecho da cidade uma imagem artificial de área enobrecida” (SCOCUGLIA, 2004, p. 183). Houve uma imediata valorização imobiliária, percebida através do súbito aumento dos aluguéis. Ao mesmo tempo, nesse processo também se deu visibilidade aos problemas desta área da cidade, provocando e propiciando a atuação mais incisiva da população local nos rumos do patrimônio cultural.

É necessário frisar que embora seja importante a realização de projetos culturais, que promovem o uso do patrimônio cultural, frequentemente eles produzem resultados ambíguos, muitas vezes insuficientes para melhorar de forma eficiente a condição real da vida das pessoas que já habitam ou fazem uso dessas áreas então desvalorizadas e precárias da cidade. A efemeridade e descontinuidade de muitos desses projetos, influenciadas pela alternância de conjunturas políticas, faz com que alguns resultados positivos não sejam duradouros. Além disso, a questão habitacional, apontada como fundamental para o sucesso de uma requalificação urbana, não tem sido tratada de maneira incisiva pelo poder público ao longo desses anos.

EXPERIÊNCIAS RECENTES DE REVITALIZAÇÃO E O PORVIR: Algumas reflexões

Intervenções emblemáticas ocorreram entre 2009 e 2010 em dois espaços públicos significativos no contexto da Cidade Alta: a Praça Vidal de Negreiros ou Ponto de Cem Réis e a Praça Rio Branco. Localizadas estrategicamente entre a Rua Visconde de Pelotas e a Avenida Duque de Caxias, estando relativamente próximas entre si, configuram dois exemplos distintos de reformas empreendidas pelo poder público, apesar de haver confluências na intencionalidade das mesmas. Devemos ressaltar que “no espaço público, além de se conflitarem interesses públicos e privados, às vezes entram em controvérsia diferentes órgãos da própria administração pública, pelo exercício do poder no espaço que cada um tenta defender e, em alguns casos, impor” (SOBARZO, 2004, p. 72). Lembrando-se de conceitos propostos por Lefebvre (2012), o que costuma ocorrer é a prática espacial dos “usuários” dos espaços públicos – que é justamente o que os definem enquanto tais – ser alterada pelas decisões normalmente levadas a cabo pelo Estado, na figura do poder municipal ou do próprio prefeito. Essas decisões, atuando no nível da dominação (no plano das representações do espaço), não raro desconsideram a importância simbólica do espaço, no plano do vivido e da apropriação, servindo assim para legitimar o interesse de grupos específicos ou uma visão particular dos rumos que deve tomar a cidade.

A Praça Vidal de Negreiros, conhecida como Ponto de Cem Réis, apesar de estar inserida na Poligonal de Área Rigorosa pelo tombamento do IPHAEP e na Poligonal de Entorno pelo tombamento do IPHAN, decretados em 2004 e 2007, respectivamente, passou por uma reforma que modificou totalmente seu desenho urbano anterior. Porém, essa não foi a primeira reforma radical que aconteceu ali. As obras de modernização ocorridas na cidade nas décadas de 1920 e 1930, em especial o saneamento da Lagoa e seu entorno em 1937, visavam a ampliação da malha viária que ligaria o centro às áreas de expansão. Assim, João Pessoa seguia os exemplos das demais cidades, privilegiando a circulação do transporte

motorizado, com a criação de avenidas largas e *parkways*. No final da década de 1960, o bonde, que já vinha sendo cada vez menos utilizado, deixa de existir, fazendo com que o Ponto de Cem Réis perdesse de vez sua principal função. Na década de 1970, o então prefeito Damásio Franca realiza a construção de um viaduto que corta a praça, com a justificativa de melhorar o fluxo de veículos da Cidade Baixa para a Lagoa. O viaduto, que recebe o nome do prefeito, foi celebrado por políticos e pela imprensa por representar o progresso e a modernidade, mas trouxe consequências negativas no que diz respeito às sociabilidades que ocorriam no lugar, uma vez que a via aberta restringiu o espaço da praça e representou um obstáculo entre a mesma e o Paraíba Palace Hotel. A fragmentação da praça, dada pela ligação viária entre a Rua Guedes Pereira e Duque de Caxias, desfavoreceu os pedestres e impedia a concentração da população em grandes festas e eventos como ocorria anteriormente, restando apenas a porção leste como convidativa à presença, especialmente por ser arborizada, contrastando com a aridez do restante do espaço.

Acompanhando a já sinalizada tendência da transformação do centro, na medida em que a cidade expandia-se, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a praça foi perdendo seu “prestígio”, apesar de continuar sendo um local bastante frequentado. As lojas e serviços voltados para as classes mais abastadas foram sendo substituídas por um comércio popular e informal. A presença de usuários de drogas, prostitutas e crianças praticando pequenos furtos reforçavam o estigma de deterioração do espaço e de insegurança no Centro. Durante o primeiro mandato do prefeito Ricardo Coutinho (2005-2008), foi feita uma proposta de redesenho do Ponto de Cem Réis e a reforma foi finalizada no começo do seu segundo mandato, no dia 4 agosto de 2009, véspera do aniversário da cidade. A obra foi anunciada como parte do Programa de Revitalização de Praças e Parque do Governo Municipal, executada pela Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), com investimento da ordem de R\$1.763.148,23. Encobriu-se o viaduto, transformando-o em um túnel, de modo que o piso da praça fosse nivelado em uma única pavimentação de lajotas de concreto. A praça conecta-se, então, com o

trecho da Avenida Duque de Caxias que vai da Praça João Pessoa até a Igreja da Misericórdia em uma espécie de calçada, ficando restrita a circulação de automóveis à Rua Visconde de Pelotas. A sua nova configuração é uma extensa área livre, com poucos bancos e poucas árvores, localizados nas bordas, além do busto em homenagem a André Vidal de Negreiros.

A justificativa mais evidente dessas modificações é a retomada da possibilidade de realização de grandes eventos com aglomeração de pessoas, o que, aliás, passou a ser parte das políticas culturais da prefeitura a partir de então, promovendo festas e shows no período noturno, já que a ausência de sombra e de mobiliário dificulta a permanência de pessoas durante o dia. Apesar disso, o lugar tem movimentação intensa no período diurno, motivada pela concentração de comércio e serviços populares em seus arredores.

A reforma da Praça Rio Branco, ocorrida entre 2009 e 2010, foi realizada pelo IPHAN em parceria com a Prefeitura de João Pessoa, com recursos da ordem de R\$400 mil por meio do Programa de Aceleração do Crescimento de cidades históricas (PAC Cidades Históricas), do Governo Federal. A justificativa para essa intervenção foi a importância da área com a presença de edifícios de valor histórico a arquitetônico e o resgate do uso público da praça. A Praça Rio Branco era, originalmente, um largo aonde se concentravam funções administrativas do período colonial e do Império, na Cidade Alta. A “modernização” da cidade, ao longo do século XX, comentada anteriormente, também teve consequências nos usos da praça. Até antes da reforma, a principal função da mesma era servir de estacionamento sombreado para veículos, que tinham espaço demarcado no piso da praça.

Com o projeto de revitalização e a reforma, foram instalados bancos e iluminação baixa, além da elevação do nível da continuidade da Rua Barão do Abiaí, impedindo a circulação de carros. Neste curto tempo, a praça se configurou como importante ponto de encontro, especialmente nos finais de semana, sendo alvo de projetos culturais promovidos pelo governo municipal e pela população, como é o caso do “Sabadinho Bom” e do “Beco Cultural”. O

projeto vem sendo realizado desde 2011 e consiste na apresentação de grupos de samba e choro nas tardes de sábado, reunindo uma grande quantidade de pessoas. Durante e após as apresentações musicais do “Sabadinho Bom”, acontecem atividades no “Beco Cultural Philipéia”, localizado na Rua Braz Floriano, conhecida como “beco” em frente à Cachaçaria Philipéia. A Associação Cultural Beco da Philipéia é responsável pela programação composta normalmente por apresentações de músicos e artistas locais, mestres da cultura popular e grupos folclóricos. Com isso, a praça – que passou a ser chamada carinhosamente de “Praça do Chorinho” – tem reafirmado seu lugar de referência na antiga Cidade Alta, abrigando outras atividades culturais, além do uso cotidiano por trabalhadores e passantes que descansam nas cadeiras e se abrigam do sol embaixo das árvores.

Embora o projeto tenha tido sucesso em promover e intensificar o uso do espaço, não significa que embates e conflitos não aconteçam. Não se trata também de atribuir todo o mérito às estratégias institucionais, pois de fato há uma diversidade de pessoas que frequentam, fazem uso e se apropriam da praça de diversas maneiras no cotidiano, como: moradores do centro, moradores de diversas partes da cidade, vendedores ambulantes, artistas, produtores culturais, turistas e assim por diante. Muitas vezes é a própria ausência ou presença da ação do poder público que provoca as contradições. Por exemplo, em situações como a proibição da circulação de carros com som mecânico na área, existe a intenção de preservar a característica do projeto, mas, ao mesmo tempo, isso impede que algumas pessoas frequentem o local. A regulação tem efeitos positivos e negativos, pois na medida em que organiza, sugere que somente aquela proposta é possível para o uso do espaço.

A REALIZAÇÃO DAS FESTAS NO CENTRO HISTÓRICO E A PROPOSTA DO “CIRCUITO CULTURAL”

Doralice Maia (2000, p. 251), ao explorar o significado das festas, lembra que elas estão presentes em toda a história da humanidade, desde

tempos remotos aos dias atuais, nas mais diversas civilizações. Ainda que haja a tendência de transformação da festa em espetáculo e mercadoria na sociedade capitalista, a autora entende que a “festa, no seu sentido genuíno, representava momentos de explosão, de alegrias, de total prazer na vida cotidiana” (MAIA, 2000, p. 254). No Brasil, as festas que acontecem de maneira periódica, como o Carnaval e as festas juninas, estão intimamente ligadas ao calendário religioso e também aos costumes rurais (MAIA, 2000, p. 257). Na região Nordeste, atribui-se uma importância muito grande a esses momentos de festa, estando evidente sua relação com o dia-a-dia, com o imaginário e a vida concreta da população. Porém, mais uma vez, devemos lembrar que os significados e as práticas, mesmo os mais “tradicionais”, transformam-se na medida em que a sociedade também se transforma.

É cada vez mais frequente nas cidades, seja de porte grande, médio ou pequeno, a realização de eventos, promovidos pelo poder público e pela população, durante essas e outras comemorações. Em João Pessoa, destaca-se, além das citadas, a realização da Festa das Neves, quando se comemora o aniversário da cidade e o dia de sua santa padroeira da Igreja Católica. Embora caibam estudos mais detidos sobre as diversas dimensões contidas em cada uma dessas festas, nosso objetivo aqui é abordar como esses eventos fazem parte da constituição do Centro Histórico e articulá-los à discussão sobre o processo em curso de (re)invenção deste espaço, em especial mostrando como eles provocam e intensificam o uso dos espaços públicos, principalmente das praças.

Desde que se iniciaram os esforços de revitalização do Centro Histórico, na década de 1980, as festas tradicionais passaram a ocorrer novamente nessa área da cidade. Em um primeiro momento essas festas acontecem no bairro Varadouro, ou Cidade Baixa, nas imediações da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Com a reforma do Ponto de Cem Réis, transferiram-se as grandes atrações para a Cidade Alta, o que provocou uma relativa diminuição da “movimentação cultural” no Varadouro, que apesar disso persiste até os dias de hoje. Especialmente durante as festas que ocorrem em espaços públicos do Centro Histórico,

é possível perceber a conformação de um “circuito”, utilizando o termo de José Guilherme Magnani (2002), articulado pelo “uso cultural” do espaço. Durante a Festa das Neves, por exemplo, a programação oficial ocorre não apenas no Ponto de Cem Réis, mas também na Praça Rio Branco, na Praça Dom Adauto, na Lagoa e em frente à Catedral. As ruas e avenidas principais da Cidade Alta ficam tomadas por barraquinhas de comida e bebida, vendedores de brinquedos e até um parque de diversões é montado temporariamente na rua. A atração de pessoas é tão grande que a movimentação da festa extrapola os espaços delimitados para que ela ocorra. Os bares localizados na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, que não são locais “oficiais” desta festa, oferecem programação para que as pessoas, especialmente do público jovem, sejam atraídas também para o Varadouro.

Isso não acontece apenas durante a Festa das Neves. Sempre que há um evento ocorrendo em outro local da cidade, normalmente na praia ou na Cidade Alta, os bares do Varadouro são a opção do “*after*”², como se referem alguns jovens pessoenses, especialmente para o público “alternativo”³. Podemos pensar que a Praça Anthenor Navarro e imediações, particularmente durante as noites dos finais de semana, se configuram como um “pedaço”, nos termos de José Guilherme Magnani (2002).

O Centro Histórico, mais especificamente o Varadouro, é visto pelos produtores culturais, pelos artistas e pelo público “alternativo” como um local estratégico para apropriação. Formulam-se discursos, ações e parcerias no sentido de fortalecer esse entendimento e, com isso, consolidar-se a ideia de que ali é o “pedaço alternativo” da cultura na cidade. A popularização da internet e a massificação das redes sociais têm papel fundamental nesse processo. Através dessas redes, artistas,

2 Gíria utilizada para denominar o prolongamento, a continuação da festa em outro local.

3 Por “alternativo”, entendemos o público que afirma não gostar e consumir os produtos divulgados em massa pela grande indústria cultural, embora saibamos que o “alternativo” também é capturado pelo mercado.

coletivos e associações divulgam amplamente suas ações e discursos, criam campanhas e conseguem atingir um público considerável por um veículo diferente da grande mídia, que costuma privilegiar os produtos e artistas da indústria cultural. Portanto, a presença de bares, restaurantes e sedes de grupos, entidades e associações com atividades ligadas à cultura no entorno da Praça Anthenor Navarro não é acaso.

Outra grande festa que acontece na cidade e que tem o centro histórico como um dos “palcos” principais é o Carnaval. Durante a “Folia de Rua”, que em João Pessoa ocorre uma semana antes dos festejos oficiais, blocos carnavalescos tomam as ruas, propondo a realização de “trajetos” (MAGNANI, 2002) nos bairros. No Centro Histórico, além de blocos menores, acontece o “Bloco do Cafuçu”, na sexta-feira que antecede o sábado de Carnaval, concentrando milhares de pessoas nos arredores da Praça Dom Adauto. Nesse caso, além do bloco de arrasto, ocorre uma grande aglomeração de pessoas em torno de um palco principal. Em 2012, foi formado o “Bloco Vai Tomar no Centro”, que propôs um trajeto no Centro Histórico, iniciando no “Beco” e terminando na Praça Rio Branco. Esse bloco tornou-se interessante para nós, pois partiu da ressignificação da praça após sua revitalização.

O surgimento de propostas desse tipo demonstra a intenção de reforçar a ideia da existência de um “circuito cultural” no Centro Histórico. De fato, entre os dias 24 de abril e 11 de maio de 2014, ocorreu um evento chamado de “Circuito Cultural”, promovido pelo coletivo Varadouro Cultural e Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). A proposta promoveu a articulação de diversos agentes e envolveu uma série de empreendimentos culturais que se localizam no Centro Histórico. O palco principal do evento foi armado na Praça Anthenor Navarro, com apresentações musicais de artistas locais e nacionais.

A recorrência desse tipo de evento no Centro Histórico reforça a ideia de que este é também um espaço de lazer e não só de trabalho ou comércio. Conforma, portanto, uma centralidade em torno da cultura, ou do uso cultural do espaço, ampliando para o restante do Centro

Histórico essa característica já reconhecida no Varadouro. Isso estimula e reforça a presença de estabelecimentos e instituições ligados a esse meio, como bares, restaurantes, casas de show, estúdios, grupos de teatro, etc. Ainda que não se possa reconhecer uma predominância desse tipo de estabelecimento em relação aos demais, podemos identificar a presença desse “circuito” e tentativas de fortalecimento do mesmo.

Esse processo não ocorre de maneira homogênea, linear e sem contradições. Os próprios agentes culturais denunciam uma ausência de apoio do poder público a “iniciativas privadas” ligadas à cultura. Em entrevistas, ouvimos o discurso de que há uma “resistência” desses “pequenos empresários” no Centro Histórico. Quando nos aproximamos dessas pessoas e iniciativas, percebemos que não se tratam de grandes empresários com a possibilidade de realizar grandes investimentos. Para se manterem, precisam enfrentar desafios, como o esvaziamento do Centro, estão submetidos a assaltos, etc. Recorrem, portanto, as táticas de fortalecimento, formando coletivos e associações, realizando parcerias com as comunidades de moradores do entorno, utilizando ferramentas como as redes sociais para divulgar suas ações, pressionando o poder público por apoio, e assim por diante. Muitos estabelecimentos não “resistem” e acabam fechando as portas, o que explica uma grande “rotatividade” em alguns locais como na Praça Anthenor Navarro e Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Os agentes que atuam no Centro Histórico intensificam o debate sobre a sua importância como lugar de cultura e lazer na cidade. Para algumas dessas pessoas, como os produtores culturais, ou seja, aqueles que trabalham promovendo eventos culturais, a separação entre lazer e trabalho não está muito nítida. Eles criam uma relação afetiva com o lugar e fazem a escolha política de atuar ali.

Em algumas situações evidenciam-se conflitos de interesse entre grupos e classes sociais. Uma polêmica recorrente que envolve diversos discursos e entendimentos por parte dos variados agentes culturais é a realização de eventos de grande porte no Centro Histórico. De um lado, há aqueles que se colocam contra, entendendo que eventos desse

tipo servem a uma massificação da cultura, além de causar danos ao patrimônio edificado. De outro lado, há quem defenda a realização de eventos “populares” que não agradem somente à classe média e à “elite cultural” da cidade. O Centro acaba sendo o local mais “democrático” para isso, pela questão da acessibilidade.

Recentemente, vimos este debate ganhar fôlego quando a atual gestão na Prefeitura reduziu a realização de shows e eventos culturais no centro histórico. Segundo justificativas oficiais, a Prefeitura atende a recomendações de segurança ao restringir o público no Ponto de Cem Réis. Com isso, justifica-se a decisão de cancelar atividades que ocorriam no Centro e transferi-las para a praia, que supostamente comporta o grande público. Essa decisão desagradou especialmente alguns agentes culturais, que entendem essa ação como parte de uma desvalorização que a gestão do Governo Municipal provoca em termos de políticas culturais para o Centro Histórico.

A questão maior, na verdade, não é simplesmente acerca da localização das festas, mas sobre seu conteúdo e significado e o papel do Estado na intermediação da realização da mesma. Devemos lembrar a elaboração de Marilena Chauí (2008, p. 63), quando afirma que “massificar é o contrário de democratizar a cultura. Ou melhor, é a negação da democratização da cultura”. Segundo a autora, devemos considerar que o Estado brasileiro tradicionalmente tende a operar de maneira antidemocrática quando se trata de cultura, independente se os cargos são ocupados por este ou aquele grupo. O Estado captura “a criação social da cultura sob o pretexto de ampliar o campo cultural público, transformando a criação social em cultura oficial, para fazê-la operar como doutrina e irradiá-la para toda a sociedade” (CHAUÍ, 2008, p. 63). Desse modo, o Estado se apresenta como “produtor de cultura”, quando na verdade é um “produto da cultura”.

A festa pensada para o “grande público”, com “grandes atrações” e de proporções megalomaniacas sugere a tendência de sua transformação em mero espetáculo a ser consumido pela “massa”, sua redução a mero

entretenimento, distante da possibilidade da criação. Deste modo, distancia-se a festa, portanto, da dimensão ampla de cultura, em que é possível a apropriação, a transgressão do cotidiano, a valorização da dimensão criativa e propositiva das manifestações culturais. Esvazia-se, assim, o espaço público de seu conteúdo político, “como um local de dialógica interação política e exteriorização dos conflitos e das discordâncias” (LEITE, 2002, p. 116), em que a alteridade e a diversidade provocam a construção de sentidos e significados que não estão dados e concebidos alhures. É diante desse contexto que se torna importante e urgente lutar pelo “direito à cultura”, pelo “direito ao Centro” e pelo “direito à cidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda essa discussão, nos deparamos com uma questão teórica e prática importante: em que medida pode-se falar na ocorrência de um processo de *gentrification* em curso no caso do Centro Histórico de João Pessoa? Para respondê-la, antes de tudo, entendemos a necessidade de levar em conta as especificidades e particularidades da escala local em relação a processos globais. Apesar de se tratar de uma cidade sujeita a processos que são entendidos teoricamente como tendências presentes no espaço urbano de maneira geral, é preciso reconhecer que João Pessoa, inserida no contexto político e econômico do Nordeste brasileiro, apresenta ritmos e características que a diferenciam de outras cidades mundiais e brasileiras.

Chegamos ao entendimento de que, embora haja esforços no sentido de atribuir ao Centro Histórico um papel de local turístico e atrativo para as classes mais abastadas, isso ainda não resultou em uma completa elitização e expulsão das classes mais pobres deste espaço, como ocorre em processos de *gentrification* identificados em alguns centros urbanos. A despeito de políticas de construção de uma imagem e de um cenário turístico que apontam para este fim, esse processo, em sua noção clássica, ainda não se concretizou. Como desejamos demonstrar com nosso trabalho, ainda resistem formas de apropriação do espaço que divergem desse sentido, o que aponta para possibilidades de resistência.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *In: Crítica y Emancipación: **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales***, Buenos Aires: CLACSO, ano 1, n. 1, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 2012.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social de lugares na MangueTown. *In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais***, São Paulo, v. 17, n. 49, pp. 115-134, 2002.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana. *In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais***, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002.
- MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos Lentos na Cidade: Permanência e Transformações dos Costumes Rurais em João Pessoa-PB**. 2000. 364f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SOBARZO, Oscar. **Os espaços de sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. 2004. 221f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus Presidente Prudente. 2004.
- SCOCUGLIA, Jovanka. **(Re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa – 1987-2002**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.
- VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

ESPACIALIDADE E CENTRALIDADES:

O Centro Principal de João Pessoa

Andréa Leandra Porto Sales

Doralice Sátyro Maia

O Centro Principal de João Pessoa é a área na estrutura urbana do município de maior concentração e diversidade funcional de estabelecimentos comerciais (e serviços), confluência de modais e historicidade. Sua espacialidade expõe não só aspectos da expansão territorial da cidade, mas também da sua implosão neste processo.

A proposta deste capítulo é analisar sua morfologia e importância na estrutura urbana da cidade, especificamente aspectos da sua morfologia que expressam as centralidades dessa área central, a saber: a acessibilidade, diversidade funcional e simbolismo. Os argumentos e inferências que seguirão são resultados do trabalho de dissertação apresentado, em 2009, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB.

A investigação foi motivada pela observação de que modificações recentes na vida cotidiana, nas formas de trabalho e na acumulação da mais-valia teriam acrescentado novos conteúdos ao “velho centro” e imputado o caráter de centro principal, frente o surgimento de novas áreas centrais na estrutura urbana da cidade.

O texto está dividido com essa introdução em três partes. Na segunda, há uma leitura do alcance espacial e dos padrões de consumo da área estudada. Num esforço de síntese, privilegamos destacar mais os aspectos de sua dinâmica *per se* à sua relação com as outras áreas centrais da cidade. Na terceira, apresentamos uma síntese sobre a importância da adjetivação de principal para entender sua função urbana e simbolismo na estrutura urbana da cidade.

Convém explicitar que identificamos como Centro Principal de João Pessoa a área de justaposição dos bairros do Varadouro, Centro e Tambiá. A delimitação é oriunda das análises espaciais aplicadas sobre o uso e ocupação

do solo indicado nos lotes do cadastro multifinalitário da Prefeitura Municipal de João Pessoa, no ano de 2008. As determinações subjetivas da centralidade (ou seja, seu conteúdo simbólico) foram consideradas por entendermos que elas expõem os signos forjados pela lógica do mercado, para atender o potencial de localização dos investimentos imobiliários e das intervenções no centro histórico viabilizadas pelo estado.

ACESSIBILIDADE E DIVERSIDADE FUNCIONAL NA DEFINIÇÃO DO ALCANCE ESPACIAL E DOS LIMITES DA DEMANDA SOBRE O CENTRO PRINCIPAL DE JOÃO PESSOA

Entendemos por alcance espacial, a distância necessária (ou possível) que o cidadão-consumidor está disposto a percorrer para adquirir um bem ou um serviço, numa dada área central da cidade; e por limites da demanda, a ponderação entre a oferta dos bens e serviços, e o preço.

Esses dois elementos referidos anteriormente foram atribuídos por Christaller, na sua Teoria dos Lugares Centrais (1933), para mensurar o nível de centralidade. Ademais, eles permitem fazer leituras da mobilidade e do padrão de consumo daqueles que utilizam a área. A seguir, buscamos apresentar essa preocupação de modo específico através da leitura das condições de acessibilidade e diversidade funcional da área. Para tanto, expomos primeiro a infraestrutura da área delimitada com intuito de ratificar que não há área central na estrutura urbana sem a oferta de serviços básicos.

Entendemos por infraestrutura o conjunto de subsistemas que tem como função garantir a prestação de serviços básicos (água encanada, saneamento, energia, comunicação e deslocamento) necessários para o desenvolvimento das necessidades do cidadão e a realização das funções urbanas. Os subsistemas de infraestrutura para Witold Zmitrowicz (1997) podem ser compreendidos pelo seu aspecto social. Nesse sentido:

A infraestrutura urbana visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança. No que se refere ao aspecto econômico, a infraestrutura urbana deve propiciar o desenvolvimento das atividades produtivas, isto é, a produção e

comercialização de bens e serviços. E sob o aspecto institucional entende-se que a infraestrutura urbana deva propiciar os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, entre os quais se inclui a gerência da própria cidade (ZMITROWICZ, 1997, p. 2).

Cada sistema cumpre uma função específica e arranja-se no espaço de maneira diferenciada. O viário desenha o traçado do tecido urbano. Os sistemas de drenagem, abastecimento de água e saneamento escondem-se sob a superfície da cidade e, muitas vezes, ultrapassam seus limites. O sistema de energia pode estar sobre ou sob a cidade. E o de comunicação arranja-se, por vezes, até de modo invisível. Todos são elementos básicos para a conformação de uma área central e indispensáveis a um Centro Principal.

Um perfil do município realizado em 1985, pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), destacou que o bairro do Centro, do Varadouro e do Tambiá já eram bem servidos de equipamentos de infraestrutura, em oposição a uma grande área da cidade que sofria com falta e/ou a precariedade dos serviços e equipamentos coletivos.

A partir dos dados da Secretaria de Planejamento de 2009, avaliamos que 79% da cidade está bem servida dos equipamentos coletivos, enquanto no Centro Principal, dos 5.226 lotes (entre casas, prédios, terrenos, prédios e favelas), apenas 21 estavam sem instalação elétrica, 12 sem ligação de água, 189 sem instalação sanitária, 1.124 sem linha telefônica. Todos estes locais possuíam suas vias calçadas ou asfaltadas e recebiam diariamente a coleta de lixo.

É importante destacar que o impacto da revolução técnico-informacional nas atividades comerciais, viabiliza não só a comunicação à distância, como também acarreta em um barateamento das despesas, em especial no setor de serviços e transações administrativas. Isso tende a redefinir não só a relação espacial intraurbana, que interliga virtualmente a empresa do consumidor (diminuindo assim sua frequência e deslocamento ao centro), mas sobretudo a relação espacial regional, já que “a proximidade e a contiguidade territoriais não são mais as únicas determinantes da vida de relações de uma cidade” (SPOSITO, 2001, p. 628).

Nas últimas décadas do século XX, a redução do papel do Estado na economia e a redefinição de sua funcionalidade política (de produtor e fornecedor à regulador das concessões) levou à privatização de diversas empresas estatais, que garantiam a geração e distribuição dos serviços básicos coletivos. Na Paraíba, em 1998, assim como todo o Estado brasileiro, a primeira empresa a ser privatizada foi a que realizava serviços de telecomunicação, a extinta Telpa – Telecomunicações da Paraíba.

A privatização e o conseqüente aumento da demanda, oferta e melhoria dos serviços possibilitaram que outras áreas da cidade, ao receberem esses serviços, pudessem transformar o uso do seu solo e, assim, desempenharem potencial de localização para as atividades comerciais e de serviços. Tal fato, estimulou ainda mais, o processo de desconcentração das atividades comerciais e prestação de serviço, que havia sido iniciado em João Pessoa no final da década de 1980 por outras lógicas de produção do espaço.

Obviamente, embora a disposição de infraestrutura seja fundamental para o desenvolvimento dessas atividades e a conformação de uma centralidade, ela não se faz única nesse processo. Segundo William Ribeiro (2003), outros fatores contribuem para formação de novas centralidades, ainda que com hierarquias menores. Entre eles estão:

Interesses imobiliários na construção de novos equipamentos comerciais e de serviços; acelerada expansão territorial urbana, gerando tecidos descontínuos e fragmentados; ampliação da diferenciação socioespacial; e melhoria das formas de transporte, com destaque para o aumento do uso do transporte individual (RIBEIRO, 2003, p. 30).

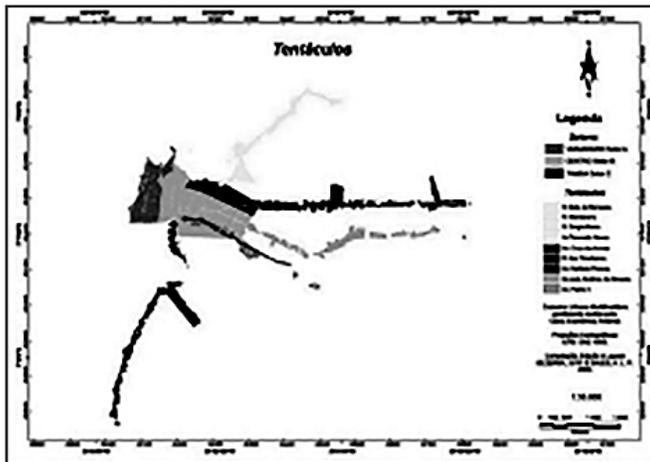
Todos os fatores anteriormente apontados, em maior ou menor grau, têm contribuído para uma desconcentração das atividades comerciais e de prestação de serviços do centro principal da cidade e colaborado com a formação de novas áreas centrais como de Mangabeira, Cruz das Armas, Tambaú e Bessa.

Assim, um modelo de cidade policêntrica foi delineado e o surgimento das novas centralidades deu-se mediante a instalação de

uma infraestrutura e equipamentos coletivos que pudessem comportar a concentração dos estabelecimentos. Neste cenário, é preciso analisar se as condições de acessibilidade da área em questão representam entender como esse fator define o alcance espacial da mesma, posto que indiquem como e o tempo disponível para aquisição do bem ou serviço.

Verificamos que a acessibilidade ao centro principal é realizada, principalmente, por 5 (cinco) corredores que são, simultaneamente, ruas comerciais e de prestação de serviços e eixos de ligação com as outras áreas centrais da cidade. Eles se constituem como verdadeiros tentáculos de caráter funcional múltiplo do centro principal (figura 01). Não podemos afirmar se há uma centralidade para eles dissociada da centralidade expressa pela área em questão. O fato é que eles concentram importantes estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Dessa maneira, é importante mencionar que a centralidade do centro principal não diz respeito apenas à área central delimitada, mas também às atividades terciárias, que se dissipam por esses corredores e que lhe atribuem uma centralidade complexa, devido ao fato de não estarem desvinculadas da centralidade expressa pelo Centro Principal.

FIGURA 01: Área Central e Principais Corredores de Acesso



Em 2009, 69 linhas de ônibus, das 81 que existem na cidade⁴, atendiam a necessidade de deslocamento de quem utilizava este tipo de transporte coletivo para ir ao centro principal. Cerca de 97% destas linhas convergiam para o Terminal Municipal de Integração do Varadouro, construído em 2005. Segundo a extinta STTRANS – Superintendência de Transporte e Trânsito, circulam pelo terminal cerca de 300.000 pessoas por dia.

Localizado na Cidade Baixa, o terminal constitui um importante nó da circulação no centro principal, ou melhor, da cidade. Este está próximo do Terminal Rodoviário Severino Camelo, que possui as linhas interestadual e intermunicipal e também da estação ferroviária.

Contudo, a grande quantidade de automóveis que se locomoviam diariamente, na época, já ocasionava problemas de circulação. Acrescentemos a isso ao fato de que a maioria das ruas do centro principal são estreitas e tortuosas, por terem se adaptado à topografia de declives fortes; especialmente no bairro do Varadouro, onde a dificuldade para circulação é penosa e os congestionamentos constantes.

O problema de circulação nos centros principais das urbes é bastante comum nas grandes e médias cidades do Brasil. O congestionamento e a falta de lugar para estacionar são os principais problemas levantados nos estudos que se dirigem a esta temática. Com efeito do aumento da circulação, que decorre em grande parte do incremento da posse de automóveis por parte dos cidadãos, os espaços para estacionamento tornam-se escassos e, assim, os automóveis invadem os espaços livres, dificultando a mobilidade do pedestre pelas ruas do centro principal.

Em virtude disso, nos últimos anos, os parques para estacionamento de automóveis têm crescido em número e tamanho no centro principal. A lucratividade desses serviços foi percebida pelos proprietários das edificações tombadas que, não querendo investir na restauração das edificações, ou não tendo dinheiro para isto, transformaram-nas em parques para estacionamento.

4 Dados disponíveis em 2009 pela PMJP.

Na figura 02 é possível identificar a quantidade de estacionamentos no centro principal da cidade, com destaque para sua aglomeração no bairro do centro.

A intensa circulação dos veículos (leves e pesados) e as ruas estreitas não facilitam a existência de espaços para o estacionamento público. As poucas ruas que restam foram apropriadas pelo poder público, que concede, via processo licitatório, o uso dos seus rolamentos para estacionamento rotativo, sob pretexto de racionalizar e distribuir de forma conveniente o tempo e o espaço.

Todavia, ainda que problemas existam, as condições de acessibilidade e mobilidade do Centro Principal, atendem ao nível de frequência que pode ser apreendido pelos tipos e quantidade de estabelecimentos presentes na área.

FIGURA 02: Localização dos Estacionamentos



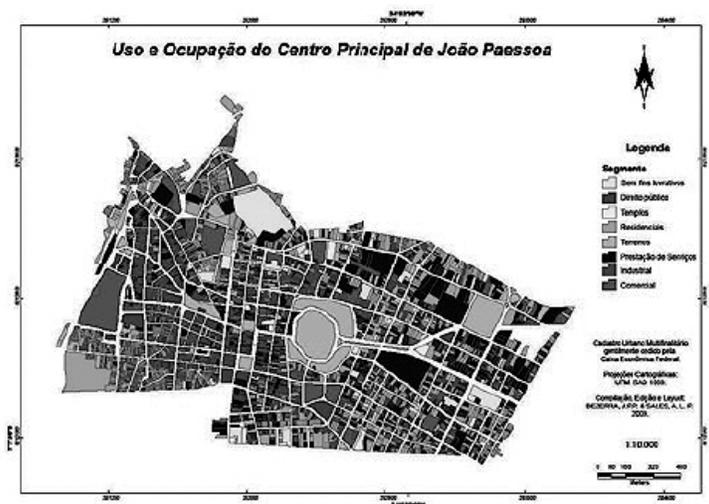
As atividades desempenhadas em cada estabelecimento foram classificadas como essencialmente centrais, centrais e dispersa. Dessa forma, foi possível distinguir aquela que exerce centralidade pela quantidade, da que exerce pela qualidade e daquela que exerce pela raridade. Assim,

classificamos como central aquelas só ocorrem em lugares centrais, por concentração; como essencialmente central, aquelas que exercem centralidade pela qualidade, isto é, pela especificidade e/ou raridade de ocorrência na estrutura intraurbana. Ademais, classificamos como dispersa aquelas que se distribuem por toda cidade, ou seja, estão para além das áreas centrais; mesmo que seja possível encontrá-las nas áreas centrais, no geral, estão nas ruas secundárias e/ou periféricas⁵.

Para melhor apresentar como essas atividades estavam dispostas no centro principal em 2009, mapeamos o uso e ocupação dos lotes (figura 03) da área.

No geral, é possível afirmar que há uma forte sobreposição do uso e ocupação dos lotes para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços, sobre o uso residencial. Na sequência, realizamos uma divisão da área em três setores para facilitar a leitura dos usos e com isso identificar padrões de localização e consumo.

FIGURA 03: Uso e Ocupação do Centro Principal.



5 A tabela com a distribuição dos estabelecimentos sob essa classificação está disponível no trabalho de dissertação citado.

O setor A corresponde aos lotes do bairro do Varadouro. Este possui um caráter periférico por estar na margem do limite municipal e pelo padrão de consumo demandado pelos seus estabelecimentos. O comércio de varejo de produtos pesados como de móveis, material para construção (madeira, pedra, tijolos), máquinas e ferramentas para construção, produtos agropecuários, entre outros, que são de ocorrência mais frequentes. Porém em menor número, há também o comércio de varejo de produtos leves como de roupas, calçados, tecidos, que atendem à uma clientela mais popular.

Na prestação de serviços, têm-se as oficinas para manutenção de aparelho eletroeletrônico, carros, motos, e máquinas em geral e borracharia. As poucas edificações acima de dois andares, concentram escritórios de contabilidade, propaganda e publicidade, de representação e advocacia. Há também uma atividade industrial, com indústrias de transformação e de produtos químicos; estas últimas aproveitaram as instalações do antigo porto que eram grandes e afastadas.

A dinamicidade do setor A é representada nas ruas Maciel Pinheiro, Barão do Triunfo, Padre Azevedo e Cardoso Vieira, onde os tipos de estabelecimentos mencionados anteriormente estão localizados. Nas suas ruas secundárias, estão as gráficas, serigrafias, bares e algumas edificações desocupadas.

Os estabelecimentos localizados na rua Maciel Pinheiro refletem o perfil do comércio e dos serviços nesse setor A do centro principal. As características funcionais revelam um “centro” voltado para um grupo de baixo poder de compra. Suas lojas e vitrines apresentam uma diversidade de artigos, no geral, de baixa qualidade. Além disso, das 1.594 edificações existentes no bairro, 93 estão sem ocupação, correspondendo assim a uma média 5,8% de desocupação. Este revela-se um número alto quando comparamos com a taxa de ocupação do centro principal como um todo, que é de 98%. Várias edificações estão más conservadas e outras em ruínas, principalmente as que estão localizadas na rua Visconde de Inhaúma, Padre Antônio Pereira, Anísio Salatiel, dos Ferreiros e rua Varadouro.

Conscientes da importância econômica dessa área para a economia local, o poder público vem lançando projetos de requalificação neste setor. O Projeto Moradouro “simboliza” uma dessas intervenções. Este consiste numa parceria entre poder municipal e o federal, através do PAR – Programa de Arredamento Residencial, para diminuir o déficit de habitação na cidade. Segundo Ivan Burity, ex-secretário de desenvolvimento urbano: “promovendo a habitabilidade desta área acredita-se diminuir não só o vandalismo, a prostituição, como recuperar as edificações em ruínas da rua João Suassuna” (entrevista concedida em 2008).

Além disso, esse setor resiste na promoção de atividades de lazer pela iniciativa privada, e, esporadicamente, de iniciativa pública. No largo da Igreja Frei Pedro Gonçalves há duas casas de show para onde convergem, todos os fins de semana, com raras exceções, a população jovem e festiva da cidade.

Já o setor B do bairro do Centro, contém uma subdivisão importante de ser ressaltada, antes de analisar a sua dinâmica. A sua parte Oeste foi edificada ainda no período colonial. Nela, os lotes longos e irregulares. Enquanto que sua parte Leste foi edificada no período republicano. Seus lotes são regulares de quadras bem definidas e ruas retilíneas. A Lagoa – O Parque Sólon de Lucena – divide esse setor ao meio.

Esta diferenciação morfológica coincide com uma diferenciação funcional. Na parte Oeste, há uma predominância dos estabelecimentos comerciais e no Leste concentram-se os estabelecimentos de prestação de serviços, em especial voltados a empresas. As entidades regidas pelo poder público e as associações, fundações e sindicatos se dispersam por todo setor B, ainda que sejam consideradas atividades centrais.

Esse setor se constitui como o *core* do Centro Principal, por aglomerar um grande número de comércio de varejo de produtos leves (como jóias, relógios, ótica, sapatos, papelaria entre outros). Sua parte Oeste possui ruas especializadas em determinados artigos, dinâmica comum em áreas centrais de nível hierárquico mais elevado. A rua da República, por exemplo, tem estabelecimentos de artigos de espuma e

colchões. A rua Visconde de Pelotas há óticas, já o parque Solón de Lucena encontra-se com estabelecimentos de calçados e roupas e o trecho sul da rua General Osório, com estabelecimentos de materiais eletrônicos. De forma dispersa por esse setor também estão os restaurantes, lanchonetes e bares; atividades naturalmente dispersas.

A rua Duque de Caxias é sua principal rua, pois exerce uma centralidade mnemônica. Nela estão localizadas importantes edificações que contam a história da cidade. Na década de 1970, o trânsito de veículos em parte desta rua foi proibido em virtude da construção de um calçadão para pedestre. A prestação de serviços nela é voltada para a administração pública e gerencial. Há escritórios de advocacia, administradora de cartões, firmas de representação e instituições bancárias. Aliás, esse setor é o centro financeiro da cidade. Das 64 agências bancárias que existiam na cidade em 2009, 23 estavam no centro principal e 17 só nesse setor. Os serviços oferecidos pelas agências bancárias foram os apontados como o principal fator de deslocamento, segundo o *survey* por nós realizado com os transeuntes do local, no período de março a novembro de 2008.

Nesta pesquisa, o centro principal não apareceu como lugar de lazer e encontro. Contudo, constatamos que o Parque Sólon de Lucena e o quadrilátero formado pela Praça Dom Adauto, rua Duque de Caxias, Conselheiro Henrique e Largo de São Francisco desenvolvem atividades de lazer.

Numa linha política de oferecer melhor qualidade de vida e lazer, a Prefeitura Municipal de João Pessoa tem realizado obras nas praças públicas do Centro Principal tanto para atender a uma “renovação dos espaços urbanos”, como para “oferecer mais uma opção de lazer”.

Esse setor apresenta um potencial turístico para a cidade, pelo seu caráter arquitetônico e histórico. Aliás, a historicidade das edificações e instituições aí localizadas fazem de suas praças e ruas um importante lugar para a reivindicação das pautas dos movimentos sociais. Além disso, esse setor é o foco de convergência dos transportes intraurbanos, posto que apresentem ligação com a Cidade Baixa, onde está o nó da circulação dos

transportes públicos e ponto de baldeação (terminal de integração), como também serve de acesso há lugares importantes e de grande circulação como o Centro Administrativo Estadual, localizado no bairro Jaguaribe.

Na sua parte leste, com menor circulação de pedestres, em virtude de suas ruas largas próprias para os automóveis, estão concentrados os estabelecimentos de prestação de serviços, em especial, os destinados ao grupo de saúde e de educação. Esta especialização é dividida com o outro setor do centro principal, o setor C, dos lotes do bairro de Tambiá.

Como eixo de desdobramento do Centro Tradicional, nas ruas do setor C, isto é, do bairro de Tambiá, foram se localizando os estabelecimentos de prestação de serviço, como clínica médica, laboratório de análises clínica, clínica de ultrassonografia e medicina nuclear, escolas particulares, floriculturas, casas de recepções, entre outros. Apesar de um expressivo uso residencial do solo, quando comparamos com os outros setores do centro principal, ele possui importância fundamental para a funcionalidade do centro principal, pois suas ruas largas desafogaram e desafogam o trânsito e seus grandes terrenos permitem a construção de centros comerciais e/ou edificações que comportem os equipamentos necessários para as novas atividades de prestação de serviços, a exemplo das empresas de comunicação de cidade – Cabo Branco e Tambaú, ambas localizadas na Av. Monsenhor Walfredo Leal, e do shopping Tambiá.

Esse shopping expressa uma forte centralidade para o centro principal. Sua construção tem relação com o processo de esvaziamento do Centro Tradicional por um perfil de consumo de médio a alto padrão. Entre suas lojas estão Sport & Ação, Hering, Ecológica, Taco, Toli, Boticário, entre outras; a maioria com presença no Shopping Manaíra, relevando seu potencial para atração de um padrão de consumo mediano. Além disso, a partir do quarto piso desse shopping, há um centro comercial, com uma concentração de escritórios de firmas comerciais, de cursinhos preparatórios e consultórios médicos.

Dentro do centro principal, o setor C é o que mais tem sofrido uma descaracterização da sua forma e conteúdo para abrigar as novas

funções comerciais. As antigas edificações de uma arquitetura moderna estão sendo “repaginadas” em nome de uma arquitetura *high-tech*.

Embora tenhamos estabelecido essa setorização para apresentar a distribuição das atividades, acreditamos que as expressões de centralidade do Centro Principal são constituídas pela e somente na agregação desses setores. Contudo, não poderíamos negar que essa diferenciação funcional existe, uma vez que a vantagem da localização permeia pela lógica da acessibilidade, vizinhança, concorrência e visibilidade espacial.

Convém, por fim, atentar que o processo de descentralização comum nas cidades brasileiras que tomam uma configuração policêntrica e dispersa, não corresponde, necessariamente, a uma diminuição da importância do “velho centro”. Sua redefinição funcional, principalmente, no caso de centros de importância turística, traz por meio das intervenções urbanas projetos de desenvolvimento que aludem a recuperação física de áreas degradadas, a reutilização social dos seus equipamentos e uma especificidade funcional na estrutura intraurbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de centralização é, sem dúvida, um ponto de partida para o entendimento do Espaço Urbano, assim como o Princípio da Aglomeração de Camagni (2009) e o conceito de Centralidade Urbana de Lefebvre (2001) também o são. A concentração das pessoas e das coisas sugere vantagens para a realização de atividades econômicas, políticas, culturais e de concretização da vida cotidiana. De um modo geral, a concentração incita a centralização, mas nem toda concentração é uma centralização. Na perspectiva da concentração espacial: ao se construir uma espacialidade para expansão da produção do capital e/ou reprodução social tende-se a construir lugares que concentram determinado uso, uma vez que, na escala intraurbana, este uso funcionalmente depende da proximidade com outros usos, esta concentração resulta na centralização física de diversos usos.

Ora, a cidade é o local onde tudo e todos se reúnem. É assim desde a antiguidade clássica: a Cidade Política. A cidade é a expressão material e imaterial do Fenômeno Urbano!

Com a racionalidade e o empirismo das ciências modernas sociais, a cidade “fragmentou-se”: pelas lentes da sociologia, da economia, da história e da geografia; sendo ora palco, ora meio, ora resultado das relações sociais a cidade transformou-se no principal elemento da racionalidade da acumulação capitalista. De fato, se por um lado, os efeitos do modo de produção capitalista foram correlatos aos objetos dessas ciências. Por outro lado, a atividade científica esteve focada em dimensionar esses efeitos sobre seus objetos.

Muito embora a dimensão econômica esteja como estrutural nessa investigação, uma vez que atentamos para a cidade capitalista, por outro lado, nosso entendimento acerca da produção do espaço urbano está pautado na ideia de que: não há prática social deslocada do espaço e do tempo e não há prática espacial fora de um contexto socialmente produzido.

Nesse sentido, o Centro Principal de João Pessoa é compreendido, aqui, como a área da cidade que mantém articulação com todo o espaço intraurbano, além de ser o lugar central da cidade que mantém relações com sua região de influência, seu espaço nacional e o global. Por sua vez, é também o lugar de maior acessibilidade e para onde convergem diariamente, em comparação com as outras áreas da estrutura urbana, o maior número de pessoas, seja a trabalho, compras, busca de serviços, turismo e/ou lazer.

A delimitação dessa área e sua adjetivação de principal foram realizadas sob procedimentos metodológicos específicos. Houve inovação no modo de fazer em razão do acesso a um banco de dados com informações detalhadas dos lotes de toda a cidade. Assim, utilizamos de análises estatísticas espaciais para constatar onde ocorria a concentração do uso e ocupação por atividades terciárias, isto sobreposto ao uso residencial, as principais vias de acesso e a área identificada pelos cidadãos como

centro. Dessa forma, identificamos os bairros do Centro, do Varadouro e de Tambiá como o Centro Principal de João Pessoa.

Estes bairros correspondem ao antigo núcleo urbano que, até o início do século XX, desenhava o perímetro urbano da então Cidade da Parahyba do Norte. Ao analisar o processo histórico de estruturação desta área, identificamos determinantes subjetivas apreendidas pelo conteúdo simbólico das edificações, elementos e fatos da história do lugar que atualmente condicionam uma centralidade mnemônica.

Ora, nas teorias ocidentais acerca do urbano, os centros são lugares de concentração de usos e centralidades múltiplas e, normalmente, os entendidos como principais correspondem-se devido às práticas de seletividade espacial ao antigo núcleo da cidade, isto é, ao local onde a cidade “nasceu”. Assim, esta centralidade mnemônica resulta e é resultado de determinantes objetivas comandadas pela lógica do mercado e do consumo. De fato, as leis destas teorias foram apreendidas e identificadas através do trabalho empírico, que nos permite concluir que nenhuma cidade pode ser apreendida como objeto isolado, isto é, como a coisa em si mesma.

Dentro dessa perspectiva, buscamos identificar processos e práticas espaciais basilares na formação de áreas centrais (ou lugares centrais), tanto na escala intra-urbana como na escala regional. Verificamos que muito embora a constituição destas áreas em diferentes escalas pareça ter as mesmas determinações: há uma diferença de ordem, de dinâmica e de poder dos agentes de produção do espaço urbano. Ou seja, o que determina centralidade na escala regional não corresponde necessariamente ao caráter funcional do Centro Principal, mas, por outro lado, permite dimensionar a dinâmica deste.

O fato é que a funcionalidade do Centro Principal é condicionada pela confluência das práticas de seletividade espacial e pelas determinações do espaço herdado. Ao dividirmos o centro principal em três setores para analisarmos sua morfologia e funcionalidade, percebemos que as formas de ocupação e usos de outrora exercem influência nas estratégias de localização das empresas de hoje. Essa divisão objetivou encontrar o *core* e

a periferia do centro, partes comumente encontradas nas teorias acerca do espaço intraurbano. Todavia, o processo histórico estruturação da cidade, a geomorfologia do meio e as políticas públicas de mobilidade, habitação e investimento condicionaram outras feições ao lugar. Diante disso, dividimos o Centro Principal em três setores: o setor A, que corresponde ao bairro do Varadouro; o setor B, que corresponde ao bairro do Centro; e o setor C, que é o bairro de Tambiá. Cada setor contém um conjunto de atividades predominantes, seja pelo segmento ou pelo padrão de consumo diferenciado. O bairro de Tambiá merece destaque porque, embora apresente muitos lotes com o uso residencial, os mesmos ou estão abandonados ou são habitados por anciões, o que vem a reforçar as determinantes subjetivas do Centro Principal.

Assim, concluímos que, muito embora o Centro Principal tenha destaque na estrutura urbana da cidade pelas razões já citadas, esta área é destaque frente ao surgimento de outras áreas centrais, dada a dispersão dos estabelecimentos comerciais e de serviços.

REFERÊNCIAS

CAMAGNI, Robert. **Economía Urbana**. Antoni Bosch Editor. Barcelona – ES, 2005.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2001.

MAIA, Doralice Satyro. **Tempos Lentos na Cidade: Permanência e Transformações dos Costumes Rurais em João Pessoa-PB**. Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo, 2000.

SALES, Andrea Leandra Porto. **As Transformações espaço-temporais das ruas da Cidade Alta**. Monografia da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

SILVA, Willian Ribeiro da. **A Formação do Centro Principal de Londrina e um Estudo sobre a Centralidade Urbana.** Disponível em: <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v12n2eletronica/2.pdf>>. Acesso em: 2007;

SILVA, William Ribeiro da. Para Além das cidades. **Centralidade e Estruturação do Espaço Urbano** - Londrina e Maringá. Tese de Doutorado da Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR/FCT/UNESP, 2001.

ZMITROWICZ, Witold. **Vida nas Cidades.** Expectativas urbanas no Novo Mundo. \record. Rio de Janeiro, 1997.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Perfil do Município.** Secretário de Planejamento, 1985.

PARTE II

GEOGRAFIA DO TRABALHO

María Franco García

Desde a abordagem teórica que fundamenta a Geografia do Trabalho, apresentamos na Parte II da obra, uma reflexão sobre o processo de expansão da cafeeicultura no Planalto de Conquista no estado da Bahia, mostrando como a mobilidade da força de trabalho de homens e mulheres participou da configuração da forma urbana da cidade de Vitória da Conquista, originando grande parte do que hoje conhecemos como sua periferia.

Desde a década de 1970, o processo de territorialização do capital cafeeiro no campo *conquistense* procedeu duplamente promovendo a mobilidade do trabalho, tanto: a) na ocupação das terras em que outrora viviam famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras não proprietários, transformando-os em proletários do café e enviando-os para a periferia de Vitória da Conquista, como; b) agiu na atração de trabalhadores e trabalhadoras de outros municípios para o trabalho sazonal na colheita do café que buscaram, da mesma forma, na periferia *conquistense* espaços para a reprodução da vida.

A periferia urbana emerge historicamente como lócus de reprodução da classe trabalhadora. O capítulo que compõe a Parte II mostra como isso aconteceu em Vitória da Conquista só que insere uma diferença em relação a quase a totalidade dos estudos sobre o tema. A singularidade da abordagem radica em entender a produção da periferia urbana da cidade como parte do processo de mobilidade do trabalho ao mesmo tempo que, está condicionada na sua reprodução, pelas relações sociais de gênero. Ler a cidade a partir das necessidades de um sujeito subalternizado, como a mulher trabalhadora da periferia, visa quebrar a “violência epistêmica” das análises *a-generificadas* do espaço urbano e suas contradições internas, e também, recontar criticamente uma história espacial específica, que não aparece nem na história oficial sobre o café nem na do espaço urbano de Vitória da Conquista. Propomos desta forma contribuir no combate contra

a invisibilização, no âmbito das ciências sociais, das mulheres como sujeitos históricos e políticos protagonistas e partícipes de dinâmicas espaciais urbanas que não se realizariam da mesma forma sem sua participação fundamental e diferenciada, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva das relações sociais. De acordo com Saffioti (2001), as ciências sociais em geral, tendem a ignorar a ação feminina no *fazer história*. A geografia não é exceção nesse ponto. Até hoje, a grande maioria das pesquisas que visam construir interpretações e dar respostas sobre questões espaciais, por meio de metodologias tanto quantitativas como qualitativas de pesquisa usa dados genéricos no desagregados por sexo ou procura nos depoimentos, memórias, histórias de vida masculinas as informações e dados necessários e suficientes sobre a realidade social em análise, em detrimento dos e das cientistas que buscam metodologicamente dar espaço, corpo e voz as mulheres. Sem dúvida, tal fato tem acarretado e continua arrastando prejuízos na produção do conhecimento geográfico, deformando a própria ciência ao omitir preconceituosamente a experiência feminina da realidade socioespacial.

Os dados sobre a presença do trabalho das mulheres no setor cafeeiro da região do Planalto de Conquista, assim como os depoimentos das trabalhadoras do café que compõem no capítulo a seguir, foram selecionados a partir de um criterioso trabalho de procura nas bases do IBGE e do Censo Agropecuário de 2006, e em cuidadosos trabalhos de campo na periferia *conquistense*. Esta opção metodológica permitiu-nos compreender as informações e dados sobre os fluxos de mulheres e homens do café não apenas como mera quantificação de trabalhadores mas, a partir das histórias de sujeitos reais. O que nos possibilita defender a ideia de que a produção do espaço, antes de ser produto de terminologias totalizantes como “as determinações do capital” ou da “luta de classe” é, por essência, a história de vida de sujeitos concretos. Sobre eles recaem, além do destino de classe, ainda o destino de gênero construído simultaneamente enquanto produto e processo de sua representação. Entretanto, essa representação de gênero não está pautada apenas na diferenciação entre masculino e

feminino, pelo contrário, nos apropriamos dessa concepção a partir de outra perspectiva, a que entende tanto o sujeito social como as relações de subjetividade atreladas à sociabilidade em curso. O que significa pensar os sujeitos constituídos no gênero porém não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe. Um sujeito múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994). As trajetórias das mulheres do café de Vitória da Conquista mostram no cotidiano espacial das sua existência, nas idas e vindas, os limites e possibilidades de gênero vivenciados na sociabilidade do patriarcado contemporâneo urbano, além dos condicionantes de classe e etnia.

Diante dessas escolhas teóricas metodológicas o belo texto de Jemeffer Souza Lebrão de Souza apresenta um trabalho analítico e reflexivo da história da cafeicultura e da produção da periferia urbana de Vitória da Conquista, como processos concomitantes e contraditórios. Para isso, parte das histórias singulares de trajetórias dolorosas da mobilidade do trabalho de homens e mulheres forçados a saírem dos locais de origem na busca de melhores condições de vida. Veremos também como nessas histórias aparecem momentos e estratégias de resistência e solidariedade de classe e de gênero, que nos ajudam a ampliar nossa leitura sobre esses processos.

Sem dúvida, as trajetórias das trabalhadoras expressam a insegurança de uma vida itinerante entre o campo e a cidade, marcada pela precariedade e luta pela sobrevivência. Nesses casos, a mobilidade do trabalho tem sua expressão dual muito clara, pois enquanto aparece para as trabalhadoras como possibilidade de continuar se reproduzindo através do trabalho é também, ao mesmo tempo, o momento de submissão de seus corpos e seu intelecto aos ditames de uma força superior a sua vontade e seus anseios. Assim, as trabalhadoras, como nos lembra Gaudemar (1977), se veem imersas em um movimento no qual, diante da situação de miséria em que se encontram, só tem a opção de se mover na mesma direção. Esta dinâmica que à primeira vista, pode aparentar passividade destes sujeitos frente a um quadro estrutural, no qual se deixariam levar

por determinações que são superiores à sua vontade, em uma análise mais aprofundada emerge também, como estratégia de sobrevivência, ou mesmo resistência.

Por fim, o objetivo do texto é o de reescrever a história da produção da periferia lançando mão de um vasto material de pesquisa ao que a autora teve acesso no decorrer do seu trabalho de dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, mas sem deixar de lado o enfoque que deu particularidade à sua pesquisa: a visibilização das mulheres trabalhadoras provenientes do campo e da cidade que em algum momento de suas vidas compartilharam de experiências com o café e a periferia. Mulheres com diferentes trajetórias, mas com histórias de vida semelhantes, permeadas pelo árduo trabalho no café, pela mobilidade do trabalho e a luta diária pela sobrevivência em espaços de segregação e precariedade.

MOBILIDADE DO TRABALHO E PRODUÇÃO DA PERIFERIA URBANA EM VITORIA DA CONQUISTA: a memória feminina dos cafezais¹

Jemeffer Souza Lebrão
María Franco García

Vitória da Conquista é uma cidade do centro-sul da Bahia que conta, segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010), com 306 mil habitantes. Um dos processos que conferiram a essa cidade sua atual configuração urbana foi desencadeado na década de 1970, com a instalação e expansão da agroindústria do café. Concomitantemente, as transformações na forma de organização da produção e o trabalho no espaço agrário, proporcionaram a emergência, e expansão sem precedentes, da periferia urbana. A periferia de Vitória da Conquista, entendida como um espaço de segregação social, comparece na morfologia urbana da cidade, de forma muito clara nas suas plantas do final da década de 1980. Neste capítulo, abordaremos a dinâmica territorial apresentada a partir da perspectiva teórica da mobilidade do trabalho. Inicialmente, identificaremos no momento de instalação da cafeicultura na região do Planalto da Conquista, em 1972: a) as relações e as conexões entre a grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras procedente dos mais diversos municípios da Bahia, e de outros estados do Brasil, que se deslocavam sazonal ou definitivamente para Vitória da Conquista para trabalhar nas fazendas de café e; b) o processo de

1 Este capítulo forma parte da dissertação de mestrado em Geografia intitulada: AS MULHERES DO CAFÉ EM VITORIA DA CONQUISTA: dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re)produção da periferia urbana. O trabalho foi defendido em agosto de 2016 junto ao PPGG da UFPB. Agradecemos as valiosas contribuições do Prof. Dr. Ivan Targino, da UFPB em João Pessoa e da Profa. Dra. Suzane Tosta, da UESB em Vitória da Conquista para desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

segregação sócio-espacial que deu lugar a diferentes áreas periféricas. Nosso interesse é entender tal processo com especial atenção para a composição de gênero da força do trabalho em movimento pelo café. Logo, apresentamos uma análise que nos permite, por meio da memória das experiências de vida das mulheres trabalhadoras da cafeicultura, entender os processos, ações e práticas que aconteciam na esfera do cotidiano, na espacialidade do “micro” e que possibilitavam e possibilitam hoje em dia, a reprodução, não apenas das relações sociais de produção no “mundo agroindustrial do café” como também da vida na periferia urbana de Vitória da Conquista.

A cidade que nos desperta interesse neste estudo é produto de processos complexos e contraditórios, característicos do modo de produção capitalista, que, baseado na propriedade privada do solo e na divisão social do trabalho, materializa no espaço, o conflito das classes sociais antagônicas que o compõem. No período que segue entre as décadas de 1970 e 1980, observa-se em Vitória da Conquista um processo de expansão da estrutura urbana, o de maior amplitude em toda sua história. Configurou-se como um crescimento espreado, ampliando os limites da cidade para áreas cada vez mais distantes do núcleo urbanizado. Este momento significa, em nossa análise, o ponto chave do aprofundamento das diferenças espaciais que cristalizaram a dinâmica da segregação espacial. Tal processo deu origem a uma periferia urbana pensada e produzida como tal, criada, estrategicamente, pela ação conjunta do Estado e dos proprietários fundiários, para abrigar as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora, compostas, sobretudo, de trabalhadoras e trabalhadores migrantes que chegaram a esta cidade em um contexto específico de instalação de desenvolvimento da agroindústria cafeeira. Trata-se de uma periferia que não acontece de forma espontânea, senão condicionada por processos articulados nos níveis nacional, regional e local. A instalação e expansão da cafeicultura trouxe em si a mobilidade do trabalho, que foi condição e resultado da espacialização do capital cafeeiro na região do Planalto da Conquista.

A mobilidade do trabalho tem sido parte constitutiva da formação territorial de Vitória da Conquista. Os primeiros registros da chegada de

migrantes de outros municípios e regiões do país, datam, de acordo com Medeiros (2003), das décadas de 1930 e 1940. No entanto é a partir de 1970, que o fenômeno da mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras é intensificado, ao ponto de imprimir, na estrutura urbana conquistense, a sua marca, deixando gravadas no espaço as contradições da relação capital-trabalho.

A mobilidade que leva para Vitória da Conquista um grande contingente de força de trabalho, de homens e mulheres, neste período vem como condição do deslocamento de capitais e investimentos pelo Estado brasileiro, para a criação e desenvolvimento da monocultura cafeeira na região do Planalto da Conquista. A fim de expandir a cafeicultura dos estados do Centro Sul do país, o Governo Federal, por meio de ações do Instituto Brasileiro do Café (IBC), elegeu essa região, como favorável ao cultivo do café, devido às suas atribuições geográficas. Esse conjunto de processos tornou possível a produção cafeeira na região visando atender aos mercados nacional e internacional.

O processo de territorialização do capital cafeeiro no campo conquistense agiu duplamente promovendo a mobilidade do trabalho, tanto na ocupação das terras em que outrora viviam famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras não proprietários, transformando-os em proletários do café e enviando-os para a periferia de Vitória da Conquista. Como também agiu na atração de trabalhadores e trabalhadoras, de outros municípios do entorno, para o trabalho sazonal na colheita do café. Essas famílias buscaram, também, na periferia conquistense espaços para a reprodução da vida.

O crescimento demográfico registrado a partir de 1970 em virtude do trabalho em 'movimento' pelo café, atingiu a expansão horizontal da cidade e a demanda por habitação. A ocupação do solo urbano passou a ser realizada, principalmente, por intermédio da atividade loteadora. Na década de 1970 criaram-se 21 loteamentos sendo que, só em 1977, um ano após a elaboração do primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista, 11 loteamentos foram licenciados pela Prefeitura Municipal (MEDEIROS, 1978).

Na década de 1980 ocorreu uma intensificação desse processo. Neste período houve a maior divisão de glebas, com um total de 102 loteamentos registrados. Em 1991 a Prefeitura Municipal criou assentamentos urbanos destinados à população em condição de desemprego e subemprego, que não tinha possibilidade de comprar nem mesmo aqueles lotes mais distantes e menos valorizados da cidade, nos quais inexistia qualquer tipo de infraestrutura urbana. Segundo Ferraz (2001) em 1990, ainda foram abertos outros 64 loteamentos.

A periferia urbana emerge historicamente em Vitória da Conquista como locus de reprodução da sua classe trabalhadora, especificamente dos trabalhadores e trabalhadoras do café e da própria dinâmica da cafeicultura no Centro Sul baiano. Todavia, a participação das mulheres em ambos processos, como na composição da força de trabalho migrante e na produção da periferia urbana, via de regra foi omitida, esquecida ou desconsiderada. Sob os termos “trabalhadores”, “classe trabalhadora” e “força de trabalho” as especificidades da participação das mulheres no mundo produtivo do café e na periferia conquistense foram invisibilizadas tanto em sua sua dimensão política, como enquanto sujeito produzido socialmente e historicamente silenciado, oprimido e esquecido. Por isso, a abordagem de gênero é, nesta análise, uma possibilidade interpretativa desafiadora e gratificante, que nos permite afirmar que a produção da periferia urbana de Vitória da Conquista, como parte do processo de mobilidade do trabalho já mencionado, está condicionada na sua reprodução pelas relações sociais de gênero. Ler a cidade a partir das necessidades de um sujeito subalternizado, como a mulher trabalhadora da periferia, visa quebrar a “violência epistêmica” das análises *a-generificadas* do espaço urbano e suas contradições internas e, da mesma forma, recontar criticamente uma história espacial que não aparece na maioria dos estudos e análises teóricos. Como aponta Saffioti (2001), as ciências sociais, em geral, sofrem a tendência de ignorar a ação feminina no *fazer história*, já que a grande maioria das pesquisas, busca, junto aos homens, obter informações e coletar dados sobre a realidade social em detrimento dos cientistas que buscam ouvir as mulheres. De

acordo com essa autora, tal fato tem acarretado prejuízos para a produção do conhecimento, apontando que os aspectos negativos dessa forma de proceder frente às pesquisas, acaba por deformar a própria ciência, pois deixa de lado informações preciosas, que poderiam ser fornecidas por mulheres a partir de suas vivências. Como as mulheres trabalhadoras retratadas nesta pesquisa, provenientes do campo e da cidade que, em algum momento de suas vidas, compartilharam de experiências com o café e a periferia. Mulheres com diferentes trajetórias, mas com histórias de vida semelhantes, permeadas pelo árduo trabalho no café, pela mobilidade do trabalho e a luta diária pela sobrevivência em espaços de segregação e precariedade.

1 TRANSFORMAÇÕES URBANAS E TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL CAFEIEIRO NO CAMPO

A cultura e lavoura do café estão atreladas profundamente à história econômica e territorial do Brasil. Como constatam Martins (2010) e Furtado (2007), entre 1850 e 1930, o café representou o principal produto de exportação da economia brasileira. Mesmo tendo-se iniciado como economia agrária no período colonial, foi a partir da suspensão do tráfico de escravos africanos, em 1850 e nos anos posteriores, que o café se tornou a mercadoria central que impulsionou a economia do país. Além disto, influenciou profundamente a organização social e política, especialmente na região Centro Sul, determinando acontecimentos fundamentais como a liberação progressiva dos escravos e a abolição da escravatura em 1888, o processo de industrialização do país e a Revolução de outubro de 1930, que pôs fim a hegemonia política das oligarquias cafeeiras.

De acordo com José de Souza Martins (2010), com a cessação do tráfico negreiro, surge a preocupação do suprimento da força de trabalho necessária à manutenção da economia do café. Concomitante à liberação progressiva dos negros escravizados e a abolição da escravatura em 1888, foram tomadas algumas medidas para garantir a produção e expansão cafeeira como: o deslocamento interno de escravos das áreas produtoras de

cana-de-açúcar do Nordeste do país para as plantações de café no Sudeste, o chamado “tráfico intraprovincial” e; a implantação de uma política que promovia a imigração, a partir de 1880, de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros europeus, principalmente para a região cafeeira do estado de São Paulo. O mesmo autor aponta dados reveladores da magnitude deste fenômeno na região, mas que não nos permitam fazer uma análise gênero, por entender o universo dos imigrantes como homogêneo, afirmando que “entre 1877 e 1914, essa região recebeu 1.779.470 imigrantes, dos quais 845.816 eram italianos, seguindo-se em importância numérica os espanhóis e os portugueses” (MARTINS, 2010, p. 145).

Embora pese a homogeneização do sujeito “em mobilidade” apenas como imigrante europeu homem, os dados nos permitem constar que atrelado à grande demanda de trabalho nas fazendas cafeeiras, sempre houve o deslocamento de homens e mulheres. E que estes, não só foram africanas e africanos escravizados e migrantes estrangeiros, como também trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, principalmente dos estados da Bahia e Minas Gerais. Verificações de George Little (1960, *apud* MARTINS, 2010) apontam que em 1920 grandes fazendeiros do Sudeste recrutavam, em municípios do Nordeste, homens trabalhadores e suas famílias. Segundo Martins (2010), até mais da segunda metade do século XX, houve um contínuo fluxo de moradores do Alto Sertão da Bahia em direção aos cafezais de São Paulo, especialmente na região de Ribeirão Preto, vindos pelo interior de Minas, para colher café como trabalhadores sazonais.

Além da força de trabalho oriunda da Bahia, Moura (1997) assinala, nesse período, a existência de grande número de trabalhadores e trabalhadoras livres, ocupados nas fazendas de café do oeste paulista provenientes do interior do Ceará. Para esta autora, isso se deve ao fato de que em 1878 os governos de ambas as províncias tramaram a viabilização da vinda de famílias de retirantes para as fazendas de café de diversas regiões paulistas.

Considerando o volume de força de trabalho necessário para a criação de novos cafezais e para a manutenção das fazendas já existentes, sobretudo no período da colheita, defendemos, com base nas pesquisas

sobre a cafeicultura no Brasil, que a expansão e consolidação desta atividade deram-se pela mobilidade do trabalho (MARX, 2010; GAUDEMAR, 1977). Em outras palavras, a cafeicultura capitalista produziu, explorou, fez circular e controlou, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho de homens e mulheres, como mercadoria essencial ao seu processo de acumulação. Contudo, as pesquisas encontradas sobre o trabalho no café, não nos permitem identificar as formas de exploração indiretas e os mecanismos de controle cultural mais sofisticados, decorrentes da organização social patriarcal que, neste processo, atuaram sobre a força de trabalho das mulheres.

Isto é devido, fundamentalmente, ao escasso e insólito registro da participação diferencial de gênero na composição da força de trabalho nos cafezais, assim como de análises mais aprofundadas da divisão sexual do processo de trabalho no café. Muito mais incomuns são as referências e análises sobre as condições de reprodução das próprias relações de produção. O trabalho, produtivo e reprodutivo, e a mobilidade das mulheres nesses estudos fica subentendido na ampla e vaga categoria de “família” trabalhadora ou migrante.

Todavia, vários dos trabalhos consultados nos ajudam a apreender a questão das migrações de trabalhadoras e trabalhadores que se deslocaram para o trabalho nos cafezais paulistas no passado, como nos mostram os estudos de Martins (2010), Stolcke (1986) e Moura (1997). Outros, discutem a mobilidade sazonal do trabalho que reproduzem atualmente a dinâmica das migrações sazonais para as antigas e novas regiões cafeicultoras do Brasil, como: Cardoso (2014) que estuda a migração sazonal de trabalhadores da Bahia para o sul de Minas Gerais, Carmo (2012) que trata do mesmo tema na região do Cerrado mineiro e Nogueira (2012) que estuda a mobilidade de trabalhadores baianos para o café no Centro-Sul.

Embora essas pesquisas nos ajudem a compreender a dimensão da força de trabalho em mobilidade pelo café, ao buscar a compreensão das mulheres trabalhadoras neste processo, esbarramos na dificuldade de identifica-las nos textos de grande parte destes autores que homogeneizam

a classe trabalhadora, invisibilizando o trabalho feminino na produção e reprodução nas fazendas de café. Destes, poucos dão atenção ao nosso sujeito, podendo apontar as análises de Stolcke (1986), que aborda o universo do trabalho das mulheres estrangeiras colonas no café em São Paulo e o estudo de Spaggiari Souza e Freitas (2015) que, sob a perspectiva de gênero, analisa os condicionantes da migração sazonal de mulheres camponesas do vale do Jequitinhonha para os cafezais do sul de Minas.

A vinculação da expansão cafeeira com a mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras, compõe parte importante da história do Brasil e, particularmente, de Vitória da Conquista. Com a chegada da cafeicultura no início da década de 1970 na região do Planalto da Conquista, a formação de um contingente de trabalhadores e trabalhadoras para a efetivação do projeto de expansão cafeeira foi fundamental e promoveu mudanças substanciais no campo e nas cidades desta região. A atividade cafeeira impactou na estrutura fundiária, na economia rural, na agricultura e nas relações de trabalho no campo. Nas cidades, como Vitória da Conquista, as transformações ocorreram atreladas ao desenvolvimento do setor terciário, a especialização do comércio, o aumento da arrecadação municipal e, sobretudo, a expansão da cidade com a produção da periferia e o aprofundamento da segregação urbana (MEDEIROS, 2003).

Segundo Medeiros (2003), os deslocamentos espaciais das famílias de trabalhadores e trabalhadoras promovidos pela cafeicultura nessa região aconteceram de diferentes maneiras. Primeiramente, a territorialização da cafeicultura nos moldes do Instituto Brasileiro do Café (IBC), implicou na aquisição de terras originariamente ocupadas por agricultores, camponeses e trabalhadores assalariados que reproduziam suas vidas em pequenas e médias propriedades, por meio relações de trabalho diversas; familiares, como meeiros, parceiros e/ou agregados.

Em 1971 a cultura do café foi divulgada pelo IBC como um ótimo investimento para a região, o que fez com que vários políticos e profissionais liberais capitalizados se transformassem na elite cafeeira do Planalto da Conquista. Segundo Medeiros (2003) o fato de serem

pessoas não relacionadas ao meio rural, fez com que a compra de terras fosse necessária. Este processo foi responsável pelo primeiro impacto da cafeicultura na mobilidade do trabalho e na relação campo – cidade na região, que não se deu sem conflito.

Para a criação dos cafezais, fez-se imprescindível a ampla utilização de força de trabalho, mesmo que essa agricultura tivesse chegado no centro-sul baiano com características próprias do processo da modernização agrícola, com intensiva utilização de maquinário e aplicação de insumos e técnicas modernas de produção na agricultura. A partir de 1972, até a primeira década dos anos 2000, a requisição de grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores foi vital para a cafeicultura dessa região. O segundo impacto do café na mobilidade do trabalho aconteceu pela atração de força de trabalho de municípios do entorno, dos quais homens e mulheres de origem rural e urbana migravam sazonal e/ou definitivamente para Vitória da Conquista a fim de trabalhar no período da colheita do café.

A mobilidade do trabalho desencadeada pela cafeicultura, foi composta primeiro: pelos camponeses, agregados e outros trabalhadores e trabalhadoras não proprietários expropriados das terras que deram lugar ao café. Estes se alocaram na periferia de Vitória da Conquista e juntamente com outros habitantes dessas áreas, foram transformados em proletários da cafeicultura. Segundo: por homens e mulheres migrantes que se deslocavam, de municípios do entorno e de outros estados do Brasil, para as fazendas de café de Vitória da Conquista. Muitos destes trabalhadores e trabalhadoras, sujeitos de uma vida itinerante, acabaram, neste momento se fixando definitivamente na cidade de Vitória da Conquista, somando aos primeiros e tornando-se parte do processo de produção de sua periferia urbana.

Os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, que chegaram a periferia conquistense em decorrência do trabalho no café, oriundos de outros municípios, são, em grande parte antigos camponeses e/ou agregados que tiveram que vender, ou deixar suas terras pela inviabilidade de manutenção da vida enquanto camponeses. Vitória da Conquista está

localizada em uma área de transição entre mata atlântica e caatinga, no interior da delimitação do Polígono das Secas. Os municípios localizados à Oeste estão completamente localizados na região de clima semiárido com vegetação de caatinga, conhecida popularmente como “região da caatinga”, por essa razão, períodos de estiagem prolongada, somado à ausência de políticas públicas de convivência com seca, aliado às técnicas rudimentares utilizadas pelos camponeses, impossibilitavam a permanência de muitas famílias no campo.

Como estratégia de permanência na terra, de acordo com depoimentos de trabalhadoras, alguns membros da família se proletarizavam, indo trabalhar em fazendas de terceiros. Em outros casos, toda a família migrava para trabalhar e morar “de favor” em alguma propriedade. Os depoimentos também dão conta de famílias camponesas que, diante das dificuldades da vida no campo, tentaram, a inserção no mercado de trabalho urbano da sede do município no qual viviam. Diante destas questões, o trabalho no café, surgiu, para estes trabalhadores e trabalhadoras como uma oportunidade de obtenção de renda, mesmo que de forma precária e por um período determinado, durante os meses colheita.

Cabe, por tanto, entender o processo de instalação do que veio a ser a agroindústria cafeeira na região, a partir inicialmente, da expansão da monocultura do café do Centro-sul Brasileiro. Ela vai-se tornar possível no Planalto de Conquista graças à ação e incentivos do Estado, por meio da concessão de crédito subsidiado para os novos agentes do agronegócio cafeeiro na Bahia, no período de 1972 até o final da década de 1980.

1.1 VITÓRIA DA CONQUISTA ANTES DA CHEGADA DO CAFÉ: o contexto sócio-histórico do município

Em 1970 Vitória da Conquista já apresentava uma urbanização consolidada (FERRAZ, 2001). As principais atividades econômicas desenvolvidas no município, até esse momento, eram o comércio e as relacionadas ao setor de serviços, que cresciam, diversificavam e se

especializavam a cada ano. Na zona rural, a pecuária de corte era a principal atividade e convivia com as pequenas lavouras agrícolas.

Na década de 1970 foi implantado o Distrito Industrial dos Imborés com o intuito de promover o desenvolvimento regional por meio da industrialização. Para Tanajura (1994), o papel reduzido do setor industrial na economia conquistense aconteceu devido à precariedade da infraestrutura do distrito industrial que se interpôs como empecilho à atração de novos investimentos, acrescido pela posição do Estado em não conceder incentivos fiscais que possibilitassem uma maior atuação das indústrias. Crítico a esta posição, Santos, (2014, p. 82) aponta para a estratégia do capital de se apropriar das potencialidades de cada região segundo um contexto internacional da divisão social do trabalho: “cada cidade, estado, país, cada território desempenha, de forma predominante, um tipo de atividade conveniente ao aproveitamento das suas potencialidades” “naturais” e as necessidades sócio reprodutivas do capital, e neste contexto, o papel desempenhado pela cidade de Vitória da Conquista no ciclo de realização capital, constituído historicamente em seu processo de formação, está vinculado, principalmente circulação/ transporte e ao consumo/realização da mais-valia.

A constituição de Vitória da Conquista em relação à malha rodoviária foi uma de suas principais vantagens. As estradas são produto e condição do surgimento desta cidade, estando profundamente atreladas a sua função estratégica como “lugar de passagem”.

Sua origem foi o Arraial da Conquista no início do século XVIII que surgiu como ponto de apoio na rota de passagem de gado do litoral para o interior do país. O trecho da BR-116 que liga esta cidade a Jequié e a Salvador, foi aberto em 1927 e recebeu pavimentação asfáltica em 1960. Atualmente, a cidade é recortada por rodovias federais e estaduais, como a BR – 116, principal rodovia que cruza o Brasil de Norte a Sul, a BR – 415 que liga Vitória da Conquista a Ilhéus, no litoral baiano, e a BA – 262, que integra Vitória da Conquista com a cidade Brumado e a BA- 265, ligando essa cidade à Barra do Choça. Essa rede rodoviária favoreceu seu crescimento urbano e a introdução da cafeicultura, facilitando o transporte

de pessoas (força de trabalho) e outras mercadorias, melhorando as condições de escoamento da produção agropecuária e a entrada produtos para o comércio local, afirmando Vitória da Conquista como um importante nó na rede de estradas brasileiras (FERRAZ, 2009).

O desenvolvimento da estrutura urbana conquistense deu-se de forma desigual e a mobilidade do trabalho, como apontamos anteriormente foi fundamental na constituição e aumento populacional registrados pelos Censos demográficos a cada década, como mostra a Tabela 01:

TABELA 01: População Rural e Urbana de Vitória da Conquista de 1940 – 1980 por situação domiciliar

Ano	População Rural	Valor em %	População Urbana	Valor em %	Total
1940	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	26.993	58,4	19.463	41,6	46.456
1960	31.401	39,3	48.712	60,7	80.113
1970	41.569	32,5	85.959	67,5	127.528
1980	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1990	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
2000	37.155	14,1	225.430	85,9	262.585
2010	31.569	10,3	274.805	89,7	306.866

FONTE: Dados do Censo do IBGE de 1940 à 2020.

Observamos, na década de 1960 uma inversão da população rural e urbana. Os dados demográficos de 1950 mostram que a população total do município era de 46,456 habitantes, desses 58,4% viviam no campo, enquanto apenas 41,6% da população habitava a cidade. Na década seguinte, a população total, quase duplica para 80.113 habitantes. Nesse ano o Censo registrou 60,7% da população de Vitória da Conquista residindo na área urbana. A década de 1970, e posteriores, vem afirmar a tendência de expansão

urbana e do incremento populacional, aumentando especificamente nos anos de 1970 para 67,5% de um total de 127.528 habitantes.

O crescimento vegetativo natural não explica a realidade observada em Vitória da Conquista. Tal aumento se deve, como apontam alguns autores, principalmente à mobilidade da força de trabalho, oriunda de municípios da Bahia e também de outros estados (ALMEIDA, 2005). Dados da SEI (2010), apontam que em 1991², 34,4% da população conquistense não era natural do município, o que equivale a 77,462 habitantes. Como relata Medeiros (2003), desde a década de 1930, começaram a chegar em Vitória da Conquista migrantes de diferentes segmentos sociais, como comerciantes, médicos, advogados e outros profissionais liberais responsáveis pela criação de lojas, galerias, casas comerciais, escritórios de advocacia e consultórios e clínicas médicas (SAMPAIO, 2013), entretanto, a grande maioria se tratava de uma população pobre, vinda de pequenas cidades e de áreas rurais próximas.

A pecuária, atividade que deu início ao povoamento de Vitória da Conquista, se fortaleceu em virtude da demanda por carne, leite e derivados nas cidades circunvizinhas, as rodovias que cruzam a cidade foram fundamentais para a expansão da fronteira agropecuária, pois viabilizaram o transporte e a distribuição da mercadoria.

A criação de gado, sobretudo gado de corte, característico dessa região, significou o despovoamento, pois além de exigir menos trabalhadores do que a agricultura, também utilizava menos atividades subsidiárias e em contrapartida, necessitava de uma área maior, (SANTOS, 2013) fato que contribuiu, para que a população do campo fosse gradativamente expulsa para a cidade.

A população campesina dessa região, diante da questão climática, com sucessivos períodos de estiagem, somado a ausência de políticas

2 Há uma dificuldade de acesso aos dados de migração em Vitória da Conquista, essas informações anteriores a 1991 não estão divulgadas nas bases do IBGE e da SEI. Tivemos acesso apenas a partir do ano de 1991, por este motivo não temos condições de quantificar o crescimento por migração nas décadas anteriores.

públicas para manutenção do camponês em suas terras, tornava inviável, em muitos casos, a permanência dessa população no campo (MEDEIROS, 1977). Grande parte destes trabalhadores e trabalhadoras migraram para Vitória da Conquista buscando formas de vender sua força de trabalho, mas a cidade não possuía estrutura social para recebê-la.

A mobilidade do trabalho é parte da dimensão estrutural da produção do espaço conquistense, e a partir de 1970 é afirmada como processo que levou à periferização na cidade. Como observa Medeiros (2003), a chegada de migrantes já acontecia desde os anos 1930 sendo intensificada nos anos 1950 com dispersão de trabalhadores das regiões de caatinga, empurrados para os centros urbanos, como corolário de sucessivas secas na região.

A cidade que ostentava, uma agropecuária de grande relevância econômica, inúmeras salas de cinema, agências bancárias, um comércio e serviços em expansão, onde as elites, desde 1937 já se deslocavam de avião para a capital, em contrapartida, via grande parte de sua população padecer em condições extremas de miséria, sobretudo homens e mulheres camponesas, que buscaram nesta cidade, sem sucesso, a esperança de conseguir condições de manutenção vida.

Ao passo que a economia de Vitória da Conquista se consolidava com o setor terciário urbano e a cidade fazia seu nome enquanto capital do interior da Bahia, a mobilidade do trabalho e a reprodução da pobreza aumentavam, tem – se notícias, por meio dos depoimentos de trabalhadores e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município (STRs), que uma leva de trabalhadores e trabalhadoras conquistenses, das áreas mais empobrecidas da cidade, migraram temporariamente para outras regiões do país, como para Estados do Pará e Amazonas, durante o ciclo da borracha na primeira metade da década de 1940, para a cafeicultura no Paraná entre 1950 e 1960, e um número mais expressivo em direção a São Paulo para trabalhar em diferentes setores da economia.

Compreendemos que esse, não é um problema enfrentado por essa cidade em particular, mas sim uma questão estrutural do modo de

produção capitalista, que cria estrategicamente, em seu sistema metabólico contraditório, um estoque de força de trabalho que é excedente, descartada no sentido imediato do processo produtivo, mas que ao mesmo tempo é vital para o seu funcionamento, estes fazem parte do exército de “supérfluos necessários” ao funcionamento saudável do modo de produção, fundamentais para a acumulação da riqueza, ao mesmo tempo em que também são descartáveis (MENEZES, 2007).

A disputa pelo poder político local dessa cidade esteve marcada por conflitos entre famílias ou grupos de famílias tradicionais, descendentes dos fundadores da cidade, que defendiam, essencialmente, o mesmo tipo de política. De acordo com Medeiros (1977, p. 8) no “tempo dos Coronéis”, a divergência entre eles era “mera contradição no seio dos senhores proprietários rurais, “donos de gado e gente””. A economia agrária nucleada em grandes propriedades, projetava-se política e socialmente sobre o município, ou seja, “o dono da terra detinha o monopólio do poder político”.

Essa situação perdurou por muito tempo e só foi modificada na década de 1970, quando no ano de 1972, pela primeira vez, foi eleito um candidato que não possuía grau de parentesco com as famílias tradicionais de Vitória da Conquista, o médico Jadiel Vieira Matos do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representando a esquerda composta por comerciantes, comerciários, artesãos, profissionais liberais e migrantes. O seu período de mandato se estendeu de 1973 a 1977. Seu sucessor foi Raul Carlos de Andrade Ferraz, do Partido Social Democrata do Brasil (PMDB), que ficou à frente do município de 1977 a 1982, quando o seu mandato foi completado por Gildásio Cairo, eleito vice-prefeito pelo PMDB, que assumiu a Prefeitura em 15 de maio de 1982 até 30 de janeiro de 1983. Este último, além de político, foi um dos pioneiros na implantação e desenvolvimento da cafeicultura no Planalto da Conquista. Além disto, também foi proprietário de grandes áreas de solo urbano no lado oeste da cidade. Sua ação enquanto loteador é de grande importância para se compreender a produção espacial de Vitória da Conquista, sobretudo para a periferia.

É importante ressaltar, que a eleição de Jadiel Matos, candidato que representava a esquerda, apesar de ter sido considerada na época como uma mudança social, por romper com a continuidade do poder político das oligarquias pecuaristas de Vitória da Conquista, em contrapartida, criou, com a chegada do café, uma nova elite, que assim como a anterior estava intimamente ligada aos cargos de administração pública municipal, quando não estão personificados em um único sujeito que ao mesmo tempo estavam ligados à política, à cafeicultura e a propriedade do solo urbano.

De acordo com Medeiros (2003), a eleição de um candidato de esquerda só foi possível, graças ao apoio dos migrantes que chegavam a cada ano para compor o contingente populacional conquistense. Além da dimensão espacial no crescimento demográfico e do núcleo urbano, essa população também adquiriu papel fundamental na política local, pois ao se tratar de pessoas sem nenhuma ligação ou vínculo direto com as famílias tradicionais e os latifundiários, se tornaram agentes importantes na transformação da ordem vigente (Medeiros, 2003).

Foi no mandato de Jadiel Matos (1973 e 1976) pelo MDB, que aconteceu a expansão inicial da cafeicultura no município de Vitória da Conquista, inclusive, de acordo com Medeiros (2015), o próprio prefeito se tornou produtor de café, junto com outros médicos. Além de parte da classe que apoiou sua candidatura, como empresários, comerciantes e profissionais liberais, se transformaram na nova burguesia rural do café nessa região (OLIVEIRA, 1984).

Sobre a estruturação urbana de Vitória da Conquista, é importante salientar que, já na década de 1950, como informa Basbaum (1976) essa cidade, se tornou um espaço caracterizado pela pobreza, pois em um sistema formado por classes sociais antagônicas, a produção do espaço não poderia acontecer de forma homogênea, assim, Vitória da Conquista se tornou um reflexo da urbanização excludente.

Cortada ao meio pela BR 116, em 1970, a cidade já apresentava um cenário de segregação espacial. O lado Oeste da rodovia começou a ser povoado por uma população de baixa ou sem nenhuma renda,

sobretudo de pessoas que migraram para esta cidade, que eram mal vistos pelos moradores do centro e demais bairros das imediações. Usava-se a terminologia pejorativa “lado de lá” para designar o desprezo das classes dominantes por esses espaços (SANTOS, 2013).

Os processos ocorridos na região, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, implicaram transformações substanciais em Vitória da Conquista, alterando a realidade rural e urbana do município. Eles não são se configuram como fatos desconexos nem ocorridos ao acaso, pelo contrário, são ações planejadas pelos sujeitos que exercem influência sobre o espaço, estratégias das classes dominantes que vão produzindo e organizando esse espaço a fim de que ele atenda às suas necessidades individuais ou de classe. Já que a infraestrutura é distribuída de forma desigual (CARLOS, 2011), o valor do solo também é desigual e tem papel fundamental na diferenciação espacial urbana.

Muitas melhorias puderam ser observadas no decorrer da história trilhada pelo município, no entanto, não se podem considerar apenas os aspectos positivos desse processo. Existiu também, uma falta de infraestrutura urbana e baixas condições socioeconômicas para a maioria da população, principalmente para os trabalhadores sem posses que já estavam e os que chegavam na cidade.

A relação campo-cidade não pode ser desprezada, pois o campo sempre possuiu papel fundamental na produção espacial urbana de Vitória da Conquista e tem sido um importante propulsor da mobilidade do trabalho do campo para a cidade, foi a assim com a expansão da pecuária, e na instalação da cafeicultura. De acordo com Rua (2005) muitas análises consideram campo e cidade como opostos, que apesar de estarem unidos historicamente, são analisados de forma separada e dualista. No entanto, essa concepção não nos dá sustentação teórica para entender o processo histórico que culminou na produção de Vitória Conquista. É preciso analisar dialeticamente as contradições desses espaços que são, ao mesmo tempo, diferenciados e semelhantes em determinados aspectos, separados, próximos, ou contínuos e se influenciam mutuamente. Neste sentido, a cidade não se

faz sem a ligação estreita com o meio rural e o próprio campo também se transforma em função do urbano e das demandas do mercado.

1.2 A CHEGADA DA MONOCULTURA DO CAFÉ E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Embora este tenha sido um projeto materializado inicialmente no campo, rebateu, também no espaço urbano, pois como pares dialéticos, campo e cidade são partes de um todo complexo, portanto, indissociáveis. Neste sentido, o café provocou novas demandas, aqueceu o processo de urbanização, pressionou o sistema viário existente, impôs a necessidade de novos serviços, fortaleceu o comércio e dinamizou a economia conquistense.

Com a instalação da cafeicultura no campo, muitas atividades subsidiárias ao café passaram a ser implantadas na cidade, o que significou a ampliação do comércio e a abertura de mercado para novas atividades, além de favorecer o capital financeiro, elemento fundamental nesse processo de reestruturação por intermédio de financiamentos bancários.

Como foi apresentado anteriormente, o café chega no Planalto da Conquista nos moldes do processo de modernização agrícola, transformando-se em uma agroindústria voltada ao consumo interno e para exportação. Dados do Censo Agropecuário, informam que o número de tratores no município em 1970 era de 34, mais que quadruplicando para 145 máquinas em 1975, ampliando ainda mais para 321 em 1980. A mecanização do campo foi uma consequência fundamental para o desenvolvimento tanto de uma agroindústria do café, quanto de outros setores da economia conquistense, pois a introdução de tratos diferenciados na lavoura exigiam a presença de equipamentos que traziam consigo a necessidade de atividades complementares. Ao passo que a agricultura se tornava um consumidor da indústria, favorecendo o setor secundário nacional, no centro-sul baiano, a demanda por estes produtos recaiu sobre o comércio de Vitória da Conquista.

Além da produção do café verde, a região passou a contar com empresas de beneficiamento, responsáveis pelos processos de torrefação, moagem e processamento industrial para o mercado.

Vitória da Conquista se destacou, entre os demais municípios do Planalto como grande centro de industrialização e comercialização na cadeia produtiva do agronegócio cafeeiro (SOARES, 2011). De acordo com Medeiros, (2015) a indústria de beneficiamento e torrefação cresceu e passou a atender a região e alguns mercados de outras localidades. Com a fixação do café na região, foram surgindo também empresas exportadoras e corretoras de café vindas de outros estados. Muitas dessas atividades que inexistiam, passaram a se estabelecer ali no município, como a Agroindústria e Exportação Café Bahia LTDA, Indústrias Alimentícias Maratá LTDA, Industria e Comercio de Café Paladar LTDA, Agroindústria e Exportação de Café Arizona LTDA – ME, Comercial Industrial de Café LTDA – ME, Torrefação e Moagem de Café Serra Verde LTDA – ME, entre outras (INFOPLEX, 2015).

As atividades e empresas relacionadas ao ramo cafeeiro abriram novas portas para a atração de infraestrutura e mercados para Vitória da Conquista, e dessa forma, a cidade continuou a crescer e a modificar sua configuração territorial. Como assevera Ferraz (2009), aportes nas áreas de educação, saúde e tecnologias estimularam a chegada e permanência de instituições e profissionais especializados, aumentando a influência dessa cidade sobre a região.

A agroindústria do café no Planalto da Conquista foi responsável por promover uma nova dinâmica em algumas cidades dessa região, sobretudo em Vitória da Conquista. Como afirma Singer (2008), é característico do processo de industrialização a tendência de atrair população, geralmente de áreas próximas, assim, forma-se um ciclo de causalidades no qual o crescimento demográfico transforma a cidade em um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que se torna um fator suplementar de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, são beneficiadas quando estão localizadas junto ao mercado de

seus produtos. Na esteira deste processo a disponibilidade de uma maior variedade de serviços ainda serve como dispositivo de atração de novos grupos de pessoas.

A cafeicultura no município de Vitória da Conquista proporcionou o aumento da capitalização na zona rural, ampliou o movimento bancário e conseqüentemente a arrecadação municipal. Apesar de ter sido implantado em 1972, quando a cidade já apresentava maior parte da população urbana, a instalação dessa atividade teve um papel de grande relevância na configuração do espaço urbano conquistense, impulsionando a urbanização, o comércio e a indústria.

Como afirma Tanajura (1994, p. 101).

A implantação do polo cafeeiro [em 1970] convergiu para a cidade grande número de migrantes, surgindo também o empresariado, que se dedicou às novas atividades, ora como negociantes, ora como agricultores. Houve em conseqüência, a expansão econômica e a conseqüente expansão urbana.

Houve, neste período, uma intensificação na relação entre o campo e a cidade, já que o processo produtivo no meio rural passou a depender fundamentalmente dos serviços oferecidos na cidade, que em contrapartida, só se estabeleceram no espaço urbano em decorrência das demandas do campo. Como o comércio de insumos, máquinas e material para construção, os órgãos de representação, como o IBC, a secretaria municipal de agricultura, as instituições financeiras representadas pelos bancos, os escritórios indústrias de torrefação e beneficiamento, as corretoras e exportadoras, entre outros.

De acordo com Singer (2008), a industrialização, ainda proporciona o surgimento de grande variedade de novos serviços, como de educação e pesquisa científica, governamentais, de finanças, contabilidade, entre outros, ao passo que também promove o crescimento dos que já existiam na cidade. No contexto de formação da agroindústria do café em Vitória da Conquista, houve, em 1976 a instalação da sede do IBC

no centro da cidade, observa-se também em 1982 a criação do curso de Agronomia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, que vem desenvolvendo desde então, importantes estudos e pesquisas direcionadas ao manejo na cafeicultura. Também houve uma ampliação na movimentação bancária, na arrecadação e na receita municipal, além de transformações na estrutura urbana.

Outra das diferenças entre anos anteriores à chegada da cafeicultura e o ano de 1972, possível de observar, é as das movimentações bancárias, as quais na década de 1970 ganham impulso. Os depósitos aumentam 130% de 1969 para 1972. Nesse mesmo intervalo de tempo, as aplicações financeiras apresentaram um desempenho sem precedentes, passando de Cr\$ 19.242 para Cr\$ 46.515, um incremento de 348%, como pode ser observado na tabela abaixo que exemplifica o crescimento econômico da cidade neste período.

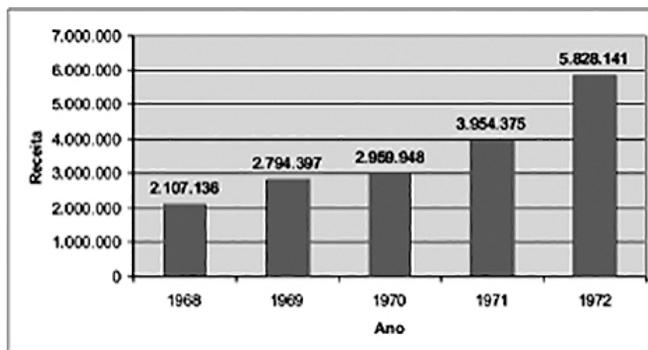
TABELA 02: Movimento Bancário de Vitória da Conquista de 1969 a 1972 (em Cr\$ 1,00)

Ano	Depósitos	Índice	Aplicações	Índice
1969	16.042	100	19.242	100
1970	19.641	122	82.862	431
1971	23.037	144	46.515	242
1972	36.942	230	86.286	448

FONTE: Banco Central do Brasil apud Santos, 2013.

Como resposta, a arrecadação de tributos pelo Poder Público Municipal também aumentou, acumulando um crescimento de 176,6%. No intervalo de apenas quatro anos, passa de Cr\$ 2.107.136 em 1968 para Cr\$ 5.828.141 em 1972, conforme o gráfico a seguir.

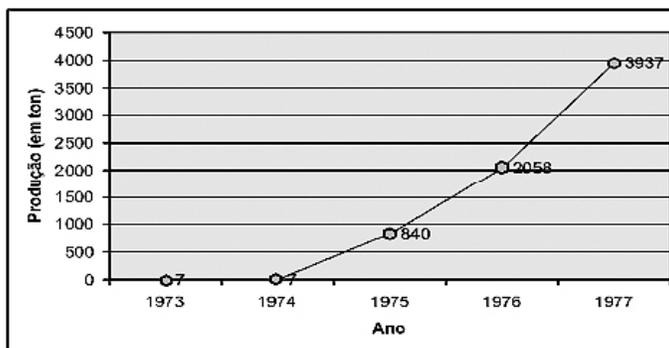
GRÁFICO 01: Crescimento de Receita Municipal de Vitória da Conquista, 1968 a 1972 (em Cr\$ 1,00)



FONTE: PMVC *apud* Santos, 2013. p. 97.

Em 1973 as plantações de café foram iniciadas e intensificadas nos anos seguintes. Entre 1973 e 1977, a produção dá um salto de 7 para 3,937 toneladas (conforme gráfico a seguir), concentrando, entre os anos agrícolas de 1972-73 e 1976-77 acima de 60% do plantio anual baiano, aferido em relação de número de covas de café tipo arábica, predominante na região. (Oliveira, 1984). Como mostra o Gráfico 2:

GRÁFICO 02: Produção de Café em Vitória da Conquista, entre 1973 a 1977(em toneladas)



FONTE: IPEADATA2012 (SANTOS, 2013 p. 57).

Em 1977 a cafeicultura já representava um forte vetor econômico no Planalto da Conquista. Neste ano, de acordo com um cafeicultor de Inhobim, foi realizado um evento relacionado ao lançamento do Plano Nacional do Café, como parte da política econômica do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND (1975 -1979), no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Para se ter noção da importância que a cafeicultura do Planalto representava no contexto nacional, desta reunião, compareceram políticos como Raul Ferraz, prefeito de Vitória da Conquista, e Roberto Santos, Governador do Estado da Bahia, Ângelo de Sá, ministro da Agricultura e do Comércio, além do presidente do IBC, Camillo Calazans de Magalhães e representantes de empresas de insumos agrícolas em Inhobim, distrito da zona rural, onde se tem a maior concentração de áreas produtoras de café em Vitória da Conquista.

A classe política de Vitória da Conquista, esteve envolvida com a cafeicultura desde a decisão da sua implantação, dando suporte e subsidio aos cafeicultores, ou sendo eles próprios produtores deste grão. A lavoura cafeeira neste período gerou muito lucro para os produtores. Um deles, em entrevista afirma que foi o início dos tempos áureos do café na região, quando passou a investir, ainda mais, na expansão das áreas plantadas e adquirir novas propriedades rurais e maquinário para o beneficiamento do café, transformando sua produção em industrial. Toda essa pujança da agricultura na região, provocou um processo contraditório que ao mesmo tempo gerava riqueza, para a classe dominante e a miséria para os trabalhadores.

Ao afirmar esses fatos, pretendemos mostrar a proporção tomada pela cafeicultura nessa região, afim de traçar um panorama geral das transformações gestadas por esse novo processo social, que nos ajuda a compreender não só a dinâmica em si, quando a sua repercussão nos espaços rurais e urbanos, nos quais o “progresso” serviu para aprofundar, ainda mais as desigualdades existentes entre trabalhadores e capitalistas. Logo, não se trata de reforçar uma visão naturalista, de que as condições ambientais encontradas no Planalto da Conquista se tornaram responsáveis pelo desenvolvimento da região, mesmo porque essa dinâmica, partiu

de determinações do Estado para a expansão do capital. Também não intentamos defender o dualismo do discurso de que “desenvolvimento” é necessário para romper com o atraso, já que este, se retroalimenta por meio da reprodução da precarização do trabalho, da miséria e mutilação do trabalhador, isso sim, deve ser considerado como atraso (SOUZA, 2008).

Como decorrência dos mecanismos do mercado capitalista que orienta os fluxos de investimentos para determinados espaços, foi criada, *pari-passu* à mobilidade do capital para essa região, intensos fluxos de mobilidade do trabalho entre o campo e a cidade de Vitória da Conquista, como também entre municípios do entorno e o espaço urbano conquistense, agindo espacialmente na diminuição da população rural, expansão da cidade e produção da sua periferia.

A mobilidade do trabalho se tornou produto e condição da instalação da cafeicultura no Planalto da Conquista, que territorializou-se promovendo um processo expropriação, proletarização e precarização do trabalho de homens e mulheres criando, por meio de estratégias perversas o proletariado necessário à transformação dessa região em uma das principais produtoras de café do Brasil.

2 A FORÇA DE TRABALHO DAS MULHERES NA CAFEICULTURA: a “família” trabalhadora e a participação no processo de trabalho e de produção

A territorialização da cafeicultura e transformação de famílias camponesas em trabalhadores e trabalhadoras do café no Planalto da Conquista, atraiu homens e mulheres de vários municípios baianos e de outros estados da federação.

Para a criação dos cafezais, além da força de trabalho volante, foi necessária a contratação de trabalhadores e trabalhadoras para morarem nas fazendas. Como era costume na região, a contratação de funcionários em regime integral de trabalho, retirava da vida dos homens, mulheres e crianças a distinção entre os espaços da produção e da reprodução. Os trabalhadores e trabalhadoras volantes ou diaristas, se dedicavam aos

trabalhos de desmatar a terra, preparar o solo e instalar as estruturas necessárias à cafeicultura como o viveiro, para produzir mudas.

A contratação do “trabalho da família”, como a história da cafeicultura brasileira apresenta, se tornava, para o cafeicultor, muito mais interessante do que a contratação individual, sobretudo no que tange as famílias dos trabalhadores fixos nas fazendas. De acordo com Stolcke (1986), na introdução do trabalho livre na cafeicultura brasileira, no século XIX, sob o regime de colonato, a contratação de famílias, fazia com que o fazendeiro obtivesse trabalho adicional a um custo mais baixo do que pagaria, caso os buscasse individualmente no mercado. Principalmente, porque no período da colheita a necessidade de trabalho chegava a ser um quinto maior que durante o cultivo. Nesse momento as mulheres e os filhos dos trabalhadores poderiam cobrir o adicional na demanda.

Na cafeicultura do Planalto da Conquista formas semelhantes de exploração do trabalho aconteceram durante a década de 1970 e se reproduzem, em menor escala, até os dias atuais. Embora organicamente diferente, por se tratar uma relação de trabalho capitalista, o assalariamento. Ao firmar contrato com o pai da família, o cafeicultor está, ao mesmo tempo contratando toda uma “célula produtiva”, constituída pela mulher e pelos filhos e filhas, adultos ou crianças, que significa a ampliação de força de trabalho disponível, logo, maior extração de mais valia e conseqüentemente, maior produção de capital para o detentor dos meios de produção.

Neste contexto, as mulheres têm protagonismo na cafeicultura conquistense, pois grande parte da força de trabalho empregada nessa atividade era feminina. Como apontam os dados de pessoal ocupado do Censo Agropecuário, em 1970, ano anterior à chegada da cafeicultura, haviam 4.574 mulheres trabalhando na zona rural de Vitória da Conquista, enquanto que em 1975, dois anos após a chegada do café, esse número mais que duplica, totalizando 9.930 trabalhadoras no campo conquistense, um aumento de 53,93%, ao passo que o trabalho masculino teve um acréscimo de 29,12%, saindo de 8.995 para 12.692 no mesmo período. Todavia a força de trabalho feminina era subalternizada e complementar

ao trabalho dos homens trabalhadores fixos, no caso das famílias. Além disto, algumas etapas do processo produtivo eram realizadas quase que exclusivamente por mulheres, como o viveiro, fase fundamental do cultivo do café, onde, literalmente, nasce o cafezal. Outras atividades como o plantio das mudas e a colheita também eram realizadas majoritariamente pelo trabalho feminino, provavelmente este fato explique a superioridade do aumento de mulheres trabalhadoras neste período.

Além da participação expressiva das mulheres nas lavouras, o trabalho infantil também foi amplamente empregado na expansão e manutenção da cafeicultura conquistense, sobretudo nas décadas de 1970, 1980 e 1990, quando a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas fazendas era ainda muito incipiente ou quase nula, começando a ser efetiva apenas a partir de 1995.

O aumento da fiscalização não significou a extinção do trabalho infantil na atualidade da cafeicultura do Planalto da Conquista, mas a frequência das vistorias do MTE nos estabelecimentos tem coagido essa ação. Mesmo assim, conseguimos obter relatos, por meio do depoimento de trabalhadoras, que até o ano de 2010 levaram seus filhos e filhas junto às lavouras, onde também trabalhavam na colheita do café. Como descrevem as trabalhadoras a seguir, referindo-se a diferentes anos de trabalho na cafeicultura desta região.

Década de 1980, trabalhadora que residia em uma fazenda de café:

Minhas filhas mais grandinhas de 5 anos em diante eu levava pra roça pra trabalhar, minhas menina, toda vida foi trabalhadeira[...] o menorzinho que ainda não trabalhava, mesmo assim eu levava, ele ficava lá deitado embaixo do pé de café e cantando e querendo comida. Tinha que levar a bolacha, o café, a mamadeira e o leite, que não tinha mais quem deixava. (M, 78 anos. Entrevista concedida em à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Ano de 2010, trabalhadora residente da periferia de Vitória da Conquista:

As crianças quando era pequenininha, ficava no alojamento e uma menina maior olhava. Mas aquelas que já sabia trabalhar, ia pro café, [...] minha menina de 12 anos panhava café e a minha neta de 10 anos panhava café também, aí o pagamento delas era junto do meu. [...] Elas vinha na mesma rua de café que eu. (E, 56 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

De acordo com Medeiros (2015), a modernização da agricultura implicou na necessidade de treinamento e especialização da mão de obra. Para que pudessem se familiarizar com as novas formas de lida com o solo, foi necessário treinar os trabalhadores e trabalhadoras, quer para o plantio, colheita, ou para a limpa. Não se tinha mais o trabalho do vaqueiro, do agricultor tradicional que produzia aipim, mandioca, grãos, batatas e etc. A necessidade passou a ser por trabalhadores habilitados para fazer curvas de nível, covas de café, adubação química, calagem do solo etc. Todos esses procedimentos exigiam certo nível de conhecimento (MEDEIROS, 2015).

Contudo, como a cafeicultura em expansão tinha uma grande demanda por força de trabalho, admitia-se nas fazendas, “qualquer pessoa que tivesse vontade de trabalhar” como recolhe o depoimento de Dona Alva, trabalhadora rural que dedicou 16 anos de sua vida ao trabalho entre diferentes fazendas de café de Vitória da Conquista:

Qualquer pessoa que chegasse lá e eles visse que tinha vontade e que tinha dedicação no trabalho, eles pegava pra trabalhar... foi assim com nós, eu, meu marido e meus filho. (D.A, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2015).

A região não desconhecia de todo o cultivo do café, em algumas propriedades era possível encontrar o que chamavam de “café de quintal”, mas cafeicultura modernizada era novidade na região, e não existia no Planalto da Conquista, trabalhadores qualificados para seu manejo. Os

trabalhos que exigiam conhecimento diferenciado eram ensinados por técnicos aos trabalhadores e trabalhadoras que moravam nas fazendas e esses iam repassando para os demais. A maioria das entrevistadas afirmou que teve de aprender a lidar com o café na prática, colocando a mão na terra.

Na primeira etapa do cultivo do café, as trabalhadoras passavam para o viveiro, onde se realiza a produção das mudas. Esta é uma atividade cheia de minúcias, que precisa ser feita com extremo cuidado, pois a sobrevivência do cafeeiro depende do manejo adequado desde a seleção dos grãos, que irão ser plantados, até a irrigação e o plantio. Sob a justificativa de ser um trabalho que exige maior delicadeza do que força física, direcionam-no para as mulheres. Contudo não só por isso se justifica essa nuance de gênero, mas principalmente por se tratar de uma atividade repetitiva e degradante, desprezada pelos homens por ser realizada com a trabalhadora sentada no chão por várias horas sem nenhum tipo de assento que lhes proporcione o mínimo de conforto para desenvolver a atividade em segurança.

Gazzola e Ajambuja (2000), ao discorrerem sobre as ideias de Ammann (1947), apontam que as tarefas baseadas na repetitividade, monotonia e automatismo são preferencialmente destinadas as mulheres justamente por serem atividades automáticas e desprofissionalizadas, enquanto os trabalhos que prescindem de algum “saber técnico” são destinados aos homens. Esse fato, atrelado à inferioridade dos salários das mulheres no Brasil, formam parte dos traços constantes da subalternização feminina no mercado de trabalho e está presente na divisão sexual das tarefas no processo laboral do café. O trabalho no viveiro descrito a seguir, apesar de livrar da lida sob o sol, não era, de acordo com relatos das entrevistadas, uma das melhores tarefas, pois além de ser desconfortável o pagamento por diária era considerado irrisório:

E o começo do viveiro, pega o saquinho, você enche o saquinho de terra adubada com tudo que tem direito, uréia, um produto que chama chumbinho, esterco de gado e a terra bem cessada, sem nenhum pauzim. Aí

you pega aquele caroço selecionado e bota em cima daquele saquinho e encarca. E aí, depois que terminar de encher um canteiro de 20 metros, aí você vem e cobre com areia, depois da areia você bota capim por cima e aí vai molhando, com 60 dias tá nascido. Aí depois que ele nasce tudo, fica os palitinho com as perninha e a casquinha do café pegado na ponta. Aí você tirava aquele capim com o maior cuidado pra não rancar nenhuma cabecinha daquela, porque se rancar, o pé morria, não prestava. E aí, ia molhando, quando tava no tamanho certo, levava pra roça pra prantar. [...] No viveiro tinha vez de ter 30, 40, 50 mulher trabalhando, porque o viveiro era imenso, era grandão. (D. A, 64 anos, Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2015).

Na divisão das tarefas entre homens, mulheres e crianças, aquelas que exigiam a força física e habilidade técnica eram desempenhadas pelos homens, como o corte de madeira para a construção e a instalação do viveiro, a abertura das covas para o plantio das mudas. As crianças também ficavam responsáveis por “encher os saquinhos”, das mudas com a terra preparada com compostos orgânicos e agrotóxicos como o chamado “chumbinho”. O Aldicarbe, praguicida popularmente conhecido como chumbinho pelo seu formato granular que lembra à munição de chumbo usada em espingardas e outras armas. O “chumbinho” foi banido do mercado brasileiro apenas em 2012 pela ANVISA, devido ao alto grau de toxicidade do produto, o que representava risco à saúde tanto das crianças, quanto das mulheres que manipulavam esse produto. Geralmente, as crianças eram filhos e filhas das famílias trabalhadoras que moravam nas fazendas e dos e das diaristas que prestavam serviço em diferentes propriedades da região.

De acordo com relatos de entrevistadas e informações concedidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, geralmente, apenas o pai da família possuía carteira assinada e recebia o salário mensal. As mulheres trabalhavam como diaristas, recebendo um

pequeno valor pelo dia de serviço, segundo uma das entrevistadas: “pagava bem pouquinho, era só a diarinha mesmo” (D.A, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2015).

Para se ter noção do valor pago pelas diárias, quando as mulheres tinham a carteira de trabalho assinada, elas recebiam apenas metade do salário pago aos homens, ainda assim, este meio salário era considerado muito melhor, do que trabalhar todos os dias do mês recebendo por diária, ou seja o dia de trabalho dos homens valia, monetariamente, mais que o dobro do dia de trabalho feminino, expressando a subalternidade e desvalorização do trabalho da mulher na cafeicultura.

A desvalorização do trabalho feminino não é uma particularidade dessa região ou deste tipo de atividade, sendo uma realidade imposta historicamente, baseada no patriarcado, a forma de organização social da vida, dirigida pela concepção da superioridade masculina em detrimento das mulheres, e a conseqüente opressão de gênero, que de forma perspicaz é apropriada pelo capitalismo como uma de suas estratégias de reprodução ampliada, no qual incorpora a divisão sexual do trabalho relegando ao trabalho feminino as atividades produtivas remuneradas nos setores mais precários do mercado de trabalho, incluindo-as de forma mais intensa em trabalhos degradantes e na informalidade (FRANCO GARCÍA, 2004).

A divisão sexual do trabalho é constituída, de acordo com Lobo (1991), como uma prática social, que manifesta a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas que diz respeito não somente à divisão das tarefas, mas aos critérios que qualificam essas tarefas, tendo repercussão nos salários e na disciplina do trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho “não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho” (p.15), daí as piores tarefas e salários, na cafeicultura ou fora dela, serem direcionados à mulheres.

A participação das mulheres no mercado de trabalho ganha impulso, nas economias ocidentais a partir da década 1950, apesar disso,

no Brasil, em 1970, no contexto geral a participação feminina ainda era pouco representativa, cerca de 18%, aumentando nas décadas seguintes, chegando em 2002 com uma participação de 50% das mulheres no mercado de trabalho segundo dados do IBGE (2002). Ao mesmo tempo, a diferença de salários entre homens e mulheres, em meio a muitas lutas foi diminuindo gradativamente, (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010). Apesar disso, de acordo com estudo publicado pela Confederação Internacional dos Sindicatos “as trabalhadoras brasileiras são as que sofrem com maior diferença salarial em relação aos homens no mundo todo, com 34% de variação entre as remunerações de ambos os gêneros”. (ICFTU, apud VERLAINE, 2013).

Conforme Madalozzo, Martins e Shiratori, (2010), os modelos econômicos competitivos, especificamente, aqueles direcionados ao mercado de trabalho, não conseguem tecer explicações sobre essa diferença salarial, sem lançar mão de hipóteses fortes sobre as preferências individuais de homens e mulheres e os objetivos da família.

No entanto, essas teorias estão baseadas em trabalhos que exigem um período de formação e profissionalização entre os gêneros. No caso dos catadores de café, atividade que não exige qualificação, senão aptidões físicas, a força, a resistência e a agilidade seriam as justificativas para a maior remuneração dos homens e detrimientos das mulheres.

Muitas vezes, as mulheres trabalhadoras do café, eram designadas para tarefas que não gostavam de fazer, por considera-las tão pesadas e cansativas que não compensavam o valor que recebiam. Mas, por morarem na fazenda, na casa cedida pelo patrão, se alimentando daquilo que produziam na terra dele, sentiam-se “na obrigação” de realiza-los.

A etapa subsequente à instalação da cafeicultura, após o cultivo das mudas foi o plantio dos cafezais, processo que unia mulheres, homens e máquinas. A maioria dos cafeicultores de Vitória da Conquista conseguiram financiamento para a compra de máquinas agrícolas no intuito de otimizar o processo de trabalho e a produção. A divisão das atividades no plantio era relegada por gênero, cabia aos homens abrir as covas, já previamente

demarcadas pelos tratores em linhas que obedeciam ao nivelamento do terreno, enquanto as mulheres plantavam as mudas, como descreve a trabalhadora a seguir:

Eles abria o sulco com o trator, os homens abria as covas, jogava o adubo, tampava de novo. Ai, o trator vinha jogando em cada cova uma muda, e aí as mulher vinha plantando. Era mais mulher, os homens plantava muito pouco, as vezes quando o homem era diarista, aí ele plantava junto com as mulher. (D. L, 68 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2016).

Pôde-se perceber, nas entrevistas com as trabalhadoras, a relação de subalternidade ao patrão e administradores da fazenda, da necessidade de mostrar serviço, e de não fazer “corpo mole”, independente da situação. Isso se dá pela necessidade que os trabalhadores e trabalhadoras tinham daquele posto de trabalho para a sobrevivência, que apesar das condições de exploração, se constituía como único meio de vida possível para eles (as), a julgar pelo seu histórico de vida errante, buscando, sem sucesso, formas de vender sua força de trabalho no campo e na cidade de diferentes municípios da região.

Existe nesse fato uma grande contradição, pois apesar de o café ter aparecido com possibilidade de renda para milhares de trabalhadores e trabalhadoras despossuídos da região, ainda que temporariamente, ao mesmo tempo, este é o momento em que as trabalhadoras e trabalhadores se submetem a condições extremas de exploração, no qual o trabalho análogo a escravidão tem sido recorrente na história do café no Planalto, com casos de homens, mulheres e crianças resgatados pelo Ministério do Trabalho. Neste sentido, aquilo que aparece para os sujeitos enquanto possibilidade de manutenção da vida por meio do trabalho, se realiza de forma, degradante, desrealizando e precarizando ainda mais suas vidas, pois despendem suas energias vitais em uma atividade que absorve seu tempo, sua força física e psíquica em troca do direito a uma sobrevivência tão precária quanto sua atividade laboral no café. No entanto, a perversidade desta contradição

faz parte da lógica irracional e incoerente, desde a perspectiva do trabalho vivo, do sociometabolismo do capital que ao passo que depende de maneira vital do uso da força de trabalho, o faz na determinação de condições alienantes sobre os trabalhadores, desapropriando-os do controle de sua própria capacidade produtiva (MENEZES, 2007).

2.1 A MEMÓRIA FEMININA DO TRABALHO NOS CAFEZAIS: mobilidade e produção da periferia urbana

Os depoimentos de trabalhadoras, coletados durante os trabalhos de campo realizados na periferia de Vitória da Conquista, mostram como o processo de mobilidade do trabalho no café, participou da origem dessa área urbana. Esta opção metodológica nos colocou diante da compreensão dos fluxos de trabalhadores e trabalhadoras não apenas como a mera quantificação de trabalhadores. Mas, a partir das histórias de sujeitos reais, na tese de que a produção do espaço, antes de ser produto de terminologias totalizantes como “as determinações do capital” ou da “luta de classe” é, por essência, a história de vida de sujeitos reais. Sobre eles recaem, além do destino de classe, ainda o destino de gênero construído simultaneamente enquanto produto e processo de sua representação. Como explica Lauretis, (1994, p. 212):

O sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos social.

Neste sentido, propõe-se a ideia de que a representação de gênero não está pautada apenas da diferenciação entre masculino e feminino, pelo

contrário, busca-se essa concepção por outro ponto de vista, na qual se entenda o sujeito social e as relações de subjetividade com a sociabilidade, concebendo um sujeito constituído no gênero, e não só pela diferença sexual “um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe” sendo um múltiplo em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido”. (LAURETIS, 1994, p. 208).

A trajetórias dessas mulheres, sobe as quais recai o peso não apenas de ser mulher em uma sociedade na qual as relações patriarcais estão entranhadas, veem recai sobre si, além do destino de gênero, também o destino da classe social na qual estão inseridas.

Neste sentido, nossa compreensão da história da cafeicultura no Planalto e da produção da periferia urbana de Vitória da Conquista, parte da análise das histórias singulares de trajetórias dolorosas de mobilidade do trabalho e desprendimento de seus locais de origem na busca por chances de melhorar suas condições de vida. Todavia, nessas histórias comparecem momentos e estratégias de resistência e solidariedade de classe e entre mulheres que nos ajudam a ampliar a leitura sobre estes processos, já que grande parte dos estudos sobre a história da cafeicultura e da produção do espaço conquistense partem de uma concepção excludente que homogeneiza a classe trabalhadora deixando passar as nuances de classe, ignorando a inserção diferenciada da mulher nas relações de produção e reprodução.

2.3 TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES ENTRE O CAMPO E A CIDADE

As trajetórias das trabalhadoras expressam a insegurança de uma vida itinerante entre o campo e a cidade, marcada pela precariedade e luta pela sobrevivência. Nesses casos, a mobilidade do trabalho tem sua expressão dual muito clara, pois enquanto aparece para as trabalhadoras, como possibilidade de continuar se reproduzindo através do trabalho, é também ao mesmo tempo, o momento de submissão de seus corpos e intelecto aos ditames de uma força superior à sua vontade e seus anseios.

Assim, as trabalhadoras, como nos lembrava Gaudemar (1977), se veem imersas em um movimento no qual, diante da situação de miséria em que se encontram, só tem a opção de se mover na mesma direção, ou ver a si e a sua prole padecer.

Esta dinâmica que à primeira vista, pode aparentar passividade destes sujeitos frente a um quadro estrutural, no qual se deixariam levar por determinações que são superiores à sua vontade. Todavia, em uma análise mais aprofundada emerge também, como estratégia de sobrevivência, ou mesmo resistência.

A seleção das nossas interlocutoras foi constituída por trabalhadoras que: a) migraram com a família, ora composta por marido e filhos, ora pela mãe e os irmãos, ora acompanhadas de vizinhos e vizinhas ou outros membros da família, mas que dificilmente migravam sozinhas por entenderem a sua vulnerabilidade enquanto mulher, numa sociedade patriarcal permeada pelo machismo e a misoginia; b) trabalhadoras oriundas de municípios do entorno de Vitória da Conquista, como também procedentes de outros estados como Minas Gerais e Espírito Santo. Todas elas resgataram das suas memórias as histórias de vida errantes até chegarem “no café” e, finalmente na periferia de Vitória da Conquista. Como mostram os depoimentos a seguir:

Nós veio vindo, ali por Minas, por essas banda de Almenara. Minha mãe era lá do Espírito Santo, e eu e meus irmão nascemos lá, mas meu pai era da região aqui, de Caetité, aí nós veio parar lá na Barra do Choça, e de lá nós veio aqui pra Conquista. [...] Nós ia trabalhando, trabalhando, assim, “a dia”, plantando café, limpando de enxada, [...] O dinheiro era pouco, mas a roça era cheia de gente, muita mesmo, uns covando e outros plantando, não parava não (grifo nosso). (D.T, 58 anos. Entrevista concedida à pesquisadora em Janeiro de 2016)

Existem, entre as trabalhadoras entrevistadas, histórias de vida que, salvas as particularidades de cada biografia, representam pelas semelhanças

as trajetórias de grande parte das mulheres que dividiram suas vidas entre a cafeicultura e a periferia.

a) O valor moral do trabalho e a autoridade masculina

D. A, trabalhadora de 64 anos que guarda uma rica história de vida marcada por trajetórias de mobilidade, nasceu na zona rural de Condeúba, município do semiárido baiano, de família camponesa, desde a infância, dedicou sua vida ao trabalho no campo, na lida diária com a família na “terrinha” que possuíam, onde produziam “feijão, arroz, milho, criava cabra, criava carneiro, só não tinha gado”. Diante da dificuldade de se produzir e viver como camponês nessa região, a família migrou para Cândido Sales a fim trabalhar em uma roça que produzia fumo. Com a morte da mãe, deu-se um jeito de casar as filhas.

De acordo com a entrevistada, “meu pai me casou, com o primeiro que apareceu, eu tinha 16 anos [...] foi poucos meses do dia que eu vi ele na primeira vez, até o dia que eu casei”, o que demonstra a marca do patriarcalismo na família tradicional, onde as relações de poder são desiguais e o papel de subalternidade da mulher diante da figura masculina fica explícito. Sendo que o papel “naturalmente” relegado à mulher, é o cuidado dos filhos, eximindo o homem de qualquer responsabilidade, assim, na falta da mãe, e tendo as meninas se tornado “adultas”, a submissão à figura masculina passa do pai, para o marido (GAZZOLA; AJAMBUJA, 2000).

O universo simbólico da ideologia judaico-cristã, no qual a maioria destas mulheres está imersa desde o nascimento, de acordo com Moraes Silva, (2010), é um dos componentes da ideologia do poder patriarcal. Por causa do pecado de Eva, nesta religião, a mulher é considerada como desobediente e “portadora de todos os males que povoam o mundo, sendo culpada pela desobediência a Deus” (p. 20). Grande parte de seus relatos de vida estão permeados pela concepção do patriarcado, onde a mulher aparece como um ser oprimido, sendo, por muitas vezes objeto, e não sujeito, são mulheres que tiveram de aceitar o sofrimento como parte

necessária de suas vidas, já que de acordo com a concepção religiosa “Deus possui o controle de todos os homens e da natureza, e para agrada-lo é preciso percorrer o árduo caminho da obediência e da submissão” (p. 16).

Na ideologia do poder patriarcal, o sofrimento se torna parte constitutiva do destino feminino, seja com a criação dos filhos, seja na relação com o marido, tornando recorrentes os casos de mulheres que toleram a violência, a exploração e alcoolismo do cônjuge por toda a vida, se tornando exceção aquelas que conseguem romper com tal destino. Ainda assim, recai sobre elas o sentimento de culpa por qualquer insucesso, seja dos filhos, da relação com o marido, e de si próprias (MORAES SILVA, 2010, p. 16).

Outras questões que explicitam submissão ao pai e ao marido autoritário ficam expressas nas falas das trabalhadoras através de lembranças que refletem o conteúdo da ideologia do patriarcado que se estendia de casa, ao espaço do trabalho na roça, onde a imagem do pai-patrão se confunde com a dos gerentes e fiscais das fazendas (MORAES SILVA, 2010), sendo comum ouvir entre algumas dessas mulheres expressões como “eu era muito criança, [...] com 5 anos meu pai botava a gente para ir trabalhar na roça”, “mesmo nós pequeno, quando dava a hora de sair pra roça, não podia ficar ninguém em casa, podia tá o sol que fosse, a chuva que fosse, tinha que ir trabalhar” (D. A, 64 Anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Muito mais do que uma atividade produtiva, o trabalho se configura como sendo, também, um valor moral relacionado à dignidade, além de por um lado afirmar a masculinidade, através da afirmação do homem responsável que serve para edificar família e por outro da feminilidade, que corresponde ao padrão que a sociedade burguesa impõe a figura feminina, enquanto “mulher trabalhadeira” apta a cuidar de uma família. Podendo ser levado em conta no momento da escolha da mulher ideal para se tornar esposa e mãe (MENDES, 2009).

O trabalho enquanto valor moral, nos casos estudados tem sido passados de geração em geração, e incentivados desde muito

cedo, começando na infância, caracterizando a realização das tarefas não só como uma ajuda, mas como trabalho infantil, sobrecarregando as crianças com jornadas de trabalho que, muitas vezes os privavam do acesso aos estudos e do bem estar (*idem*). Conforme aparece no fragmento abaixo.

Meus filho toda vida foi trabalhador, porque nós ensinava desde cedo. Almiro tinha oito anos e ele era muito esperto, gostava muito de trabalhar, aí pegava uma rua de café pra mim mais Almiro e outra pra meu esposo mais meu outro menino de 5 anos, que era Zé, aí quem terminasse primeiro ajudava o outro a terminar. (...) Eu já peguei até 22 latas de café por dia. Minhas menina pegava, meus filho pegava. Esse filho meu pegava até 32 latas, conforme a rua que pegava. Porque eles era esforçado pra trabalhar. (D. L, 61 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Estes apontamentos, valem tanto para as trabalhadoras entrevistadas, quanto para seus filhos, compreendendo aquelas que viviam e trabalhavam nas fazendas, e também as que já haviam se fixado na periferia de Vitória da Conquista.

Como expressão concreta das formas perversas de precarização, a mobilidade do trabalho, impõe que os trabalhadores e trabalhadoras sejam “sensíveis” a toda a variação da sua força de trabalho, que lhe permita antever um melhor salário, ou simplesmente se manterem vivos (GAUDEMAR, 1977), assim, diante da precariedade da vida e do trabalho em que se encontravam, muitas trabalhadoras, mesmo que nunca tivessem entrado em um cafezal, logo, não sabendo lidar com este tipo de cultivo, viram-se diante da possibilidade de garantir que suas necessidades imediatas e talvez a longo prazo fossem sanadas. Como mostra o depoimento a seguir, de uma trabalhadora que animada com a possibilidade de ter alguma renda, descreve sobre como tomou conhecimento do trabalho no café e convenceu o marido, também inexperiente nesta atividade, a aceitar entrar na empreitada.

Eu tava morando em Cândido Sales, numa casinha veia alugada, que era tão pequena que nem uma cama de casal que eu tinha, eu consegui montar, porque não cabia no quarto. [...] nesse tempo eu já tinha quatro filho [...]. Eu sem trabalhar... mas toda vida, eu nuca gostei de ficar parada, tinha que arranjar um jeito de ganhar um dinheirinho, aí as vezes lavava uma roupa pra um, lavava um prato pra outro, capinava uma roça. [...] Meu marido passava a semana toda trabalhando na carvoeira, ele fazia carvão pros outros [...] Aí uma mulher foi lá em casa, umas menina que eu conheci lá em Nova Conquista que disse que já tinha 3 anos que trabalhava e numa fazenda e que lá o povo tava ganhando muito dinheiro, que tava puxando de rodo.[...] Aí ela falou comigo: vambora panhar café, na fazenda lá de Conquista, lá o povo ta panhando café, você precisa de ver, tem gente que ta panhando 100 latas na semana. [...] Aí eu falei com meu esposo... ô meu Deus, eu queria tanto comprar uma casa pra mim, pra largar de viver nessa vida, nessa casinha véa alugada. Aí ele falou: Qua! Nós não vai pra esse café não, nós não conhece nem café. Mas aí eu falei que a mulher disse que lá tava bom pra nós ganhar dinheiro, para sair dessa vida. (D. A, 64 anos, Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

O período da colheita costumava durar de cinco a seis meses e este era o tempo que os trabalhadores permaneciam nas fazendas antes de regressarem para suas casas. Em vez de retornar para sua cidade de origem, algumas das famílias de trabalhadores que se destacavam na colheita pelo empenho no trabalho, conseguiam ser admitidas nas fazendas, permanecendo por alguns anos, antes de se mudarem definitivamente para a periferia de Vitória da Conquista.

Entre as diversas trajetórias de mobilidade do trabalho, outra entrevistada, descreve a odisseia que passou para chegar até a fazenda em que iria trabalhar com a família no distrito de Inhobim, principal produtor de café de Vitória da Conquista. Dona Lina, que nunca tinha entrado em um cafezal, assim como tantas outras trabalhadoras protagonistas deste processo, relembra a saída com a família rumo ao desconhecido.

Eu arrumei os meninos, peguei só as roupas, o resto eu deixei lá, peguei uns lençol, uns travesseiro, essas coisinha pouca, fiz uma trouxa, assim, arrumei uma caixa. Aí nós pegou a estrada saindo de Tremedal, [...] aí nós pegou uma kombi dessas que pega passageiro, aí quando chegou em veredinha nós botou nossas coisas na beira da estrada. Aquela estrada que vai pra Inhobim, tava construindo na época, as basculante tava descendo direto com terra, essas caçamba que joga terra. Aí nós esperou até meio dia, quando foi meio dia, passou uma basculante e nós pediu pra subir, e ela deixou nós lá em Inhobim. Isso foi em 1 de maio de 1979. Aí foi eu, meu esposo e meus fi. Acho que foi mais umas duas famílias mais nós, mas agora eu não tô lembrada.

E nós desceu... peguei e botei a malinha de roupa dos meninos na cabeça, meu esposo pegou as outras sacolas, eu peguei a menina pequena, que era pequenininha, tava com dois anos, aí nós foi andando até nós chegou lá na fazenda.[...] Os pé de café, o lugar que era vermelho, tava todo vermelhinho, que tem o café Mundo Novo é vermelho e o Catuaí é os caroço amarelo

(D.L, 61 anos, Entrevista concedida à pesquisadora em Janeiro de 2016).

Muitas dessas trabalhadoras, que não estavam acostumadas à lida nos cafezais, não conheciam as técnicas de retirada dos frutos, e dizem que o aprendizado veio com a prática. Algumas contam que recebiam as primeiras instruções de outras mulheres, que se solidarizavam prestando ajuda às trabalhadoras novas, ensinando como colher o café, qual o melhor jeito de manusear as galhas sem ferir as mãos, alertavam sobre a importância de não retirar os frutos que não tinham completado a maturação, a fim de evitar que fossem chamadas a atenção pelos fiscais e tivessem desconto na produção. A ajuda também vinha relacionada aos alojamentos, uma trabalhadora recém-chegada, que conhecia alguém que já estivesse na fazenda, contava com essa ajuda para separar o quarto onde a nova trabalhadora ficaria alojada com a família, ou a depender do tipo de alojamento, dividiriam o mesmo ambiente.

As falas a seguir demonstram a aflição das trabalhadoras com o primeiro contato na colheita e de como este trabalho é lesivo, chegando a ferir suas mãos.

Quando nós chegou lá, que viu aquela multidão de gente, [...] aquela multidão de roça... [...] Aí eu pensei, meu pai do céu, o que que eu vim fazer aqui nesse lugar que eu não conheço ninguém, que eu não conheço nada! [...] foi, eu, meu marido e as menina e pegou três lata, porque não sabia nem pegar, aí agora foi continuando... De repente tinha dia de nós pegar 80 lata de café. [...] Porque nós era esforçado, mas quem não esforça não pega nada, café é uma coisa assim, você tem que ter coragem, ou com sol ou com chuva e machucava muito a mão (D. L, 61 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Eu aprendi a panhar café sozinha, com 12 anos, eu via os povo puxando eu ia lá e fazia igual. Aí quando pegava café verde eles mandava manerar na mão. [...] Machucava a mão por causa daqueles espinhozinho do café. [...] Eles não dava luva, não dava bota, não dava nada. (F, 18 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Os depoimentos das trabalhadoras, revelam a perversidade do trabalho ao qual se viam obrigadas a realizar, que apesar de ser praticado por mulheres e homens, recaía de forma mais pesada sobre as mulheres, visto que as trabalhadoras, acabam sendo menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho, quanto pelas organizações sindicais (NOGUEIRA, 2010), sobretudo neste período de introdução da cafeicultura na região, no qual a representatividade do Sindicato dos Trabalhadores indicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Vitória da Conquista não acontecia de forma efetiva, até o início da década de 1980, quando passou a ser pressionado pelos trabalhadores do café, que reivindicavam contra a exploração do trabalho nessa atividade, o que culminou em uma grande greve do café em 1980 que ganhou repercussão nacional pela quantidade de trabalhadores mobilizados, cerca de 15 mil (SOUZA, 2008).

b) Os limites à educação formal das mulheres, migração infantil e o trabalho informal e doméstico

Tanto para as trabalhadoras que viviam nas fazendas, quanto para aquelas que saíam da periferia de Vitória da Conquista, as condições da vida no meio rural ou urbano, apresentavam entraves ao acesso à escola. Na fazenda de café, pela própria rotina diária de trabalho, que se somava à dificuldade do deslocamento até um centro urbano ou sede de algum distrito que dispunha de equipamentos destinados à educação infantil, o que não era diferente na periferia de Vitória da Conquista, onde importantes lutas precisaram ser travadas para que o direito à educação das crianças fosse minimamente garantido.

Uma das entrevistadas, moradora da fazenda lembra que sua filha mais velha foi à escola pela primeira vez com 15 anos, quando finalmente a prefeitura de Vitória da Conquista enviou uma professora para das aulas no distrito de Inhobim. Outra trabalhadora, residente da periferia, conta que seus 5 filhos, passaram boa parte de suas infâncias sem acesso à escola ou creche.

Além da migração de trabalhadoras e trabalhadores adultos, entre aqueles que se fixavam nas fazendas de café, se tornou comum a migração infantil para Vitória da Conquista, sobretudo de meninas, que em sua maioria analfabetas, eram enviadas pelos pais para a cidade, a fim de conseguirem acesso à educação e como pagamento pela estadia na casa dos patrões, trabalhavam como empregadas domésticas e babás nas casas dos donos da fazenda, de familiares ou conhecidos dos patrões. Aos poucos, iam deixando de lado os costumes da vida no campo e introjetando as tarefas dos novos ofícios que, não lhes eram estranhos, pois desde muito novas aprendiam a lidar com os serviços domésticos, entretanto, na cidade, estas tarefas tinham especificidades do estilo de vida urbana (MENDES, 2007).

Aos poucos, com a adaptação e fixação na cidade, outros membros da família, que ainda estavam nas fazendas de café, iam fazendo o mesmo

percurso, irmãos, irmãs, pai, mãe... chegando a Vitória da Conquista para trabalhar como faxineiras e diaristas e se somando a outras famílias de trabalhadoras na periferia da cidade, como atesta o depoimento que segue:

Meus filhos foram crescendo e como lá na fazenda não tinha estudo, as minha meninas vieram para Conquista. Uma delas, a Marleide, veio para cá com 9 anos de idade trabalhar e estudar. Nanda veio com 16. Branca veio com 12 anos e aí veio todo mundo, porque eu também larguei a roça de café. As minhas filhas trabalhavam em casa de família, cuidando de casa e dos filhos das patroas. Uma foi passar um tempo em São Paulo também. (D. A, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Não somente as filhas das trabalhadoras, como elas próprias, quando migraram definitivamente para a periferia de Vitória da Conquista se tornavam trabalhadoras domésticas ou diaristas, inicialmente nas casas dos patrões e conhecidos destes e partir disto a rede de casas de família na qual trabalhavam ia se expandindo.

c) A desigualdade no valor pago pelo trabalho realizado: O pagamento por produção

Era comum, entre os trabalhadores e trabalhadoras que migraram para trabalhar na cafeicultura no Planalto da Conquista, a migração familiar, pois quanto maior a quantidade de mãos colhendo café, maior também a renda obtida pela família, já que o trabalho na colheita do café não conhecia sexo, nem idade. Mulheres, homens e crianças trabalhavam por produção e neste caso, se destacava aqueles que conseguissem se tornar mais ágeis.

Esta estratégia de pagamento, na colheita, por produção, vem como herança da cafeicultura do centro sul do Brasil e tem funcionado como forma de se extrair mais trabalho não pago, ou seja, ampliar a taxa de exploração da mais-valia absoluta, na qual se tem a aferição

do salário a partir da quantidade produzida, neste caso, colhida. Esta situação que apresenta-se inicialmente como favorável aos trabalhadores e trabalhadoras já que possibilita um acréscimo na sua remuneração, que depende unicamente do seu esforço, tornando o aumento da produtividade um interesse individual, realmente representa um ganho monetário para os trabalhadores e trabalhadoras, mas vem em troca de um maior desgaste na atividade laboral.

De acordo com Marx (2010. p.644) “o salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que aumenta o número de peças a ser produzido no mesmo tempo, isto é, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça”. Neste sentido, na cafeicultura quanto mais ágeis se tornam os trabalhadores, diminuindo o tempo de “produção” da unidade de medida, que em geral corresponde a uma lata (equivalente a 20 litros dos frutos de café), mais barata ela se torna, ampliando a exploração e degradação da sua força de trabalho, ou seja, enquanto amplia a sua desgraça, o trabalhador produz, proporcionalmente a riqueza para seu patrão. (Idem).

d) Diferentes trajetórias que constituem a periferia urbana de Vitória da Conquista

As trajetórias de vida das trabalhadoras que tivemos contatos, mostram histórias diferentes de mobilidade que tem em comum dois pontos: a cafeicultura e a periferia. A maioria não possui uma trajetória simples de saída do local de origem para o café e depois para a periferia, mas são trajetórias tortuosas, com meandros entre um e outro espaço. Algumas das trabalhadoras que saíram com suas famílias, conseguiram permanecer como empregados nas fazendas de café por determinados períodos, antes de migrar definitivamente para um bairro da periferia de Vitória da Conquista.

Há também, casos de famílias de trabalhadoras que se deslocaram, da cidade de origem, para Barra do Choça e outros municípios produtores de café no Planalto da Conquista e posteriormente chegaram a Vitória

da Conquista, como também aquelas trabalhadoras que migraram por vezes para as fazendas dessa região como diaristas e catadoras de café, retornando a seus locais de origem no fim de cada colheita até enfim se mudarem para a cidade em estudo, construindo assim, a história espacial da produção da periferia conquistense pela mobilidade do trabalho.

e) A reprodução da vida no espaço urbano: mulheres e acesso a moradia

O acesso a moradia em Vitória da Conquista também não aconteceu da mesma maneira para todas as trabalhadoras que tivemos contato, entre as quais existem relatos de que de início, foram morar na casa de parentes ou amigos que já viviam nesta cidade, ou ainda viveram em casas ou cômodos alugados até conseguirem adquirir os lotes nos quais construíram suas casas.

O depoimento a seguir conta a história de algumas dessas trabalhadoras que chegaram na cidade de Vitória da Conquista, respectivamente nas décadas de 1970 e 1980,

Quando nós chegou aqui em Conquista, que antes nós morava na Barra do Choça, nós construiu essa casa aqui, que nem era minha, era de minha mãe, aí ela morreu e deixou pra mim. (...) Aqui em Conquista eu só morei aqui no kadija, desde quando era novinha, minha mãe ganhou esse terreno da prefeitura e fez essa casa. (E, 56 anos, entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Depois do tempo que a gente morou na Barra do Choça, (...) voltou pra Poções (...). Aí nós veio pra Conquista, já tinha uma filha minha morando aqui, que era casada, (...) nós morou com ela um tempo, aí meu genro conseguiu com a prefeitura esse terreno aqui e deu pra a gente. A casa quem construiu foi meus filhos e meu esposo, nós junto. (...) Ia trabalhando e juntava com aposentadoria nossa (...) foi comprando uma cerâmica, um forro, as coisa de casa (...) e foi fazendo e hoje ta assim. (D. L, 68 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

A história dessas trabalhadoras, representam milhares de outras trabalhadoras e trabalhadores, sozinhos, ou com suas famílias, que migraram para Vitória da Conquista entre as décadas de 1970 até 1990 com relação a cafeicultura. Já que a partir desse período, essa atividade econômica apresenta uma diminuição na requisição da força de trabalho, em virtude da introdução de maquinário especializado em diversas etapas do processo produtivo, principalmente a partir de 2013 com a aquisição de maquinários poupadores de força de trabalho, como colheitadeiras automotrizes que substituem cerca de 200 trabalhadores cada uma. Essas novas transformações no campo do Planalto da Conquista, transformaram, mais uma vez a realidade e o destino dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nessa atividade. A cada novo período de expansão do café, novas levas de trabalhadores e trabalhadoras chegavam para fazer parte de sua população urbana, e neste processo, tem-se a formação de uma periferia bastante ligada ao trabalho na cafeicultura.

Considerações

A configuração urbana atual da periferia de Vitória da Conquista é resultado dos processos que sucederam a década de 1970. Como abordamos, com a instalação e desenvolvimento da agroindústria cafeeira na região do Planalto da Conquista a morfologia da cidade mudou. A nova dinâmica sócioespacial teve rebatimentos sobre Vitória da Conquista, modificando-a para atender a demanda de trabalhadores e trabalhadoras migrantes que chegavam a esta cidade por conta do trabalho no café.

Grande parte destes trabalhadores e trabalhadoras “chegantes” continuou a reproduzir suas vidas em uma relação de mobilidade do trabalho entre a cidade e o campo. Se ocupando no trabalho rural da colheita sazonal do café e buscando na cidade, outras formas de inserção no mercado de trabalho, geralmente de forma precária e temporária.

Durante muitos anos, especialmente no período de expansão da cafeicultura entre as décadas de 1970 e 1980, inúmeros caminhões

abarroçados de homens, mulheres e crianças saíam de bairros da periferia de Vitória da Conquista, levando força de trabalho para a colheita do café. Muitas trabalhadoras faziam este percurso diariamente durante muitos anos de suas vidas.

Contudo, a partir do final da década de 1980, a crise mundial do café apresentou rebatimentos importantes, não sobre a produção cafeeira, que se manteve estável, mas incidiu sobre a força de trabalho, que começou a ser dispensada gradativamente. Entretanto, até a década de 1990 o número de trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam da cidade para as fazendas de café ainda era bastante expressivo. Porém, o capital tem a necessidade de continuar se reproduzindo de maneira que se consiga “mais, por menos” afim de aumentar a taxa de mais valia, assim, passa a investir em tecnologias, como começa a acontecer no Planalto e em Vitória da Conquista a partir dos anos 2000. Quando, visando a diminuição de gasto com a força de trabalho, as grandes fazendas passaram a investir mais recursos na mecanização. Neste processo muitos trabalhadores e trabalhadoras requisitados para a colheita foram substituídos por colheitadeiras automotrizes. Sob este processo, e no que tange toda a história da cafeicultura no Centro Sul da Bahia, a pobreza dos trabalhadores e trabalhadoras se torna o outro lado da riqueza de seus patrões, que no sistema desigual do capitalismo, só pode ser alcançada em coexistência com a miséria. Em uma regra de proporcionalidade que quando mais riqueza se acumula, mais homens e mulheres miseráveis são produzidos. Este é o processo que os discursos e programas de desenvolvimento regional ocultam.

Desde a perspectiva urbana, planejar e decidir para onde e como se expande uma cidade significa determinar a forma e distribuição do solo urbano e seus usos. Logo, produzir as bases materiais das relações sociais. Como isso queremos destacar que produzir uma cidade dispersa, com mais ou menos espaços públicos, com habitações precárias, com mais ou menos vias de comunicação ou com uma distribuição desigual de equipamentos urbanos básicos, são decisões que aumentam ou diminuem

as desigualdades de classe e, embora pouco estudadas, as assimetrias de gênero nesses espaços.

Morar em um loteamento distante, com pouca infraestrutura pública e sem serviços mínimos, condiciona a vida cotidiana de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, de forma diferente. O planejamento não é portanto neutro desde a perspectiva de gênero, pois mesmo nas periferias urbanas esse pode melhorar ou prejudicar o modo como as mulheres se relacionam com o espaço onde moram e trabalham. Todavia, no planejamento urbano clássico³ grande parte das necessidades sociais são continuamente relegadas a questões de eficiência econômica. Essa leitura economicista faz com que as mulheres trabalhadoras sejam socialmente as grandes prejudicadas.

Um dos grandes diferenciais da relação das mulheres, respeito os homens, com a cidade e, particularmente, com a periferia é nas questões relativas à vida cotidiana.

As mulheres trabalhadoras do café, no entorno agrário de Vitória da Conquista, reproduziram cotidianamente suas vidas no espaço urbano da periferia, além de construírem as condições necessárias para a reprodução das suas famílias. A experiência cotidiana dessas mulheres nos loteamentos precários destinados às famílias “do café” na década de 1970, difere da experiência dos seus companheiros de vida e de trabalho. Fundamentalmente, porque a responsabilidade do doméstico continua considerando-se responsabilidade feminina, e os trabalhos “no doméstico” ainda que produtivos e remunerados e não apenas reprodutivos, continuam sendo considerados complementares ou ajudas. Pelo fato de serem executados basicamente por mulheres.

Contudo, o que queremos destacar é a sobrecarga de atividades que sofre o tempo dessas mulheres trabalhadoras do café também no “espaço da vida cotidiana não produtiva”, neste caso na periferia. E como nos ritmos extenuantes e nas demandas sobrepostas de família e trabalho essas mulheres conseguiram transformar “vazios urbanos” em locais de vida e

3 Nos referimos aqui às práticas urbanísticas que não levam em consideração às relações sociais de gênero nem de classe nas suas proposições.

moradia. Sem transformar a subalternidade de gênero, que culturalmente ordena esses espaços, essas mulheres criaram estratégias para que sem subverter essa lógica, utiliza-la no seu proveito, desenvolvendo práticas de solidariedade feminina não previstas no planejamento econômico do espaço urbano da cidade.

A sobrecarga no tempo de vida e trabalho dessas mulheres, a comumente denominada dupla jornada tem a ver, também, com o planejamento urbano. Na medida em que essas mulheres são obrigadas a compatibilizar as possibilidades que esses espaços, via de regra precários, apresentam com as demandas do dia a dia. Essas demandas vão desde a manutenção, criação e cuidados das suas famílias, até a procura de renda por meio do assalariamento rural e urbano. De uma forma ou de outra, o trabalho desempenhado pelas mulheres é precário e informal, seja no espaço urbano ou rural, contudo, esse ambiente nos revelou processos ainda mais perversos como a degradação trabalho feminino e a submissão a condições análogas á escravidão.

Neste sentido, entendemos que a periferia urbana da década de 1970, onde as mulheres sobreviviam de “quebrar pedras” e da doação alimentos por projetos de padres da Igreja católica, pouco diverge da realidade de muitos desses espaços em 2016, onde, na condição de trabalhadoras supérfluas, descartadas do processo de produção, precisam partir para a mendicância. A realidade do trabalho das mulheres da periferia de Vitória da Conquista, chega ao ponto da submissão ao trabalho análogo a escravidão, como constatamos na nossa pesquisa ao entrevistar D. E, trabalhadora de 56 anos, resgatada pelo Ministério do Trabalho em uma fazenda de café do município em 2012. Junto com ela, estava sua filha de 14 anos trabalhando nas mesmas condições. Em 2015, jornais do estado do Espírito Santo noticiaram o resgate de trabalhadores e trabalhadoras de Vitoria da Conquista em situação análoga à escravidão nas fazendas de café capixabas. Essa informação, foi confirmada por trabalhadoras da periferia, que disseram ter precisado recorrer a outros lugares, mais distantes, para continuar a trabalhar. Isso nos mostra o quanto a realidade

é dinâmica e como o capital continua a criar estratégias para manter a força de trabalho em movimento, deslocando para determinados espaços, uma força de trabalho migrante que se torna mais barata do que a local. E se o trabalho continua “em mobilidade” é porque a circulação da mercadoria força de trabalho é condição para a reprodução e acumulação do capital.

Assim o desenvolvimento regional que chegou no Centro Sul baiano com o discurso de encurtar as distâncias percorridas pelos trabalhadores ‘em mobilidade’ pelo trabalho, criou um exército de trabalhadores e trabalhadoras para dispensá-lo tempos depois. Nesse contexto, ainda que as dinâmicas territoriais do trabalho mudem, elas continuam em movimento, para outros espaços e territórios.

A mobilidade do trabalho em relação à cafeicultura, tão ligada a produção da periferia de Vitória da Conquista, apesar de estar desaparecendo dentro da própria região, agora expande suas fronteiras, levando mulheres, homens e famílias inteiras a buscar em locais, cada vez mais distantes, formas de se manterem vivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. **Produção sócio - espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA.** 2005. 192f (dissertação) Mestrado em Geografia. Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 2005.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço.** São Paulo: Edusp, 2011.

CARMO, M. A. A. **Migrações temporárias e as relações de trabalho no campo: O caso da cafeicultura do cerrado.** Anais do XXI Encontro de Geografia Agrária, Uberlândia- MG, 2012. Disponível em:< <http://docplayer.com.br/4725124-Migracoes-temporarias-e-as-relacoes-de->

trabalho-no-campo-o-caso-da-cafeicultura-do-cerrado.html> Consultado em maio de 2015.

FERRAZ, A. E. Q. **O espaço em movimento**: O desvelar da rede dos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2009.

_____. **O urbano em construção Vitória da Conquista**: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FERRAZ, A. E. Q ; ALMEIDA, M.C.C. Transformações Sócio -Territoriais na cidade de Vitória da Conquista - BA. In: Simpósio nacional de Geografia Urbana, X, 2007, Florianópolis, Anais **Trajetórias da Geografia urbana no Brasil: tradições e perspectivas**. Florianópolis, UFSC, 2009. p. 1-17.

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102966>> Consultado em março de 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 34 ed. 2007.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do Capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GAZZOLA. T.; AJAMBUJA. M. L. F. **A mulher e o processo produtivo**. In: Publicatio UEPG, v. 8, n 1, 2000. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2728/0>. Consultado em fevereiro de 2016.

INFOPLEX, **Perfil básico de empresas**. Disponível em: <<https://www.infoplex.com.br/perfil>> Consultado em Agosto de 2015.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MADALOZZO, R; MARTINS S. R; SHIRATORI L.
Participação no mercado trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?
Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 547-566, maio-agosto/2010 In: Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000200015&script=sci_arttext> Consultado em Agosto de 2015.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e Capital e salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, J. De S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MEDEIROS, R. H. A. Vitória da Conquista nos anos 1960 – 1978. In: MOSCONI, Luis (Org.). **Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 223p.

_____. **Os loteamentos e a expansão urbana de Vitória da Conquista**. In: Fifó, Vitória da Conquista 25 de Janeiro de 1978. Ensaio Conquistenses, 9.

MENDES, M. A. **De trabalhadoras rurais a chefes de família em ZEIS: Visitando as trajetórias e estratégias femininas**. In: Raízes. Vol.21 nº 1. 2008.

MENEZES, Sócrates. Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des)trabalho**. 2007. 382f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGeo – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MORAES SILVA, M. A. **Mulheres Trabalhadoras Rurais: Trajetórias e Memórias.** In: Ruris. v 4 n 2, 2010.

MORAES SILVA, M. A. MENEZES, M. **Migrações Rurais no Brasil: Velhas e novas Questões.** Inscal, 2009. Disponível em: <<http://inscal.blogspot.com.br/2009/06/migracoes-rurais-no-brasil-velhas-e.html>> Consultado em Fevereiro de 2016.

MOURA, D. A. S. **Andantes de Novos Rumos: A Vinda de Migrantes Cearenses para Fazendas de Café Paulistas em 1878.** In: **Revista Brasileira de História.** vol. 17 n. 34, São Paulo 1997.

NOGUEIRA, V. S. **Sair para o Café: uma Etnografia do Processo Migratório em Famílias Camponesas.** In: TEIXEIRA, P.E, BRAGA, A. M. C., BAENINGER, R. (Orgs) **Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras.** Marília, SP: Cultura acadêmica Editora, 2012.

NOGUEIRA, C. M. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução.** In: **Revista Aurora** ano IV número 6 – Agosto de 2010. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/aurora> Consultado em: Agosto de 2015.

OLIVEIRA, J. V. **Aspectos Econômicos e Sociais da Cultura do Café na Bahia,** In: **Princípios – Revista Teórica, Política e de Informações,** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1984. Disponível em: <http://fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_93.pdf> Consultado em: Julho de 2015.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. In: **Revista da ANPEGE,** No 2, 2005. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/view81>> Consultado em Maio de 2014.

SAFFIOTI, H. I.B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO, A. V. O. **A mobilidade do trabalho, e a produção do espaço regional de Vitória da Conquista – Bahia.** Tese. (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

SANTOS, A. L. **Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura:** As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1986.

SANTOS, A. J. **Memória, ideologia e lutas de classes em vitória da conquista:** a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais. 2014. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2014.

SANTOS, R. S. **A construção de Cidades no Brasil:** Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010). Tese (Doutorado em Geografia). Barcelona: Universitat de Barcelona. Programa De Doctorado: Geografia, Planificaci3n Territorial Y Gestió n Ambiental, 2013.

SINGER, P. **Migrações Internas:** Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Economia Política da Urbanizaç3o. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, S. T. **Da negaç3o ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGEO, 2008.

SOARES, V. O. **A territorialização da Cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia:** Transformações e contradições no espaço agrário. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGeo – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

SPAGGIARI SOUZA e FREITAS. **Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do sul de Minas Gerais.** Revista UNIABEU, Belford Roxo. V.8 Número 18 janeiro-abril de 2015.

STOLCKE, V. **Cafeicultura:** homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo. Brasiliense, 1986.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: crônicas de uma cidade.** Vitória da Conquista: Gráfica Brasil, 1994.

PARTE III

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA:

Práticas educativas e formação de professores

Antônio Carlos Pinheiro

Os três capítulos que tratam do ensino são produtos de dissertações de mestrado realizados no PPGG/UFPB, na linha de Educação Geográfica. Nas últimas décadas tivemos um considerável aumento da pesquisa no campo da educação, em especial da Geografia. O termo Educação Geográfica tem significado não apenas estudos voltados para a Escola Básica, mas também uma retomada da importância da Geografia como instrumento de (re)conhecimento do mundo e da realidade. Neste sentido, apresentamos esses três textos para que os leitores reflitam sobre a relevância da prática espacial consciente no cotidiano e, sobretudo para a formação dos profissionais que atuam no ensino de Geografia na atualidade.

O primeiro texto desta parte: **“Os mapas mentais para leituras de mundo no ensino-apredizagem de Geografia: experiências com alunos da Escola Básica”** de David Luiz Rodrigues de Almeida se insere no campo da Cartografia Escolar trata especificamente do Mapa Mental como recurso para o ensino da Geografia na Escola Básica, em especial nos primeiros anos do ensino fundamental com alunos de uma escola pública de Campina Grande no estado da Paraíba. Para chegar às análises e reflexões das observações e atividades realizadas em campo e aos seus resultados, o autor discute o processo histórico dos estudos e propostas da Cartografia Escolar desde os primeiros estudos até o presente, apresentando as diversas influências teóricas e práticas realizadas por pesquisadores e professores no campo de pesquisa. Na visão do autor a utilização dos Mapas Mentais, como recurso didático, está inserida no contexto da alfabetização cartográfica.

O segundo texto: **“O Estudo do Meio como metodologia para discussão dos problemas ambientais urbanos: o caso do Rio Cabelo”** de Guibson da Silva Lima Junior, trabalho apresenta um roteiro para

trabalho de campo como etapa de um Estudo do Meio, voltado à Educação Básica. O objetivo do trabalho é discutir a poluição dos rios e dos recursos hídricos. Para isso foi utilizado como metodologia o estudo de caso, tendo como objeto principal o Rio Cabelo, um dos rios presentes no município de João Pessoa-PB. O roteiro da proposta do Estudo do Meio segue da nascente a foz do rio Cabelo, o objetivo da pesquisa é destacar os principais elementos responsáveis pela sua poluição e propor a discussão de um dos problemas ambientais locais no Ensino Básico. Outro aspecto abordado é o Estudo do Meio como metodologia para discussão dos problemas ambientais urbanos.

O terceiro texto: **“Formação de Professores e o uso da Geotecnologias no ensino-aprendizagem de Geografia”** de Eliane Souza da Silva, busca compreender o uso das geotecnologias para a formação e prática pedagógica de futuros professores de Geografia que cursam licenciatura na Universidade Federal da Paraíba, campus I, João Pessoa – PB, e Universidade Federal de Campina Grande, campus I, Campina Grande – PB. Para esta pesquisa foi identificado como as geotecnologias estão presentes no Projeto Pedagógico Curricular das universidades pesquisadas. Também a autora realizou uma análise de como ocorre o uso das geotecnologias na formação dos licenciandos de Geografia e a reflexão sobre o (des) uso das geotecnologias para as práticas docentes no ensino de Geografia. A pesquisa tem caráter qualitativo com a utilização do estudo de caso, de entrevista semiestruturada e de grupo focal.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O USO DAS GEOTECNOLOGIAS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA

*Eliane Souza da Silva
Antônio Carlos Pinheiro*

O texto deste trabalho baseia-se em minha pesquisa de mestrado, defendida em 2016 no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O interesse pelo tema surgiu da minha experiência como professora de Geografia na Educação Básica, além do fato de estar vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (GEPEG) da UFPB, que me possibilitou participar de diversas discussões a respeito da temática de formação de professores e da Educação Geográfica. Em virtude dessas experiências tive a curiosidade de me aprofundar no assunto, buscando compreender quais as contribuições que a academia tem oferecido aos futuros professores de acordo com os seguintes pontos: a prática docente e o uso das geotecnologias; a formação inicial oferecida na universidade e se esta atende às necessidades e interesses dos futuros profissionais da educação e a prática pedagógica dos professores universitários.

As questões levantadas acerca do ensino de Geografia apontam importantes aspectos que indicam a necessidade de se repensar a formação de professores de Geografia no contexto atual. Indicam, também, a falta de qualidade, dentre outros fatores, da formação do profissional dessa disciplina. Um dos fatores que influenciam negativamente no ensino de Geografia é a falta de cursos de licenciatura que assumam, de fato, a preparação de futuros professores.

Quanto à utilização das geotecnologias considero-as como o conjunto de todas as atividades e soluções providas por recursos computacionais que visam permitir a obtenção, o armazenamento, o

acesso, o gerenciamento e o uso das informações (FITZ, 2008). Assim, buscaremos investigar se os sujeitos da pesquisa tiveram durante sua formação acadêmica acesso em algum componente curricular (CC), a algum tipo de geotecnologia como: dados referentes ao sensoriamento remoto (imagem de satélite e/ou fotos aéreas); ao Sistema de Posicionamento Global (GPS); *softwares* de SIG (Sistema de Informação Geográfica); cartografia digital, dentre outros, e se os (as) futuros professores (as) entrevistados (as) se sentem habilitados (as) em utilizar esses recursos em suas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, buscamos como objetivo geral compreender o uso das geotecnologias para a formação e prática pedagógica de futuros professores de Geografia que cursam licenciatura na Universidade Federal da Paraíba, campus I, João Pessoa-PB, e na Universidade Federal de Campina Grande, campus I, Campina Grande-PB.

Para este trabalho temos a identificação de como as geotecnologias estão presentes no Projeto Pedagógico Curricular (PPC) das universidades pesquisadas; a análise de como ocorre o uso das geotecnologias na formação dos licenciandos de Geografia e a reflexão sobre o (des) uso das geotecnologias para as práticas docentes no ensino de Geografia.

O trabalho tem caráter qualitativo com a utilização do estudo de caso, de entrevista semiestruturada e de grupo focal (GF).

Essas metodologias foram utilizadas para compreender o percurso realizado pelos sujeitos da pesquisa, desde o início de sua formação acadêmica até os dias atuais.

Portanto, esperamos com este trabalho contribuir com as discussões sobre a importância e os desafios das geotecnologias na formação do professor de Geografia, de maneira que não tem a presunção de apresentar somente críticas e responsabilizar partes fragmentadas pelos descaminhos pelos quais passa tal formação, mas suscitar ideias no sentido de envolver as partes na busca de soluções.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SEUS DESAFIOS

A universidade e seus professores possuem uma tarefa complexa, na contemporaneidade, no processo de construção da identidade dos professores. Mas como se identifica um professor? E um professor universitário?

Oliveira (2010) afirma que esse profissional é visto como um indivíduo carregado de saberes específicos da área de atuação e com uma bagagem de conhecimentos privilegiada dos demais professores dos outros níveis do ensino. Isso, necessariamente, não comprova que esse profissional seja realmente dotado dos saberes requeridos à ação docente.

Já Anastasiou (2006) considera que, na comunidade acadêmica, alguns problemas relacionados à docência universitária constituem preocupação mais consistente acerca dos saberes e são decorrentes em discussões, quais sejam: insuficiência pedagógica, ausência de legislação explícita à preparação para o magistério superior, além da problemática da formação inicial e continuada.

É notório que a preocupação com a qualidade dos resultados da Educação Superior, principalmente daqueles do ensino de graduação, apontam para a importância da preparação no campo específico e no campo pedagógico de seus docentes, além do que novas demandas são postas sob responsabilidade dos professores, muitas vezes sobrecarregando-os.

Dessa forma, diversas mudanças ocorreram na estrutura da formação de professores, especialmente no que diz respeito à formação inicial em cursos de nível superior. Tais mudanças, segundo Cavalcanti (2011), têm sido de investigação e debate sobre formação e profissão docente, que manifestou-se em âmbito internacional nas décadas de 1980 e 1990, tendo como um dos motivos o movimento de profissionalização do ensino e suas consequências para a questão do conhecimento dos professores. No Brasil, essa discussão alcançou destaque a partir de 1990, quando se buscaram novos enfoques e paradigmas para se compreender a prática pedagógica e os saberes pedagógicos e epistemológicos relacionados ao conteúdo escolar, resgatando o papel do professor como profissional reflexivo.

Para Cavalcanti (2011), nas orientações teóricas para essa formação busca-se a profissionalização do trabalho do professor, o conhecimento por parte do profissional de um conjunto de saberes que lhe dará competência, em princípio, para a atuação requerida.

A formação inicial em cursos de Geografia possui algumas especificidades e particularidades. Em relação a isto, Cavalcanti (2011) afirma que eles formam prioritariamente profissionais para trabalharem no ensino, mas nas expectativas idealizadas e na prática de professores que formam esses profissionais e, também dos alunos, a perspectiva de formação é a do profissional pesquisador, planejador, técnico.

Levando em conta que essa é uma realidade de muitos dos cursos de formação de professores, e entre eles os de Geografia, Cavalcanti levanta alguns questionamentos: como proporcionar uma formação que supere esses limites? Como intensificar as chances de integração teoria/ prática, que pressupõe experimentar diferentes modalidades de prática como práxis? Como superar as inúmeras dicotomias já consolidadas na área da Geografia e que têm repercussões significativas na prática da formação de seus profissionais, destacando-se as referentes à Geografia humana/ Geografia física e bacharelado/licenciatura?

Para a autora, uma das possibilidades de superações desses limites é buscar na prática dos cursos das universidades a formação do profissional em Geografia, como formação básica comum, em todas as modalidades, a partir do início do curso.

De fato os cursos de formação de professores têm historicamente demonstrado sua falta de êxito reforçando o seu estereótipo de cursos fracos, apesar da relevância da profissão considerada estratégica no sentido de condicionar decisivamente as oportunidades de desenvolvimento da sociedade e da economia. Os professores são vistos, via de regra, como profissionais despreparados sem capacidade de gerir autonomamente seus saberes.

Acima de tudo Pires (2007) ressalta que é preciso melhorar a formação, o estatuto social e as condições de trabalho dos professores,

pois estes só poderão responder ao que deles se espera se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e a motivação requerida para que possam adquirir um perfil desejável de profissional, em um quadro de atribuições práticas genericamente delineadas.

Vários materiais didáticos foram criados com o intuito de auxiliar o professor quanto à organização das propostas pedagógicas e visando à inovação da educação. No entanto, ainda existem professores arraigados em uma concepção de ensino embasado nas linhas tradicionais, que não aceitam as mudanças com naturalidade ou até por desconhecimento.

Dessa forma o professor precisa sempre renovar suas práticas, conteúdo e sua postura crítica para promover um processo de ensino-aprendizagem coerente, processo este prejudicado pela dicotomia presente na Geografia quanto aos estudos separados da natureza, sociedade e espaço, que dificulta o aluno construir uma relação entre eles.

Também não podemos deixar de abordar a importância do diálogo entre a universidade e a escola, pois essa interlocução também é fundamental para a formação do professor nos cursos de licenciatura.

Segundo Leão (2013), a escola básica não pode ser vista como um recipiente vazio que deve ser preenchido com os conhecimentos oriundos no Ensino Superior. Destarte, a matriz curricular de um curso de licenciatura deve considerar a realidade da escola básica na definição dos tempos e espaços que compõem as unidades curriculares que se comunicam com a ciência de referência.

Dessa forma entendemos que uma possível aproximação entre a universidade e a escola, numa perspectiva teórica e prática, pode tornar significativo o ensino de Geografia. Ao mesmo tempo, esta aproximação pode ser um caminho para ajudar a reduzir a fragmentação do ensino nas escolas.

E se tratando de formação continuada, Nóvoa (1997) enfatiza a importância dessa formação se concentrando em dois pilares: a própria pessoa como agente e a escola como lugar de crescimento profissional permanente.

É importante e necessário que o professor não fique esperando que o conhecimento chegue até ele somente através de ações das autoridades educacionais. O professor, por iniciativa pessoal, precisa se envolver em leituras acadêmicas e com eventos científicos de sua área de atuação, os quais promovam a sua renovação teórico-metodológica. Essa ação irá também dotar o professor de instrumentos intelectuais que possam auxiliar o conhecimento e interpretação das situações complexas com que se depara no exercício de sua docência.

Precisamos ter consciência que ninguém se torna professor de repente e tampouco pelo fato de se entrar numa sala de aula. Segundo Ferraz et al. (2013), essa passagem é um processo que se dá em duas etapas: durante curso de formação inicial e no conhecimento acumulado ao longo da vida profissional deste docente. Uma graduação de qualidade é necessária, mas não é suficiente, é essencial atualizar-se sempre, isso remete à necessidade da formação continuada no processo da atuação profissional, ou seja, há a necessidade da construção do saber ao longo da vida profissional e pessoal deste professor.

Portanto, os problemas relativos à formação inicial e continuada dos professores se refletem na qualidade do ensino nas escolas básicas. Diante disso se faz necessário que as universidades tenham um olhar diferenciado para a formação do professor e que os cursos de licenciatura em Geografia insiram em seus currículos metodologias que possam contribuir de forma significativa para a formação do futuro professor em relação ao uso das geotecnologias no ensino-aprendizagem de Geografia. Sobre essa temática discutiremos no tópico a seguir.

O USO DAS GEOTECNOLOGIAS E O ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA

No estudo de Geografia, as metodologias resultavam da prática e do que já existia como conteúdos, porém essa prática vem sofrendo modificações ao longo dos anos. As propostas metodológicas não deveriam

ficar estagnadas, mas se adequar e renovar de acordo com a necessidade do professor e do educando. Além disso, as práticas pedagógicas estão diretamente relacionadas à forma como se aborda os conteúdos, daí a necessidade de renovação das metodologias, tendo em vista acompanhar as abordagens sobre temas tradicionais ou atuais desenvolvidos em pesquisas recentes e que compõem a disciplina escolar Geografia.

Atualmente o ensino da Geografia passa, no Brasil, por uma fase de transformação, substituindo o sistema antigo puramente de nomenclatura e mnemônico, por uma compreensão científica da matéria. Compete aos professores que se interessem pela Geografia auxiliar os poderes públicos na difícil tarefa de modernizar seu ensino.

Assim, as geotecnologias contam com inúmeras possibilidades de abordagens dos conteúdos geográficos para despertar o interesse do aluno e gerar questionamentos. Dessa forma, pode-se adotar como metodologia a linguagem cartográfica para a construção de conhecimentos geográficos desenvolvendo a capacidade de compreensão da realidade do ponto de vista de sua espacialidade.

De acordo com o Ministério da Educação, os currículos escolares precisam desenvolver competências de obtenção e utilização de informações por meio do computador, e sensibilizar os alunos para a presença de novas tecnologias no cotidiano (BRASIL, 2001).

Conforme Macedo, Silva & Melo (2012, p. 138), a escola precisa se preparar para formar educandos em tempo de avanços tecnológicos, científicos, assim como nos meios de comunicação, desejando a transformação social, isto é, a formação de cidadãos comprometidos com o seu tempo. “Essa mudança, por sua vez, deve contemplar os métodos do ensino, os recursos didático-pedagógicos, assim como a reflexão do próprio papel da instituição escola, numa perspectiva mais ampla”.

Assim, o uso das geotecnologias está cada vez mais inserido no ambiente educacional, possibilitando aos educadores uma infinidade de aplicações, pois além de fornecer como vantagens o dinamismo e o uso interdisciplinar, melhora a capacidade de explorar a visão espacial do aluno.

Essas geotecnologias são vistas por alguns autores como instrumentos a serem utilizados na renovação das escolas e universidades e também das práticas pedagógicas, como argumentos de transformação para a reflexão crítica do processo educacional.

Essa revolução técnico-científica vivenciada pelo mundo contemporâneo tem provocado grandes mudanças. As geotecnologias empregadas nos estudos geográficos vêm se tornando cada vez mais aliadas dos professores no ensino da Geografia em sala de aula, e vem se mostrando eficazes no processo de ensino-aprendizagem. Quando elaborados e utilizados a partir de uma preocupação teórica e metodológica visando focar a realidade do aluno, os produtos didáticos gerados a partir das geotecnologias despertam e estimulam os alunos da Educação Básica e Superior para a importância do conhecimento geográfico na vida contemporânea.

Diferentes tipos de geotecnologias podem ser utilizados em sala de aula pelos professores de Geografia objetivando um melhor aprendizado do aluno, entre eles temos: *softwares* de SIG (Sistema de Informação Geográfica), Sistema de Posicionamento Global (GPS), sensoriamento remoto, cartografia digital, dentre outros.

Nosoline & Di Maio (2014) salientam que estudos têm demonstrado a importância do uso das geotecnologias no ensino de Geografia, refletindo a preocupação dos educadores e profissionais da área em criar metodologias e projetos que visam à inserção dos avanços tecnológicos nas escolas.

E em relação às geotecnologias no ensino de Geografia, Silva (2012) afirma que, atualmente, apesar da disponibilidade de materiais em algumas universidades, a maior demanda para o uso adequado e significativo desses recursos é humana, ou seja, existe um número reduzido de pessoas que domine os recursos didáticos e que saiba aplicá-los a situações de ensino e aprendizagem. Isto ocorre em grande parte devido à deficiência na formação inicial e à ausência de formação continuada de muitos profissionais, essencial para acompanhar os avanços tecnológicos.

Diante disso nos questionamos acerca das contribuições que a academia tem oferecido aos futuros professores do curso de licenciatura

em Geografia da UFPB – Campus I, João Pessoa, e UFCG – campus I, Campina Grande, no que diz respeito à formação docente e o uso das geotecnologias. Se o ensino oferecido na universidade atende às necessidades e interesse dos alunos. Além disso, questiona-se também: como ocorre a integração e sistematização entre teoria e prática na atuação do professor de Geografia em relação ao uso das geotecnologias? Qual tem sido a função das geotecnologias na formação docente e prática pedagógica? Quais as dificuldades que os alunos encontram no cotidiano de sua formação com relação ao uso das geotecnologias? As instituições de ensino não podem mais ignorar o potencial dos novos recursos tecnológicos e didáticos na educação.

Nesse sentido, buscaremos apresentar os resultados da pesquisa, realizando uma análise dos PPC, contextualização dos resultados dos grupos focais e das entrevistas realizadas com os coordenadores e professores dos cursos envolvidos.

A IMPORTÂNCIA DAS GEOTECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Para a obtenção dos resultados do nosso trabalho utilizamos o procedimento do grupo focal (GF) com os alunos que se encontram no último período dos cursos de licenciatura em Geografia da UFPB, campus I, João Pessoa, e na UFCG, campus I, Campina Grande. Esse procedimento foi utilizado para compreender o uso das geotecnologias para a formação e prática pedagógica de futuros professores de Geografia que cursam licenciatura nas universidades pesquisadas.

Recorremos também à utilização de entrevista semiestruturada, com os coordenadores dos cursos de Geografia e com os professores das universidades pesquisadas que ministram CC ligados ao uso das geotecnologias, a fim de analisar a formação que os cursos têm oferecido aos futuros professores, bem como o uso das geotecnologias no ensino de Geografia, dentre outras questões.

Por questões de ética e para preservar a identidade dos coordenadores e professores entrevistados, decidimos nomear os participantes como Coordenador 1 (coordenador do curso de Geografia da UFPB), Coordenador 2 (coordenador do curso de Geografia da UFCG), Professor 1 (professor do CC Geoprocessamento da UFPB), Professor 2 (professor do CC Aerofotogrametria da UFPB), Professor 3 (professor do CC Leitura e Interpretação de Cartas da UFPB), Professor 4 (professor do CC Cartografia Temática da UFPB), Professor 5 (professor dos CC Informática Aplicada ao Ensino de Geografia e Metodologia do Ensino em Geografia da UFCG) e Professor 6 (professor dos CC Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento e Cartografia e Estudos Correlatos da UFCG), e sempre faremos referência aos participantes no masculino.

A partir dos dados da referida pesquisa, identificamos quais eram os principais elementos que envolviam a formação dos futuros professores de Geografia das universidades pesquisadas. Dessa forma, passamos a apontar os principais resultados encontrados através da metodologia proposta neste trabalho.

Inicialmente percebemos a insatisfação dos alunos da UFPB e da UFCG em relação à formação oferecida pelas instituições uma vez que os discentes estavam sendo formados por professores que, em sua maioria, não possuem licenciatura em Geografia em sua formação inicial, de modo que os docentes ministravam aulas para os alunos com o “olhar” voltado apenas para o bacharelado.

A respeito dos professores entrevistados da UFPB, identificamos que todos eles possuem bacharelado em sua formação inicial. Já na UFCG, apenas um professor é licenciado e possui pós-graduação em Geografia na área do ensino, como mostra o Quadro 01.

QUADRO 01: Formação Acadêmica dos Professores Entrevistados.

Docentes	Formação inicial	Pós-graduação
Professor 1 - UFPB	Bacharelado em Geografia	Mestrado em Sensoriamento Remoto e Doutorado em Geografia.
Professor 2 - UFPB	Bacharelado em Geografia	Mestrado e Doutorado em Geologia.
Professor 3 - UFPB	Bacharelado em Geografia	Mestrado em Geologia e doutorando em Geografia.
Professor 4 - UFPB	Bacharelado em Geografia	Mestrado em Geografia e Doutorado em Geografia Física.
Professor 5 - UFCG	Licenciatura em Geografia	Mestrado em Geografia e Doutorando em Geografia – Linha: Educação Geográfica.
Professor 6 - UFCG	Bacharelado em Geografia	Mestrado e Doutorado em Geografia.

FONTE: Pesquisa de campo (2015).

Então constatamos que o curso de Geografia da UFPB possui professores qualificados para a pesquisa, centrado na área do bacharelado, porém que apresentam fragilidades quando se trata da disciplina escolar Geografia. Muitos docentes apresentam os conteúdos de forma tradicional, não se adequando às novas tecnologias, e, durante a ministração dos CC específicos da Geografia, em nenhum momento mencionavam como os alunos poderiam trabalhar determinados conteúdos na escola.

Para Cavalcanti (2011), um ponto a se destacar nessas práticas é a de que os componentes curriculares de conteúdos específicos não têm como preocupação central a prática profissional e sua relação com esses mesmos conteúdos. Outro ponto é que as pesquisas continuam apontando dificuldades dos professores em “aplicar” o que aprenderam na universidade, em sua prática cotidiana de sala de aula, podendo-se inferir daí uma pequena articulação nos cursos entre teoria e prática.

Sabemos também da importância do docente do Ensino Superior, formador de futuros professores, de conhecer a realidade escolar, de ter tido a experiência de ministrar aula na Educação Básica, porém entre os sujeitos da pesquisa apenas dois tiveram a oportunidade de trabalhar poucos meses na escola.

Em relação à UFCG, identificamos que os alunos são formados até a metade do curso como se estivessem estudando bacharelado. Os CC específicos da licenciatura aparecem apenas a partir do quarto e quinto períodos. Somente nos componentes da área pedagógica são trabalhados os conteúdos pensando a Educação Básica, com ricas orientações de como trabalhar o ensino de Geografia na escola, com exceção de um componente da área física em que o professor responsável apresenta interesse e preocupação com o ensino de Geografia.

Diante disso, verificamos a necessidade dos professores responsáveis pelos CC específicos fazerem relação dos conteúdos acadêmicos com a disciplina escolar Geografia, na medida em que precisam ter a consciência que estão atuando como professores formadores em um curso de licenciatura.

Dessa forma os docentes da UFCG possuem conhecimento técnico de qualidade, no entanto, precisam ser conscientes que estão ministrando aula em um curso de licenciatura e não de bacharelado, e que os alunos, futuros professores, necessitam de orientações e momentos de discussões que os levem a refletir sobre o espaço escolar.

Sobre o uso das geotecnologias no ensino-aprendizagem de Geografia na UFPB, identificamos como os conteúdos eram trabalhados por cada componente curricular. Em Geoprocessamento, percebemos inicialmente que apenas um semestre para a ministração da parte teórica e prática do CC não era suficiente para abordar todos os conteúdos que constavam na ementa. Outra problemática é que as aulas eram ministradas de forma automática, com os alunos seguindo mecanicamente as orientações do professor sem compreender o significado de cada comando, apenas precisavam reproduzir suas orientações.

Sobre o componente curricular Aerofotogrametria percebemos que continuava sendo ministrado de forma tradicional, na maioria das

vezes sendo trabalhado com o uso de técnicas analógicas, utilização de estereoscópio de espelho e fotografia aérea em papel, apesar dos esforços do professor responsável.

Com relação a LIC, identificamos que o CC vem passando por avanços significativos. A parte analógica tem sido trabalhada assim como a digital também, utilizando-se *softwares de SIG* e GPS de navegação.

A respeito de Cartografia Temática, constatamos que o CC tem apresentado algumas mudanças, principalmente na parte prática do componente, pois, a partir da cobrança dos alunos, o professor vem acrescentando a parte digital com a inclusão de *softwares de SIG*.

Em resumo, verificamos que o curso de Geografia da UFPB apresenta algumas fragilidades ao lado de contribuições e avanços na formação do futuro professor, como mostra o Quadro 02.

QUADRO 02: Contribuições e Fragilidades do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPB

Fragilidades	Contribuições/Avanços
Currículo antigo (desde 1998) e voltado para o bacharelado.	Atuação do Núcleo Docente Estruturante na construção do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia.
Grande quantidade de professores apenas com bacharelado na formação inicial.	
Turmas mistas (alunos do bacharelado e alunos da licenciatura).	Inserção da cartografia digital nos CC de LIC e Cartografia Temática.
Conteúdos ministrados superficialmente.	
CC com adensamento teórico de conteúdos e prática insuficiente.	Quantidade significativa de CC na área de cartografia.
Professores que se preocupam com o ensino, mas que não possuem muita habilidade com as geotecnologias.	

Mudanças constantes de professores nos CC.	Sala de informática com computadores e <i>softwares</i> de SIG.
Falta de interação entre os CC e professores das áreas de cartografia e geotecnologias.	
Ausência de diálogo entre os professores.	Salas de aula climatizadas com <i>datashow</i> .
Competitividade entre os docentes.	

FONTE: Pesquisa de campo (2015).

Já em relação ao curso de Geografia da UFCG, percebemos que o CC Informática Aplicada ao Ensino de Geografia não estava voltado, na prática, para o uso das geotecnologias no ensino de Geografia, apesar de na ementa do curso constar que seria trabalhado o conteúdo referente ao uso de Sistemas Geográfico de Informação no ensino, com 45 horas/aulas de teoria e 15 horas/aulas de prática. Sendo assim, o CC não ofereceu suporte para a construção de aulas mais dinâmicas e tecnológicas para serem aplicadas no ensino de Geografia. O que foi ministrado foi algo mais teórico voltado para a história da informática.

No componente curricular Metodologia do Ensino em Geografia, verificamos também que os assuntos das novas tecnologias aplicadas ao ensino de Geografia, presentes na ementa, foram abordados com ênfase na parte teórica, não sendo utilizados de fato esses recursos, na prática, pelos alunos.

A respeito do componente Cartografia e Estudos Correlatos, identificamos que o assunto contido na ementa é extenso para ser abordado em apenas 60 horas, assim, o CC tem sido ministrado com superficialidade, levando os alunos a terem dificuldade de compreender os elementos básicos da cartografia. Constatamos também que os discentes não tiveram acesso a *software de SIG*, nem a cartografia digital como parte do componente, mesmo que a ementa apresentasse o conteúdo de informática como ferramenta auxiliar na confecção de documentos cartográficos.

Sobre Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, constatamos que os assuntos também são imensos para serem abordados em apenas um único componente de 60 horas, devido a isso, não tem sido possível trabalhar todos os conteúdos da ementa com profundidade, nem o tratamento de imagens de satélites. Verificamos que a maior parte do CC está voltado para o conhecimento teórico, enquanto que na parte prática é utilizado *software* de SIG para a elaboração de um mapa de localização. Desse modo os alunos não conseguem aplicar, em seu cotidiano nem na escola, o que tinha sido abordado no componente.

Observamos então que os CC Informática Aplicada ao Ensino de Geografia, Metodologia do Ensino em Geografia, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto e Cartografia e Estudos Correlatos trabalhavam o ensino de Geografia, porém os conteúdos eram ministrados através de seminários pelos próprios alunos.

Apesar do curso da UFCG ser de licenciatura em Geografia, percebemos que tem sido oferecida para os alunos formação nos CC específicos, com formato de bacharelado. Identificamos que tal formação apresenta contribuições, avanços e também fragilidades, como mostramos no Quadro 03.

QUADRO 03: Contribuições e Fragilidades do Curso de Licenciatura em Geografia da UFCG.

Fragilidades	Contribuições/Avanços
Ementas não cumpridas pelos docentes.	Atuação do Núcleo Docente Estruturante na Atualização do PPC.
Má distribuição dos CC no fluxograma do curso.	
Quantidade significativa de CC na área de Geografia Humana.	Reorganização dos CC no fluxograma do curso.
Conteúdos ministrados superficialmente.	

CC com adensamento teórico de conteúdos e prática insuficiente.	Parceria do curso de Geografia com o Instituto dos Cegos, através do projeto de extensão na área de Cartografia Escolar.
Necessidade da relação dos conteúdos acadêmicos com a escola.	
Ausência da cartografia digital no CC de Cartografia e Estudos Correlatos.	Forte atuação do PIBID.
Grande quantidade de professores apenas com bacharelado na formação inicial.	
Professores que se preocupam com o ensino, mas que não possuem habilidade com as geotecnologias.	Salas de aula climatizadas com <i>datashow</i> , salas para os grupos de pesquisa, laboratórios de Geografia, <i>softwares</i> de SIG, GPS de navegação e de precisão, entre outros.
Mudanças constantes de professores em alguns CC.	
Ausência de diálogo entre os docentes.	Contribuição dos grupos de pesquisa na formação do aluno.
Docentes que assumem CC que não são da sua área específica de formação.	
CC da área pedagógica apenas a partir do quarto e quinto períodos.	Sensibilidade e preocupação de alguns professores com o ensino de Geografia.
Poucos professores da área do ensino.	
Ausência de sala de informática exclusivo do curso de Geografia.	Corpo docente relativamente novo, que apresenta novas propostas para o curso.
Carência de funcionários na área administrativa.	

FONTE: Pesquisa de campo (2015).

Portanto, a metodologia desenvolvida nessa pesquisa nos permitiu identificar os elementos que estão envolvidos na formação do futuro professor de Geografia da UFPB e da UFCG quanto à utilização das geotecnologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a nossa pesquisa passamos a compreender como se dava o uso das geotecnologias na formação e prática pedagógica dos futuros professores de Geografia das universidades pesquisadas, assim como identificamos que, apesar dos alunos terem a oportunidade de cursarem CC na área de geotecnologias e de terem acesso à cartografia digital, *softwares* de SIG, imagem de satélite, fotos aéreas, e GPS nos componentes, eles definitivamente ainda não estão preparados para a aplicação desses recursos no ensino da disciplina escolar Geografia, na medida em que não tiveram na universidade uma formação de qualidade capaz de oferecer suporte necessário para a sua aplicação. Consequentemente, a pesquisa nos permitiu perceber a insatisfação dos alunos da UFPB e da UFCG em relação à formação oferecida pelas instituições.

Constatamos também que os professores desses CC pouco estabeleciam relação dos conteúdos com a realidade escolar e as ministravam superficialmente, não mencionando com clareza como os alunos poderiam trabalhar determinados conteúdos na escola.

Sabemos que, algumas vezes, a pesquisa pode apresentar resultados “desconfortáveis” para os sujeitos envolvidos, porém nossa intenção não é de fazer críticas à formação oferecidas pelos cursos pesquisados, mas de identificar, de fato, como essa formação vem sendo ministrada pelos docentes. Dessa maneira, os resultados apresentados foram revelados a partir do diálogo com os alunos, coordenadores e professores. E os elementos foram apontados com a intenção de se fazer uma reflexão, uma análise e uma busca coletiva de melhorias que possam contribuir para uma formação de qualidade para os futuros professores de Geografia.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças. Docência na educação superior. In. **Docência na educação superior**. Brasília: Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, São José dos Campos: MEC/Univap. 2001, 304p.

CAVALCANTI. **O lugar como espacialidade na formação do professor de geografia**: Breves considerações sobre práticas curriculares. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 01-18, jul./dez., 2011.

FERRAZ, R. D.; ALVES, S. M. L.; NASCIMENTO, P. F. D. A mobilização dos saberes experienciais na relação professor-aluno no Ensino Superior. In: **XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE e IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente - SIPD/ Cátedra UNESCO**, 2013, Curitiba-PR. **XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE 2013: Formação docente e sustentabilidade: um olhar transdisciplinar**, 2013. p. 15171-15187.

FITZ, P. R. Novas tecnologias e os caminhos da Ciência Geográfica. **Diálogo Tecnologia**, v. 6, p. 35-48, 2005.

LEÃO. Vicente de Paula. Os cursos de Geografia e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. In: Maria Adailza Martins de Albuquerque; Joseane Abílio de Souza Ferreira. (Org.). **Formação, Pesquisa e Práticas Docentes: Reformas Curriculares em Questão**. 1. ed., João Pessoa/PB: Mídia Gráfica e Editora LTDA, 2013, v. 01, p. 15-45.

MACEDO, Helenize Carlos; SILVA, Robson de Oliveira ; MELO, Josandra Araujo Barreto de. O uso das TIC's na aprendizagem de conceitos cartográficos e geográficos no ensino fundamental. **Revista de Ensino de Geografia**, v. 6, p. 88-105, 2015.

NOSOLINE, I. M.; Di Maio, Angelica Carvalho . Uso de geotecnologia na cartografia escolar: uma avaliação em Guiné Bissau. RBC. **Revista Brasileira de Cartografia** (Online), v. 4, p. 803-817, 2014.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional, 1997, p. 13-33.

OLIVEIRA, E. M. **Docência universitária em Arte**: (Auto) retratos da identidade docente-artista. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 2010.

PIRES, Lucineide Mendes. Formação de professores de geografia: um desafio no fazer da prática pedagógica. In: II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - EDIPE, 2007, Anápolis - GO. **Anais EDIPE**, 2007.

SILVA, E. S. Sistema de Posicionamento Global (GPS) aplicado no ensino de Geografia. In: **Encontro Regional de Práticas de Ensino em Geografia**, 2012, João Pessoa. Práticas de Ensino em Geografia: A Pesquisa no Nordeste, 2012.

O ESTUDO DO MEIO COMO METODOLOGIA PARA DISCUSSÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS: o caso do rio cabelo

*Guibson da Silva Lima Junior
Pedro Costa Guedes Vianna*

O presente texto é resultado da dissertação de mestrado intitulada “O Estudo do Meio no ensino de Geografia: um caminho para discussão dos problemas ambientais do município de João Pessoa”, vinculada ao Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB), e a linha de pesquisa Educação Geográfica. O objetivo do trabalho foi discutir as potencialidades da metodologia Estudo do Meio para a discussão e apreensão dos problemas ambientais urbanos pelos estudantes da educação básica e propor roteiros de campo, como etapa de um Estudo do Meio, para a análise de alguns problemas ambientais identificados na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

Nesse sentido, o presente texto é apresentado em duas partes, na primeira buscamos discutir o Estudo do Meio como metodologia para o ensino de Geografia, suas características e possibilidades. Posteriormente, na segunda parte, apresentamos um roteiro de campo voltado para a educação básica em que propomos discutir importantes causas da degradação de um rio urbano, utilizando como estudo de caso, o rio Cabelo.

A Geografia, por se tratar de uma área do conhecimento que discute a conflituosa relação entre sociedade e natureza, pode desempenhar importante papel, não só para a compreensão dos problemas ambientais, como também para a construção de conhecimento escolar que seja capaz de incitar mudanças. Assim, o professor de Geografia pode ser um importante agente articulador para o entendimento dos diversos problemas que afetam a vida dos estudantes residentes nas cidades. Destaca-se nessa

perspectiva a escola pública que, historicamente, constituiu-se no Brasil como o espaço predominantemente ocupado por estudantes oriundos das classes populares. São esses que, muitas vezes, residem em espaços desprivilegiados pelo Estado e, de maneira geral, são os mais afetados pelos problemas ambientais urbanos.

Como uma disciplina presente na escola, a Geografia emprega diferentes metodologias que visam facilitar a reflexão e a consequente apreensão de seus conteúdos, bem como, a formação de um cidadão crítico, consciente, capaz de articular os diferentes saberes. Nessa perspectiva, entendemos que o Estudo do Meio pode trazer uma importante contribuição para o entendimento dos estudantes em relação aos problemas ambientais urbanos. Mais do que isso, enxergamos a possibilidade de mudanças de comportamento dos sujeitos que compõem a escola. O que será possível através de uma “educação ambiental” que verdadeiramente se faça presente nesse espaço e assim seja capaz de transformar o modo como esses cidadãos lidam com as questões ambientais.

ESTUDO DO MEIO: Uma metodologia que visa à compreensão da realidade

Uma das metodologias mais utilizados atualmente para atividades de campo é o Estudo do Meio. É importante mencionar que, muitas vezes, essa nomenclatura é utilizada de maneira indiscriminada e não condiz com a proposta metodológica propriamente dita. Outro ponto a ser destacado é o fato de que o Estudo do Meio não é uma prática metodológica tão recente no Brasil, pois suas experiências já ocorriam nas escolas brasileiras no início do século XX, (embora que ainda não se utilizasse essa nomenclatura) primeiramente nas escolas livres/ anarquistas e, posteriormente, no movimento da escola Nova.

O estudo do meio é um caminho político, estabelecido através da relação entre a escola, o seu trabalho e a sociedade em que se insere. Isso o transforma em um importante instrumento para a compreensão e,

consequentemente, para a transformação da realidade (PONTUSCHKA, 2013). É importante ressaltar que o estudo do meio não se restringe a uma atividade fora da sala de aula, pois é, sobretudo, construído em diferentes momentos, tendo como base as pesquisas bibliográfica/documental e a empírica, ambas voltadas à construção de conhecimentos na escola.

Segundo Albuquerque, Ângelo e Dias (2012), o estudo do meio é organizado em três etapas: *preparação, saída e sistematização*. A preparação é o momento de mobilização na escola. É a etapa em que se discute sobre qual deve ser o tema gerador, bem como o lugar a ser visitado. Essa escolha deve provir dos diferentes sujeitos que compõem a escola. É importante que seja levado em conta o tipo de transporte, o tempo do percurso, a bibliografia a ser utilizada como referência para o entendimento do objeto e, o mais importante, a relevância do tema para a vida dos estudantes.

O tema gerador deve partir da realidade do estudante, compreendida através da relação homem-mundo. Isso se insere em uma visão de educação defendida por Paulo Freire como libertadora, em que se busca a quebra de conteúdos listados pelo professor, impostos e distantes da vida do educando.

O tema gerador propicia o desencadeamento natural da unidade de ensino, pois parte da situação cotidiana levantada pela turma, estabelecendo um contato com o elemento presente na realidade dos alunos. É a partir deste elemento que os conteúdos são trabalhados, de forma interdisciplinar, proporcionando a construção do conhecimento (ARALDI, 2000 p. 83).

Após a escolha do tema define-se o local onde se realizará a atividade. Para essa escolha é importante que professores de diferentes áreas visitem o lugar e verifiquem sua relevância para discussão da referida temática, assim como outras questões que possam interferir na ação.

Os espaços ou lugares a serem estudados em uma atividade de ensino desse tipo são variados e podem estar situados, nas adjacências da unidade escolar, tais como: o quarteirão, o bairro, o fundo de vale mais próximo, pas-

sando pelo município, tais como um distrito industrial, um prédio público e seus arredores, uma área de mata nativa, até lugares mais distantes como uma cidade histórica, um parque ecológico, uma barragem de hidrelétrica etc. A rigor, não existem “lugares privilegiados” e não há também “lugares pobres” para a realização dos Estudos do Meio (LOPES & PONTUSCHKA, 2009 p. 08).

Definidos o tema e o lugar de realização da atividade, tem início a fase de sensibilização dos estudantes. Sobre isso, nos reportamos novamente a Albuquerque, et al. (2012) que expõem:

(...) é importante sensibilizar os alunos para as questões que serão abordadas. Para tanto, o uso de recursos didáticos lúdicos são bem vindo à sala de aula, ou seja, esse trabalho de sensibilização pode ser feito com músicas, poesia, cordel, literatura clássica, fotografias, pinturas, colagens, etc. O importante é levar o aluno a despertar e apresentar as suas impressões iniciais sobre a temática a ser abordada no estudo do meio (ALBUQUERQUE et al., 2012, p. 05).

Em seguida, ocorre o momento de preparação do caderno de campo, material destinado a orientar a pesquisa. Vários são os itens que podem constar nesse caderno, entre eles: a capa, que deve ser representativa quanto ao objeto de pesquisa; o roteiro da pesquisa de campo, que consiste em mapas e plantas do local; textos orientadores de conteúdo variado, com o cronograma das atividades a serem realizadas (os horários das diversas atividades propostas, inclusive refeições); e um roteiro de entrevistas, com questões elaboradas previamente por professores e estudantes (PONTUSCHKA, 2006).

Chega à etapa de ida ao campo. As atividades previstas para esse momento devem ser cumpridas, porém os indivíduos que a propuseram precisam estar atentos caso alguns imprevistos ocorram. Em relação a esse momento do Estudo do Meio, Albuquerque et al. (2012) destacam:

Coletem tudo o que planejaram: usem a fotografia, o desenho, a filmadora, o gravador, o lápis e o papel, nada deve ser descartado; em caso de encontrar documentos, faça uma fotocópia. E caso tenham planejado a coleta de água, de solo, de plantas, o façam com presteza. Em alguns casos uma saída pode mudar o tema gerador, visto que o grupo pode ter encontrado questões mais significativas do que aquelas que foram propostas inicialmente (ALBUQUERQUE et al., 2012, p. 6-7)

Esse é o momento em que os sujeitos dialogam com o objeto desejado, com o espaço e os elementos que o constituem, com os colegas, com as pessoas que vivem no local, entre outros. Dessa forma, pode ser considerada como uma das mais importantes etapas de um Estudo do Meio, pois é aí que os alunos se deparam com a realidade que, embora já discutida e pesquisada, provavelmente lhe trará surpresas.

Outra relevante atividade que pode ser executada na atividade de campo, dependendo do tema escolhido, são as entrevistas. Essa ação é importante, pois aproxima o estudante dos diferentes sujeitos que convivem naquele espaço, fazendo com que obtenha informações além do questionário previamente estabelecido. Nesse aspecto, também é necessário atenção para o que não é dito, a exemplo das emoções demonstradas pelo entrevistado em relação a um assunto ou a um fato que marcou sua vida. Não menos importante é que seja observado o contexto em que se realiza a entrevista, tanto em seus aspectos físicos quanto sociais. Tudo isso fará com que o pesquisador entenda bem mais o espaço estudado, o que trará melhores retornos para a pesquisa (PONTUSCHKA, 2006).

Após a saída a campo, tem-se o retorno à sala de aula. “É o momento de sistematização do conhecimento, através de todo material obtido e registrado em desenhos, fotografias, poemas e anotações” (LLARENA, 2009, p. 63). É justamente a análise de todo esse material coletado que dará base para a construção do trabalho final. Vale ressaltar que essa sistematização varia de acordo com os materiais coletados, com os objetivos do trabalho e com as condições oferecidas pela escola.

Perante as etapas e aspectos apresentados, podemos concluir que a atividade de saída a campo será aproveitada em sua integridade, proporcionando, assim, uma visão integradora de conhecimento de diversas áreas que têm como propósito “a constituição da cidadania, de um aluno crítico e consciente que visa uma sociedade mais humanizada” (BOSCOLO, 2007, p. 61).

IMPACTOS AMBIENTAIS SOBRE OS RIOS URBANOS: o caso do rio cabelo

Por se tratar de um dos problemas ambientais mais presentes nas cidades, a poluição de rios e recursos hídricos deve ser cada vez mais discutida na escola, isso contribuirá para uma postura dos estudantes diante desse importante problema que, de alguma forma, interfere em sua qualidade de vida. A bacia hidrográfica do rio Cabelo está localizada no litoral sul da cidade de João Pessoa-PB, mais precisamente entre as coordenadas 7° 08' 53" e 7° 11' 02" S e 34° 47' 26" e 34° 50' 33" W, com uma altitude média de 31,15 metros. Limita-se ao sul com o rio Aratú, ao norte com a ponta do Seixas, a oeste com o bairro de Mangabeira e a leste com o oceano Atlântico. O principal rio da bacia hidrográfica é o rio Cabelo, perene, que se estende de oeste a leste do bairro de Mangabeira, com comprimento de 6,02 km e largura de aproximadamente 4 metros em sua foz, no estuário da Penha. (FARIAS, 2006).

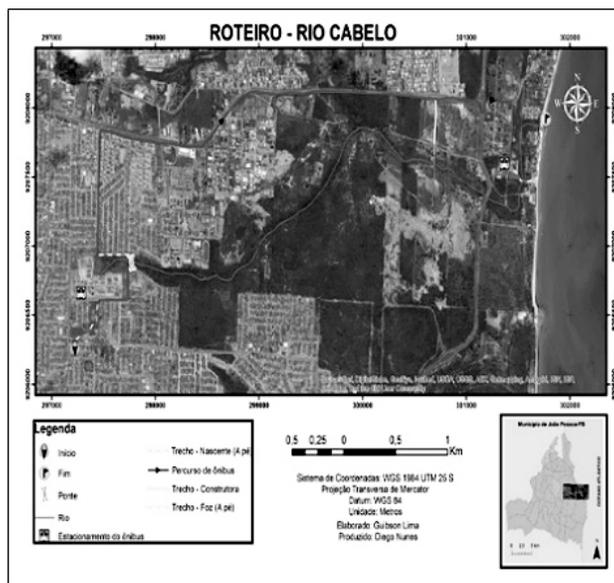
De acordo com Leite (2005), a bacia hidrográfica do rio Cabelo, totalmente inserida no perímetro urbano, segue a tendência das bacias hidrográficas do litoral do Nordeste, pois normalmente apresentam considerável ocupação urbana e forte pressão atrelada ao desenvolvimento socioeconômico insustentável das cidades. Nessa perspectiva, buscaremos destacar os vários impactos negativos que o rio Cabelo vem sofrendo nos últimos anos, motivo pelo qual, evidenciamos sua importância para referida discussão.

Para uma melhor compreensão, buscaremos discutir o percurso da proposta de atividade através de dois importantes trechos. Nesse

sentido, destacaremos primeiramente a nascente e, em seguida, a foz do rio Cabelo. O objetivo é proporcionar um melhor entendimento a respeito dos diversos processos que poderão ser apresentados em campo. Nesse sentido, a Figura 1 expõe o roteiro de campo em que propomos discutir o tema: a poluição dos rios urbanos e recursos hídricos.

O primeiro trecho do roteiro de campo corresponde ao local onde se localiza a nascente do rio Cabelo. Na área, professores e alunos poderão discutir uma série de problemas como o lixo, o lançamento de esgoto doméstico, as ocupações irregulares, além da falta de cuidado do poder público, já que se trata de uma área de proteção ambiental.

FIGURA 01: Roteiro de Campo: poluição dos rios de João Pessoa.



FONTE: Guibson Lima; Diego Nunes. Janeiro de 2014.

O local onde se encontra a nascente do rio Cabelo foi delimitado de acordo com a Lei Nº 11.368, de 10 de Janeiro de 2008, como Parque Municipal Bosque das Águas. Por se tratar de uma área já bastante

degradada, o referido projeto de lei propunha a valorização da nascente do rio Cabelo através da recuperação de sua mata ciliar, além da melhoria da infraestrutura urbana e da drenagem. Posteriormente o lugar foi incluso no Sistema Municipal de Áreas Protegidas de João Pessoa (SMAP), que inclui as áreas de conservação e os parques da cidade, (Lei nº 12.101, de 30 de junho de 2011). O SMAP define áreas protegidas como:

Área instituída pelo poder público, que recebe proteção e gestão devido aos valores ambientais, culturais e similares, promovendo a manutenção dos processos ecológicos e serviços ambientais, bem como a educação ambiental e o lazer, incluindo as categorias de unidades de conservação da natureza e parques municipais.

No caso dos parques municipais, segundo o SMAP, tratam-se de:

Espaço territorial urbano ou rural, com equipamentos sociais, que permitem atividades de lazer, cultura, educação e a preservação do patrimônio ambiental, cultural e similares, legalmente instituído pelo Poder Público, ao qual se aplicam garantias de proteção e gestão.

Através da presente lei, compreende-se que o Bosque das Águas é uma área de proteção ambiental, devendo ser recuperada e preservada para o bem estar da população de João Pessoa. Contudo, pôde ser comprovado em campo que o local encontra-se em total estado de abandono por parte do poder público. Nesse sentido, destacamos a Figura 2, na qual podemos visualizar alguns elementos que comprovam essa afirmação.

FIGURA 02: Registro de abandono da área onde se encontra a nascente do rio Cabelo.



FOTO: Guibson Lima. Fevereiro de 2014.

Na imagem, registrada no mês de fevereiro de 2014, é possível visualizar um pequeno acúmulo de água proveniente de chuvas ocorridas dias antes. Em algumas épocas do ano, grande parte da área fica completamente alagada, principalmente entre os meses de maio e julho, que corresponde ao período em que há uma maior concentração das chuvas. Um relevante problema que pode ser comprovado no local é a presença de garrafas plásticas e sacolas de lixo, jogadas por pessoas que residem nas adjacências.

É importante destacar que no local não há nenhum tipo de sinalização, aviso ou vigilância que demonstre que se trata de um parque municipal, tampouco de uma área de preservação ambiental. Dessa forma, podemos entender que o projeto de parque nunca foi sequer posto em prática.

Na referida área foi possível visualizar, também, a presença de um pequeno “barraco”, construído com restos de madeira, pedaços de

lona e telha, dentre outros materiais (Figura 3). Um de seus moradores relatou que se tratava de uma moradia construída há cerca de dois anos para o abrigo de duas pessoas, ele mais um amigo, ambos catadores de material reciclado. As condições de moradia, como é de se imaginar, eram sub-humanas, eles não dispunham de banheiro, água, luz elétrica, muito menos de local adequado para sua alimentação. Ao ser questionado o porquê de residir ali, o morador prontamente nos informou que foi por falta de opção, já que o trabalho que realizava como catador, mal dava para comprar comida, para pagar um aluguel. Outro fato que chamou atenção em seu relato foi o de ambos estarem inscritos em vários projetos de moradia popular, tanto da Prefeitura quanto do Estado, mas até aquele momento, sequer algum membro desses órgãos havia ido ao local para comprovar as condições precárias em que moravam.

FIGURA 03: Moradia precária próxima a nascente do rio Cabelo



FOTO: Guibson Lima. Fevereiro de 2014.

A invasão na região da bacia do rio Cabelo é algo muito frequente, inclusive por se tratar, em sua maioria, de terrenos públicos. Nesse sentido, Farias (2006) destaca que na ocorrência de uma ocupação como essa, estabelece-se uma série de problemas ambientais, como esgotos a céu aberto e o lançamento de resíduos sólidos em locais inapropriados. Isso reforça a ideia de que os problemas ambientais possuem uma forte ligação com as desigualdades sociais que marcam as cidades.

A miséria urbana continua sendo, dentre todos, indubitavelmente, um dos mais graves problemas econômicos e políticos da atualidade; até mesmo porque ela possui reflexos drásticos e diretos em outros problemas de grande magnitude social (CARVALHO, 2008 p. 56).

Dessa forma, compreendemos que as questões ambientais se inserem no espaço urbano em meio a déficits sociais como falta de moradia, a fome e o desemprego. Assim, devem ser pensadas de forma muito mais abrangente, não se restringindo apenas a busca por meros culpados.

Continuando a percorrer esse trecho do roteiro, próximo à ponte que liga o bairro de Mangabeira ao conjunto Cidade Verde, outras importantes formas de degradação do rio podem ser comprovadas. A primeira está localizada em um terreno ligado a área pertencente ao complexo penitenciário. No local, encontra-se um pequeno “lago” em que facilmente observam-se características de águas residuais, como o mau cheiro e a cor da água que remetem ao derramamento de esgoto doméstico (Figura 4). Um questionamento que pode ser feito diz respeito ao destino do esgoto do complexo penitenciário, haja vista que o rio passa sob o mesmo e continua seu trajeto a partir deste ponto.

FIGURA 04: “lago” com aspectos de esgoto doméstico em área próxima ao presídio de Mangabeira.



FOTO: Guibson Lima. Fevereiro de 2014.

Em frente ao local em que foi retirada a foto, mais precisamente no limite do complexo penitenciário com uma das avenidas do bairro de Mangabeira, pode ser verificado um grande acúmulo de lixo. Mais uma vez pode ser comprovada a presença de sacolas plásticas, restos de material de construção e móveis, descartados pela população residente nas proximidades. Esse pode ser um importante momento para discutir questões de consciência ambiental, de como nossas atitudes também podem contribuir para com a degradação do ambiente.

Segundo Troppmair (2008), nesses resíduos, geralmente podem ser encontradas grandes porcentagens de matéria orgânica, que ao serem expostas ao calor do sol e das chuvas passam a se decompor, exalando mau cheiro, além de se infiltrar no solo sob forma de um líquido escuro conhecido como chorume, um dos grandes responsáveis por contaminar o lençol freático.

Como citado anteriormente, geralmente as pessoas do próprio bairro também contribuem para a poluição do local. Isso demonstra

uma total falta de consciência e de conhecimento dos males que esses elementos podem trazer a eles próprios. Assim, para transformar essa situação, faz-se necessário uma mudança de atitude por parte da população. Discutir com os alunos sobre as problemáticas relacionadas aos resíduos domésticos é contribuir para com uma nova postura da sociedade, diante desse, que é um dos grandes problemas ambientais.

Ainda nesse trecho do trabalho de campo, os alunos poderão ter acesso a outro ponto de degradação do rio Cabelo, localizado abaixo da ponte que faz divisa entre o bairro de Mangabeira e o conjunto Cidade Verde (Figura 5). No local, é possível visualizar novamente águas residuais com aspecto de esgoto, provavelmente oriundos do complexo penitenciário.

FIGURA 05: ponte localizada entre os bairros de Mangabeira e Cidade Verde, cuja água demonstra aspectos da presença de esgotos domésticos.



FOTO: Guibson Lima. Fevereiro de 2014.

Um aspecto que chama atenção no local são os entulhos da construção civil, depositados no leito de vazante do rio. Através de conversa informal com um morador da área, nos foi relatado que o trabalho estava

sendo realizado pela prefeitura para conter o crescimento de um enorme buraco causado pela água das chuvas. Segundo o morador, bastam algumas horas de chuva para que o local fique completamente inundado e a força da água destrua cabeceiras da ponte, o que faz com que tenha que passar por reformas constantemente.

Também foi possível comprovar que a obra realizada pela prefeitura está fazendo com que a água que corre abaixo da ponte se acumule em pseudobacias no leito deformado do rio. De acordo com moradores locais, isso tem provocado um aumento no número de mosquitos e prejudicado a população que reside próximo ao rio, inclusive com suspeita de alguns casos de dengue.

É importante ressaltar que o local se trata de uma Área de Preservação Permanente (APP). Nesse sentido, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as definidas como:

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Dessa forma, toda e qualquer ação sobre esse local está sujeita aos efeitos do Código Florestal brasileiro, que dispõe, dentre outras coisas, sobre as restrições e penas para os possíveis danos relacionados ao mau uso dessas áreas. Entretanto, o que pudemos comprovar *in loco* é que existe uma série de irregularidades, inclusive por parte do poder público, que realiza obras sem o menor cuidado com o rio e sua vegetação. Ademais, ficou evidente a necessidade de infraestrutura que melhore a drenagem das águas pluviais no local, tendo em vista que os trabalhos realizados até momento têm servido apenas como paliativo, demandando um gasto de dinheiro público, sem a real solução do problema.

Dando prosseguimento ao roteiro, deve-se novamente pegar o ônibus com destino a próxima parada que é um terreno de propriedade da construtora Holanda, localizado as margens da Avenida Hilton Souto

Maior. Nesse trecho, os alunos terão acesso a mais um importante ponto de degradação do rio, caracterizado pela mineração, que tem como finalidade a retirada de areia e de saibro para a construção civil e pavimentação rústica de vias urbanas (Figura 6).

FIGURA 06: Retirada de areia e de saibro em talude próximo ao leito do rio Cabelo.



FOTO: Guibson Lima. Fevereiro de 2014.

O processo de mineração, às margens do rio Cabelo, provoca a retirada da vegetação nativa, que por sua vez, influencia nos processos de perda de solo e interfere em seus padrões de volume e vazante. Com o passar do tempo, devido à intensa retirada de materiais, essas áreas começam a demonstrar sinais de degradação, exemplo disso é o agravamento de processos erosivos que iniciam com pequenos ravinamentos e podem chegar ao desenvolvimento de voçorocas. Outro importante elemento associado à perda de vegetação nativa é o assoreamento, que se torna mais intenso nos períodos chuvosos, devido aos sedimentos serem transportados em maior volume para o leito do rio. Esses processos, somados a outros fatores de degradação podem gerar uma série de consequências ambientais (FARIAS, 2006).

Ao sair do referido terreno, retorna-se a Av. Hilton Souto Maior, em direção ao bairro da Penha. Esse que é último trecho do roteiro de campo pode ser destacado por proporcionar várias atividades ao Estudo do Meio.

Inicialmente é importante que o professor busque caracterizar o respectivo bairro, para isso é necessário que conheça um pouco de sua história, do atual uso do solo e as principais características socioeconômicas de sua população. Como parte de um estudo do meio, a caracterização dessa área pode ocorrer antes da saída a campo, por meio de textos, trechos de monografias ou dissertações, assim como por reportagens de jornais locais, dentre outros. A proposta, inclusive, deve ter apoio do professor de história, o que fará com se insira em uma perspectiva interdisciplinar, essencial a essa metodologia.

Localizada no litoral sul da cidade de João Pessoa, o bairro de Nossa Senhora da Penha, limita-se ao norte com a Ponta do Seixas, cujo divisor é a foz do rio Cabelo, ao sul com o Polo turístico Cabo Branco, ao leste com o Oceano Atlântico e a oeste com a Rodovia PB 008. Formada principalmente por pescadores e pequenos comerciantes, a comunidade está dividida em três aglomerados urbanos: a Beira Mar, a Praça Osvaldo Pessoa e a Vila dos Pescadores (SILVA, 2006). Possui uma área de 41, 5 hectares, com cerca de 772 habitantes (IBGE, 2010), isso o caracteriza como o bairro menos populoso da cidade de João Pessoa.

Descendo as escadarias da Penha em direção à praia, os envolvidos no trabalho de campo se depararão novamente com o rio Cabelo, que passa sob uma ponte ali localizada. Através de conversas com antigos moradores, nos foi relatado que esse ponto é conhecido como “rio da ponte”, muito utilizado em outros tempos como balneário e local onde os membros da comunidade lavavam louça e roupa. Ainda segundo eles, atualmente são poucas as pessoas que se atrevem a entrar no rio, pois já se tem informações sobre seu alto grau de poluição. Contudo, a Figura 7 atesta que ainda há pessoas que de alguma forma utilizam as águas do rio Cabelo.

Continuando o percurso, chega-se a praia, tomando sentido na direção norte encontra-se a desembocadura do rio Cabelo, local onde suas águas se encontram com o oceano Atlântico.

FIGURA 07: Utilização da água do rio Cabelo, próximo à escadaria da Penha.



FOTO: Guibson Lima. Fevereiro de 2014.

Na foz do rio Cabelo é possível comprovar, mais uma vez, a pressão que a ocupação urbana exerce sobre o ele. De um lado está localizado o clube da Associação de Rendas e Agentes Fiscais do Estado da Paraíba (AFRAFEP), que ignorando se tratar de uma área de preservação ambiental, desviou e construiu sobre o curso do rio um campo de futebol. Além disso, lança seus dejetos diretamente no estuário, o que causa, dentre outras coisas, um forte odor no local. (SILVA, 2006). Do outro lado de sua foz, situa-se um condomínio com casas de alto padrão que “encurrala” o mangue e assim causa impactos sobre ele. Destacamos a Figura 8 que nos possibilita visualizar o local onde ocorrem esses crimes ambientais.

FIGURA 08: Pressão urbana sobre a foz rio Cabelo.



FONTE: Google Earth (2014). Adaptado por Guibson Lima.

É importante ressaltar que há no local uma placa sinalizando que se trata de uma APP (Área de Proteção Ambiental), contudo, o que pode ser presenciado é que mais uma vez o rio perdeu espaço para a cidade.

Por todos os elementos aqui discutidos, acreditamos que a bacia hidrográfica do rio Cabelo, do ponto de vista didático, configura-se como um importante exemplo de como os problemas ambientais locais podem ser discutidos nas aulas de Geografia da educação básica, seja no ensino fundamental ou médio. Em campo, os alunos poderão ter acesso a uma série de fatores que os possibilitarão compreender as principais causas de degradação dos rios urbanos, inclusive os incitando a refletir sobre como a sociedade pode buscar a reversão desses problemas.

Entendemos que várias são as possibilidades de temas a serem desenvolvidos em um Estudo do Meio. Nesse sentido, destacamos as

ideias de Lopes e Pontuschka (2006), ao defenderem que os temas para um estudo do meio devem ser definidos por professores e alunos à luz dos problemas que mais os afligem. Dessa forma, a atividade trará muito mais contribuições aos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria A. M de; ANGELO, Maria. D. L; DIAS Angélica. M. L. de: Proposta de aula de campo e estudo do meio no complexo Xingó. In: **Revista Geotemas**. v. 02, n. 1, Rio Grande do Norte. Jan./Jun. 2012.

ARALDI, Adriana R. Construção do conhecimento através da interdisciplinaridade. In: SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Alvaro; REGO, Nelson (orgs.). **Geografia e educação: geração de ambiências**. Editora da Universidade, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

BOSCOLO, Dulcinea. **Projetos de Estudo do Meio em escolas públicas em Santana de Parnaíba-SP**. Dissertação de Mestrado - USP. São Paulo, 2007.

FARIAS, Maria S. S. **Monitoramento da qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Cabelo**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Agrícola. Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Campina Grande-PB, 2006. 152 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 7. ed. 1998. 165p.

LEITE, E.P.F. **Caracterização hidrológica e de atributos físico - hídricos do solo dos solos da bacia hidrográfica do rio do Cabelo, utilizando sistemas computacionais**

livres. UFCG/CCT. Doutorado Temático em Recursos Naturais. Campina Grande, 2005.

LLARENA, Marco A. A. **O estudo do meio como uma alternativa metodológica para abordagem de problemas ambientais urbanos na educação básica.** Dissertação de mestrado em Geografia - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa, 2009. 174 p.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nídia N. **Estudo do meio:** teoria e prática. Geografia (Londrina) v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

PONTUSCHKA, Nídia. O conceito de estudo do meio transforma-se: em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, José William. **O ensino de geografia no século XXI.** Campinas: Papirus, 2013.

SILVA, Alzení G. da. **O turismo e as transformações sócio-espaciais na comunidade de nossa senhora da penha em João Pessoa-PB.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba-UFPB. João Pessoa, 2006.

SMAP. 2011. **LEI Nº 12.101, de 30 de junho de 2011** Disponível em: <<http://www.ligiatavares.com/Index.php?secao=projeto&id=5>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

TROPPMAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente.** Rio Claro, SP: ed. Divisa, 2008.

OS MAPAS MENTAIS PARA LEITURAS DE MUNDO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA: Experiências com alunos da escola básica

*David Luiz Rodrigues de Almeida
Antônio Carlos Pinheiro*

Este texto baseia-se na dissertação de mestrado “**Mapas mentais para o ensino de Geografia: práticas e reflexões em uma escola de Campina Grande-PB**” defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, campus João Pessoa-PB, desenvolvido por David Luiz Rodrigues de Almeida e orientado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Pinheiro. A proposta do referido estudo propôs investigar as potencialidades e limitações do recurso mapa mental para o ensino-aprendizagem de Geografia com alunos do 4º e 5º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental (AIEF) na Escola Municipal Lúcia de Fátima Gayoso Meira na cidade de Campina Grande, Paraíba.

Nossos objetivos denotam identificar as dificuldades referentes ao domínio de habilidades e noções cartográficas dos alunos dos AIEF, realizando uma análise dessas dificuldades; pesquisar o mapa mental a partir de situações de ensino-aprendizagem que conduzam a reflexão sobre a espacialidade; apresentar atividades que permitam desenvolver habilidades e noções conceituais de Geografia para os discentes através do desenvolvimento de mapas mentais e propor orientações que auxiliem o professor (a) pedagogo (a) a trabalhar com os mapas mentais junto aos alunos.

A título de esclarecimento, os AIEF corresponde a uma nova nomenclatura, o qual altera o termo séries para anos, conforme a Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE). A medida aumentou o período de formação para as crianças e adolescentes

que, conforme o art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constitui o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos a partir dos seis anos de idade. Com o acréscimo de mais um ano nesta primeira fase do Ensino fundamental podemos dividi-la em dois ciclos: o I ciclo ou “ciclo da infância” (1º ao 3º ano) e o II ciclo (4º e 5º ano).

A importância desse estudo corresponde, na atualidade, a crescente preocupação com a alfabetização da língua portuguesa e da matemática, principalmente por meio de programas governamentais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em todo território brasileiro. A intenção é assegurar a todos os alunos, até os oito anos de idade, final do 3º ano, uma alfabetização de qualidade. Mas, além disso, acreditamos que nesta fase é necessário uma alfabetização que evidencie o componente curricular Geografia nesta fase e na posterior, do 4º e 5º ano.

Autores como a Callai (2005) e Lessan (2011) apontam outro tipo de alfabetização, também necessária a formação dos sujeitos, como a cartográfica. Acreditamos que o mundo pode ser lido de diferentes formas, entre elas por intermédio da linguagem cartográfica. Seu potencial está presente no uso de mapas em livros didáticos, atlas escolares, mapas murais, maquetes, globos terrestres encontrados na maioria das escolas. Todos eles são portadores de uma educação visual do espaço geográfico.

Apostando no potencial da alfabetização cartográfica enquanto uma continuação para o processo de “leitura de mundo”, fundamentado por Callai (2005), privilegiamos o desenvolvimento da produção cartográfica a próprio punho, como o mapa mental. Sobre o uso destes mapas mentais enquanto recurso didático para o ensino de Geografia recorreremos a Richter (2010, p. 27) que esclarece que ele possibilita relacionar o mapa “convencional / tradicional” para o desenvolvimento dos mapas mentais, auxiliando o desenvolvimento de “leituras mais científicas da realidade”.

Deste modo, partimos da hipótese que o mapa mental pode auxiliar os alunos a desenvolver não apenas uma representação do espaço geográfico, mas uma habilidade consciente do ato de mapear. Além disso,

uma leitura de mundo que desenvolva a compreensão e reconhecimento do aluno como sujeito histórico, cultural e social.

A proposta deste texto é auxiliar o trabalho de professores (as) dos AIEF na prática da docência, enfatizando a importância dos conhecimentos geográficos construídos pelos escolares. Conseqüentemente, pretende auxiliar o trabalho dos professores de Geografia que acolhem estes alunos nos anos subsequentes a partir do 6º ano indicando possibilidades para o enriquecimento das aulas de Geografia com o usufruto dos mapas mentais.

Apresentaremos *a posteriori* o resultado de experiências maturadas em atividades com alunos dos AIEF da escola e de outras atividades desenvolvidas no período de intercâmbio na Universidade Federal de Goiás-UFG. Partindo de uma perspectiva de procedimentos de metodologias participativas, especialmente da pesquisa-ação (BARBIER, 2007). Creditamos esta discussão a ação dos alunos e professoras regentes da escola básica em que foi desenvolvida a investigação.

Ao longo da investigação propomos o desenvolvimento de dinâmicas que enfatizassem habilidades cartográficas como localização e orientação espacial, o reconhecimento das escalas geográficas (tamanho relativos aos fenômenos estudados), as toponímias (nomes dos lugares) e a percepção espacial (formas e funções). Para isso, mesclamos atividades práticas e, principalmente, vinculadas a construção de mapas, com ênfase aos mapas mentais.

Tendo em vista a amplitude da discussão a ser apresentada realizamos um recorte de uma atividade construída com os alunos de uma turma do 5º ano, escolhendo três, dos 21 mapas construídos para exemplificar a proposta do uso dos mapas mentais para a leitura de mundo e contextualização do conteúdo escolar do processo de regionalização brasileira, tomando como base as experiências e informações pertinentes aos estudantes para a construção do mapa da minha vida.

Para esta tarefa, resgatamos a apresentação sobre uma proposta de leitura de mundo, com base no processo de alfabetizações (da língua portuguesa, geográfica e cartográfica). Explicamos nossa percepção a Cartografia Escolar e como o recurso mapa mental está articulada a mesma.

LEITURAS GEOGRÁFICAS DE MUNDO: Histórias de alfabetização cartográfica

As práticas escolares voltadas ao processo de ensino-aprendizagem de Geografia nos AIEF requerem pressupostos básicos que auxiliam o (a) professor (a) e seus objetivos educacionais. O processo de alfabetização e da criança, a alfabetização geográfica (com os conceitos e conteúdo da Geografia), alfabetização cartográfica (por meio dos pressupostos da Cartografia Escolar) e as teorias cognitivas compõem os principais pressuposto para a Geografia escolar.

Refletir sobre o ensino-aprendizagem da Geografia é mediar a aprendizagem para a construção de conceitos geográficos. Dessa forma, a Geografia será um conhecimento útil e contextualizado às práticas cotidianas dos alunos, desenvolvendo habilidades de localização, orientação, compreensão da relação entre diferentes escalas geográficas, aspectos da sociedade e transformação da natureza, construindo os fundamentos dessa disciplina.

A alfabetização nos AIEF deve considerar as experiências anteriores dos alunos, tanto os conhecimentos adquiridos junto a família, como os voltados a Educação Infantil, quando a tiver. Mas é durante o Ensino Fundamental que haverá o início de outras maneiras de interpretação.

Explica Mendes (2010, p. 47) que “por meio da leitura e da escrita, a criança começa gradativamente a se apropriar dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade”. É na escola, na maioria dos casos, que a aprendizagem dessas técnicas se realizará.

Acreditamos que a linguagem envolve um conteúdo/contexto/tema que, na maioria das vezes, é perdida pela não compreensão do significado das outras ciências, além da língua portuguesa, no processo de alfabetização.

De acordo com Straforini (2008, p. 120) a Geografia pode auxiliar na alfabetização do aluno, pois é “[...] no espaço geográfico que as crianças

têm as múltiplas possibilidades da realidade.” A análise dos signos e significados auxilia nas decisões referentes as suas práticas socioespaciais.

Logo, a relação alfabetização e ensino de Geografia é entendida por diferentes sinônimos, a mais comum: “alfabetização geográfica”. Ela aproxima os temas e conceitos da Geografia com uma leitura, que não se restringe aos procedimentos de escrita e leitura textual e “[...] tem por objetivo formar para a cidadania, a partir dos elementos próximos do aluno e das interfaces local-global” (BORBA & OLIVEIRA, 2012, p. 128).

A alfabetização geográfica é subsidiada pelo processo de “alfabetização cartográfica” que “[...] permite uma alfabetização geográfica mais eficiente mediante o desenvolvimento das habilidades operatórias típicas do trabalho de representação gráfica [uso da linguagem cartográfica]” (CASTELLAR, 2000, p. 29).

Quando relacionamos essas três concepções de alfabetização: alfabetização da língua portuguesa, alfabetização geográfica e alfabetização cartográfica nos AIEF ampliamos a possibilidade de uma aprendizagem que considera o mundo e seu contexto geográfico e histórico. Isto, por sua vez, ultrapassa a ideia da leitura/escrita como habilidade mecânica. A alfabetização do ler e escrever (inclusive por mapas) é um meio para a desenvolvimento do espírito de cidadania e reflexão sobre o quê, por quê e para que se lê e escreve.

Como eixo de articulação entre as concepções, Callai (2005) reflete sobre o exercício de alfabetização pelas crianças nomeando o processo de “leitura de mundo”. Em síntese, Callai (2005) considera a importância da clareza do professor (a) ao ensinar Geografia, apontando três razões: (1) conhecer o mundo e as informações pertencentes a ele; (2) conhecer o espaço produzido pelo homem; e (3) contribuir para a formação do cidadão.

Entender a leitura de mundo é considerar que desde o nascimento, a criança adquire experiências espaciais e que elas possibilitam a superação dos obstáculos, desvendando, pouco a pouco, a visão linear a respeito do mundo. Por meio da realidade vivida cotidianamente ela avança no reconhecimento da percepção e complexidade do mundo (CALLAI, 2005).

No processo de leitura de mundo a criança desenvolve também representações espaciais. Estas, por conseguinte, se aproximam da alfabetização cartográfica. Lessan (2011, p. 58) compreende que “representar é essencial para adquirir conhecimentos, uma vez que qualquer conhecimento passa por uma representação mental, para que a imagem mental possa ser assimilada”. Assim, o espaço vivido, percebido, imaginado e concebido são modos de pensar a vida cotidiana.

Contudo, a educação escolar não pode basear-se apenas nas experiências vividas. Segundo Cavalcanti (2014), o que se apresenta como proposta para a prática do ensino de Geografia é a reflexão sobre a espacialidade. Ela explica que é papel desta ciência na escola

[...] prover bases e meios de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade *do ponto de vista da espacialidade*, ou seja, de compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço. [...] o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais (CAVALCANTI, 2014, p. 11, grifo do autor).

Compreendemos, portanto, que o conhecimento científico de Geografia deve ser ensinado no espaço escolar. Conceitos geográficos como espaço, território, região, lugar, paisagem, entre outros, são pautas do currículo escolar, devendo estar articulados a temas e metodologias de trabalho para que o aprendiz reflita e se identifique enquanto cidadão, participando e construindo sua identidade.

Autores como Lessan (2011), Mendes (2010) e Campos & Buitoni (2010) relatam que é necessário que as atividades relacionadas a construção dos conceitos pelos alunos tenha como ponto de partida o espaço vivido e desenvolva exercícios de observação, descrição, levantamento de hipóteses

e explicações, comparação, representação, interpretação e pesquisa sobre o tema estudado.

Argumenta Callai (2005), Straforini (2008), Mendes (2010) e Lessan (2011) que mesmo sendo necessário iniciar o trabalho a partir do espaço de vivência do aluno não devemos nos reduzir a essa escala de análise, tendo em vista que elas não deveriam se restringir a métodos que organizem os conteúdos mediante propostas dos círculos concêntricos (sintética, que discutem as escalas casa, bairro, município, estado, país e mundo isoladamente), mas por intermédio do contexto dos conteúdos e objetivos propostos pelo docente.

Neste sentido, o processo de construção de conceitos é, para Straforini (2008, p. 92), entender que o espaço geográfico é composto por diferentes escalas que não são únicas ou isoladas, pois “[...] é impossível esconder das crianças o mundo, quando as informações lhes são passadas no exato instante do seu acontecimento”. Observamos que o (a) professor (a), após contextualizar a noção de lugar com o discente, pode levantar outras provocações, apresentando outras escalas geográficas como a regional, questionando-o e mediando-o a pensar sobre o mundo, construindo uma reflexão crítica do espaço.

Ao trabalhar com os princípios do conceito de região, o aluno pode adquirir habilidades essenciais para o desenvolvimento de sua aprendizagem. A este respeito, Campos & Buitoni (2010, p. 89) afirmam que

Pensar a região [...] implica raciocinar sobre “um recorte, uma porção do espaço terrestre”, um “subespaço de gestão territorial”, “um espaço marcado por relações cotidianas”, “um espaço vivido, que se apoia em sua construção material e nas relações com o entorno” ou outras concepções, conforme o objetivo do estudo (acadêmico/escolar ou planejamento) e os pressupostos teórico-metodológicos adotados.

Entende-se que o lugar também é uma construção histórica, que não se restringe a sua escala de compreensão. Dessa forma, ao longo

do percurso dos AIEF, mais precisamente no segundo ciclo, os alunos poderão reconhecer mudanças e permanências espaço-temporais em escalas diversas, permitindo construir habilidades como “entender a distribuição espacial das principais elementos do espaço (regiões, estado)” (LESSAN, 2011, p. 79).

Ainda se tratando desse assunto, Campos & Buitoni (2010) afirmam que a construção da noção de conceitos como região é um processo contínuo que não se restringe aos AIEF. À vista disso, o aluno constrói definições conceituais provisórias, pensando o uso do conceito de lugar e região de acordo com as possibilidades cognitivas, da situação escolar e do contexto do tema discutido.

Portanto, o ensino de Geografia nos AIEF tem a possibilidade de integrar três concepções de alfabetização (da língua, geográfica e cartográfica) cada uma delas articulada a uma base comum que é a leitura de mundo.

CARTOGRAFIA ESCOLAR E SEUS CONTEXTOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Como apresentado anteriormente, a alfabetização cartográfica, por meio do campo de estudo e pesquisa da Cartografia Escolar pode auxiliar no processo de leitura de mundo. Também conhecida como Cartografia para crianças e escolares, ela têm como diferencial a constituição de um saber que articula as áreas da Cartografia, Educação e Geografia. É evidente sua presença em livros didáticos e paradidáticos de Geografia, nos documentos e orientações pedagógicas brasileiras como os PCN.

Uma das questões fundamentais para se compreender as propostas relacionadas à Cartografia Escolar é identificar diferenças correspondentes ao uso e interpretação dos mapas pelas crianças e adultos. De acordo com Oliveira (1978), há uma grande importância no desenvolvimento da Cartografia ao longo da história humana. Ela também indaga sobre a utilização dos mapas na escola e a realização de materiais cartográficos realizados por adultos para a interpretação pelas crianças.

Oliveira (1978) contribui ao encontrar, nos mecanismos perceptivos e cognitivos das crianças, a importância do ato de mapear, pois ele possibilita a preparação do aluno para compreensão de mapas. Portanto, o mapa não se reduz num instrumento mnemônico (de decalque, pintura e lista de nomes), mas permitiu que outros professores progrediram na investigação do ensino do mapa como recurso para o raciocínio geográfico, popularizando-o.

O mapa, dessa maneira, ganha *status* como recurso didático nas atividades relacionadas à Geografia em sala de aula. É inserido no currículo escolar, assim como é introduzido nos cursos de formação de professores de Geografia e Pedagogia, atribuído-se significantes avanços no campo do ensino de Geografia (ALMEIDA & PASSINI, 2010; RICHTER, 2010).

Neste sentido, questionamos: por que utilizar os mapas no ensino-aprendizagem de Geografia? Em que estes estudos contribuem para esse processo? Para Oliveira (1978) o mapa deve ser compreendido através de sua abordagem geográfica. Nestas condições é fundamental responder a questão: onde? Que se desdobra em outras quatro perguntas, a saber: o quê? Quando? Como? E por quê?

Sobre as finalidades do mapa, são destacados inúmeros usos os quais se destaca o da localização e relação espacial, visto que “a necessidade de localizar-se e orientar-se se manifesta em termos de defesa, segurança e movimentação” (OLIVEIRA, 1978, p. 19). O mapa é tratado nesta perspectiva como uma forma de comunicação gráfica, constituído por uma linguagem própria de expressão espacial – de determinado objeto de estudo – a linguagem cartográfica.

Trabalhos posteriores, a exemplo de Almeida & Passini (2010), discutem o desenvolvimento das garatujas para a representação espacial. O reconhecimento dos traçados e formas geométricas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo) e espaciais (casa, árvore, praça, figuras humanas etc.) são interpretados da percepção dos alunos. Essa compreensão é importante para o processo de desenvolvimento metodológico do mapa. Agora o aluno é visto como leitor e produtor de mapas, considerando o espaço dialógico em que o conhecimento é produzido, internalizado e socializado.

Ao mapear o estudante desenvolve habilidades como o ato de observar, representar, comparar, sintetizar, interpretar e verbalizar. Estas seriam algumas capacidades dos alunos em mobilizar suas habilidades, seus conhecimentos geográficos e suas atitudes para solucionar determinadas situações problemas, à qual poderemos entender por competências.

Destarte, fica nítida a importância da articulação dos conhecimentos de Geografia apreendidos com a vivência dos alunos, representados por meio dos mapas. Além disso, percebemos que as necessidades cotidianas não se restringem aos conhecimentos relacionados ao espaço vivido, mas de todas as relações estabelecidas com o mundo, enfatizando a relação lugar-mundo em sua totalidade. Ler, representar e codificar elementos do espaço é um processo dialético para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA O TRABALHO COM OS MAPAS MENTAIS

Na atividade docente para a formação e práticas com o ensino de Geografia nos cursos de Pedagogia é comum se ter um semestre, no máximo um ano, para compreender todos os conhecimentos referentes a Geografia, inclusive os processos relacionados a alfabetização cartográfica. Em virtude disso, não conseguem explicar os passos que possibilitaria a ação do ensino-aprendizagem da Cartografia Escolar (BORBA & OLIVEIRA, 2012).

Como resultado desta formação, as noções espaciais são trabalhadas de forma descontextualizada do currículo escolar. Demonstra Pinheiro (2012) que os (as) professores (as), muitas vezes, não se baseiam em um planejamento prévio ou apresentam um prosseguimento de uma proposta para o ensino de Geografia. A oportunidade de construir conceitos e da realização da leitura de mundo são perdidas em decorrência de práticas aleatórias que não se baseiam em métodos geográficos.

Pinheiro (2012) afirma que embora as noções espaciais sejam trabalhadas em sala de aula são postas como parte da tradição, usadas para disciplinar os discentes as normas e regras escolares (realização da

fila, divisão dos banheiros para meninas e meninos ou o lugar na sala de aula). Opondo-se a esta prática, julgamos necessário que a Cartografia Escolar esteja atrelada numa tomada de consciência do (a) professor (a) em relação aos objetivos e ao posicionamento metodológico do uso do mapa para as aulas de Geografia.

Deste modo, quais as principais dificuldades com o trabalho do uso dos mapas existentes, baseados em uma concepção cartesiana nas salas de aula? Os alunos “não gostam” de mapas, acham complicado, porque têm latitudes, longitudes, orientação espacial, escala numérica/ gráfica, matemática... Quando o mapa se livra deste rigor científico, o aluno começa a ver o mapa como algo mais próximo dele, que pode ser construído, realizado a partir dos seus conhecimentos, embora não deva se restringir a eles.

A discussão estabelecida por Girardi (2005) destaca que a ciência cartográfica, por anos, é produzida mediante as regras da ordem da geometria e razão positivista, apresentando uma relação entre a realidade e sua abstração no papel. O mapa, enquanto representação, permite compreender a dimensão territorial por meio do próprio documento, auxiliando na tomada de decisões e planejamento do espaço urbano, por exemplo, considerando a representação como o próprio objeto.

Essa visão eurocêntrica do mundo, da construção de mapas ocidentais, científicos e contemporâneos, portanto, “verdadeiros”, há muito negligencia a confecção de mapas primitivos, históricos e mentais por não obedecerem padrões de normatização e leituras.

Dito isto, questionamos: no cenário contemporâneo, é possível entender diferentes espacialidades, de forma inteligente e humana, num mundo globalizado regido por regras e direitos? Há grupos ocupando distintas posições dentro de uma mesma sociedade – pessoas de diversas classes sociais, etnias, que residem em diferentes lugares, que possuem distintas profissões, provenientes da imigração e comunidades tribais. Não seria equivocado afirmar que todos possuem a mesma leitura de mundo? Que são todos iguais? Ou ainda, que expressão a mesma relação com o ambiente?

O que nos chama atenção não é a aprendizagem do mapa em seu plano cartesiano, com normas e padrões. Pelo contrário, ressaltamos a importância deste nas atividades escolares, visto sua forte expressão e necessidade na vida contemporânea. Todavia, é importante destacar que o mapa não é um recurso neutro, sua lógica é composta por uma relação que é historicamente e socialmente construída (KOZEL, 2002).

O mapa não é uma ferramenta meramente técnica ele é carregado de escolhas, é portador de uma seleção de informações. Dito isto, é apresentada outra perspectiva do uso das representações geográficas. Kozel (2002) se aventura em outras correntes epistemológicas oriundas da psicologia e discute o conceito de representação espacial para os estudos geográficos. Enfatiza as experiências (temporais, espaciais e sociais) construídas no ambiente quando a representação e imaginário convergem para construção dos conhecimentos.

Assim, partimos do princípio que o mapa é um elemento da comunicação, portador de uma linguagem. É também resultado de uma ação colaborativa, visto que a aprendizagem ocorre por meio da participação. O mapa mental caracteriza-se como um recurso didático que possibilita destacar aspectos subjetivos e perceptivos de cada sujeito, presentes na produção das linguagens cartográficas, tal fato não é diferente quando relacionado as práticas escolares. Os PCN apontam para variados recursos didáticos para o ensino de Geografia. Eles explicam que

[...] consultar diferentes fontes de informação, tais como obras literárias, músicas regionais, fotografias, entrevistas ou relatos, torna-se essencial na busca de novas informações que ampliem aquelas que já se possui. A compreensão geográfica das paisagens significa a construção de imagens vivas dos lugares que passam a fazer parte do universo de conhecimentos dos alunos, tornando-se parte de sua cultura. Os trabalhos práticos com maquetes, **mapas mentais** e fotografias aéreas podem também ser utilizados (BRASIL, 1997, 101, grifo nosso).

As orientações dos PCN sublinham o uso de desenhos e mapas mentais para as práticas pedagógicas de Geografia. Entretanto, na maioria dos casos, estes recursos sofrem críticas, tratados apenas como instrumentos lúdicos e/ou descontextualizados da atividade docente.

Por outro lado, é na produção dos mapas mentais que encontramos diversos fatores que ora referem-se à percepção que cada indivíduo tem acerca do espaço cotidiano, ora essas leituras são provenientes de um saber sistematizado, científico, orientado por uma educação escolar, em ambos os casos carecem de habilidade para transcrever no papel as imagens mentais que o sujeito detém sobre o espaço (RICHTER, 2010). Portanto, o mapa mental é resultado de uma representação dialética possuindo características individuais do sujeito, tal como a influência sociocultural do mesmo.

O desenvolvimento dos mapas mentais enquanto capacidade cartográfica pressupõe habilidade para abstrair e simbolizar. É incontestável o poder de conceituar as relações espaciais. A ocasião mais comum de uso é quando necessita-se transpor, eficientemente, para o papel o conhecimento geográfico a outros sujeitos, e como a linguagem verbal é mais utilizada para narrar acontecimentos do que para descrever e explicar relações espaciais simultâneas, os mapas mentais são adotados para a alfabetização cartográfica, e, conseqüentemente, para a leitura de mundo do aluno como veremos no tópico a seguir.

O MAPA MENTAL COMO MEDIADOR DA LEITURA DE MUNDO COM ALUNOS DO 5º ANO: O mapa da minha vida

A experiência do “mapa da minha vida”, resulta de atividades realizadas em conjunto com um professora do 5º ano e da participação dos 29 alunos, com faixa etária entre 08 a 13 anos de idade. Referem-se ao trabalho com mapas existentes (atlas, mapas murais, mudos) e atividades mais práticas como a baleada geográfica (jogo de baleada que considera a orientação dos grupos pelos pontos cardeais) que visaram coordenar e dirigir

A realização dos mapas mudos, embora mediada, não foi trabalhada com a consulta de mapas existentes. Permitiu-se a interação entre os alunos para chegarem a uma interpretação própria da localização dos estados e extensão das cinco regiões brasileiras (Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte), o que, em alguns casos, gerou alguns equívocos. Eles já haviam estudado o processo de regionalização do país, especialmente a Região Norte, a qual demonstravam maior interesse.

Após a realização destas experiências, os alunos tiveram o desafio da realização do primeiro mapa mental. Contextualizamos a atividade das regiões do Brasil através da proposta “Mapa da minha vida”, onde os alunos teriam que destacar os seguintes procedimentos:

Desenhe um mapa mental do Brasil considerando as informações abaixo.

1. Localizar em seu mapa mental as seguintes informações:
 - a. Estado em que você nasceu;
 - b. Estado em que seus pais nasceram;
 - c. Estado que já visitou; e
 - d. Estado que gostaria de visitar.
2. Orientar seu mapa através da rosa dos ventos;
3. Construir a legenda do mapa mental;
4. Baseado no tema apresentado dê um título para o seu mapa mental.

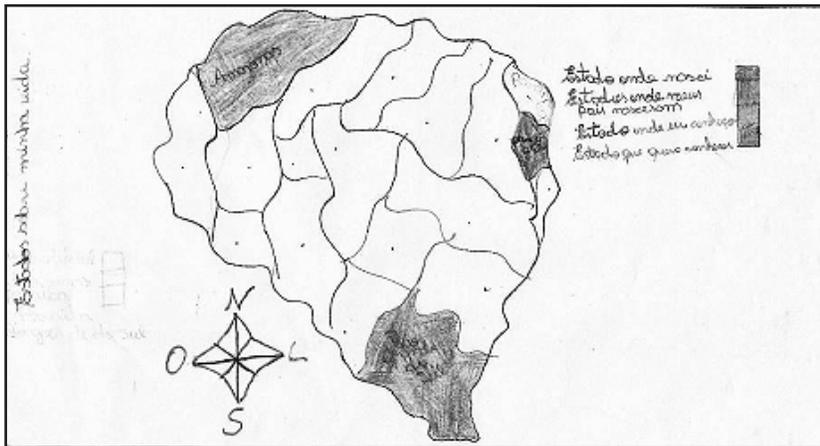
Inicialmente explicamos aos alunos a proposta dos mapas mentais e que as representações não iriam coincidir aos mapas estudados até a ocasião. Os alunos se mostraram resistentes, inicialmente. Alguns se recusaram a realizar a atividade alegando “não saber desenhar”, outros a necessidade da consulta aos mapas existentes, realizamos então um acordo: eles poderiam consultar a lista com o nome dos estados, entretanto não seria permitido a consulta a outros materiais, embora poucos os tenho utilizado. Todos aceitaram este termo.

Considerando os parâmetros para realização dos mapas mentais avaliamos-os com base em quatro critérios **as noções de percepção espacial, o uso de toponímias, noções de localização e orientação e noções de escala geográfica** dos discentes. Em decorrência da falta de alguns alunos foram desenvolvidos 21 mapas mentais, dos quais selecionaremos três para análise e interpretação sequente.

Os mapas mentais do Brasil produzidos pelos estudantes apresentam certa variação da percepção espacial de um sujeito para outro, mesmo que sua experiência com o espaço, valores e *status* social sejam semelhantes. Tuan (2012) percebe que a compreensão espacial e a composição da imagem mental é decorrente de um circuito psicológico. Encontramos no caso da atividade pedida três modelos: (1) forma próxima ao Brasil, de um balão e de um triângulo.

Entre os mapas mentais que apresentaram proximidade ao mapa existente do Brasil está o do aluno A (figura 2). Nele destacamos a localização, visto que ela constitui um dos princípios do método geográfico que possibilita apreender a manifestação de determinado fenômeno e delimitá-lo. Mas nomear e localizar fenômenos no espaço não é suficiente, é necessário selecionar as informações a serem comunicadas. Dar ênfase as experiências e conhecimentos dos alunos pode permitir avaliar os conhecimentos prévios e desenvolvidos no processo do ensino da Geografia.

Nos mapas em formato de balão notamos peculiaridades, entre elas o fator de concentricidade dos estados brasileiros, retratados em forma circulares ou de meia lua, a exemplo do mapa mental do aluno B (Figura 2).

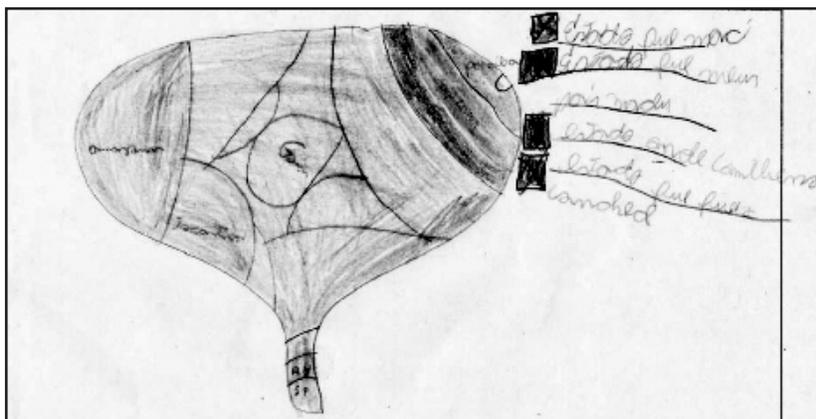
FIGURA 02: Mapa Mental do Aluno A

FONTE: Almeida (2015).

Tuan (2012, p. 65) diz que diferentes povos ao longo da história também utilizaram o parâmetro esférico para confecção de mapas existentes, a exemplo dos chineses, gregos e europeus com os “mapas O-T (*Orbis terrarum*)” e atualmente nos atlas escolares, a exemplo do mapa-múndi que “mostra todo o mundo em uma projeção que está centralizada no sul da Grã-Bretanha ou noroeste da França”.

O problema no caso do mapa mental do aluno B (Figura 3) é saber realizar o processo de “esquecimento coerente”, pois numa escala que apresenta os estados brasileiros não caberia destacar municípios, como Taperoá, ou distritos, como Galante. Retomando a explicação de Straforini (2008, p. 88) é possível destacarmos duas abordagens teórico-metodológicas em seus estudos sobre o ensino-aprendizagem em Geografia, o primeiro referente a abordagem “sintética” – da escala do lugar ao mundo – e a “analítica” que seria o processo inverso.

FIGURA 03: Mapa Mental do Aluno B



FONTE: Almeida (2015).

Segundo Straforini (2008, p. 91) qualquer umas das abordagens, sintética ou analítica, “[...] na prática pedagógica dos professores é uma total hierarquização do espaço geográfico, onde cada dimensão espacial é ensinada de forma fragmentada e independente”. Ao termino do 5º ano é fundamental que a criança compreenda a totalidade-mundo, mas, em alguns casos, resulta-se numa total desconexão entre as escalas geográficas. Isso resulta num desarranjo na identificação e diferenciação entre escalas e até mesmo nas práticas socioespaciais, como a localização de um endereço.

Por fim, entre os outros esboços que apresentaram um grau regular na apresentação dos mapas mentais, destacamos o mapa do aluno C (Figura 4). Observamos que o mapa mental apresenta um excesso de toponímias que prejudica a leitura – uso arbitrário da lista com o nome dos estados brasileiros como instrumento mediador. Podemos notar que a construção da legenda do mapa não atribuiu significado aos estados pintados de rosa ou em vermelhos deixando um sentido vago em relação aos seus significados.

que, na maioria dos casos, os alunos do 5º ano puderam demonstrar avanços no que corresponde a percepção espacial e o início de uma estruturação de imagens mentais e saberes acerca do (SEU) mundo.

Vale ressaltar que nenhuma aprendizagem é inata. Além disso, nem tudo que é ensinado é apreendido ou expresso com o mesmo valor. A imagem mental construída cognitivamente pelos alunos passam por diferentes ruídos (pragmáticos, emocionais, sociais etc.) que podem resultar em diferentes expressões, entre elas as representações cartográficas.

Observamos que durante estas práticas os alunos puderam desenvolver raciocínios que se expressaram nos mapas mentais, as leituras de mundo e também construir sua identidade ao pensarem o seu cotidiano ao regionalizarem o território nacional a partir da atividade do mapa da minha vida.

Esta atividade busca atribuir sentido e coerência aos assuntos estudados nas aulas de Geografia. Partimos do simples perceber, construindo uma análise geográfica com os alunos, ao propor o ato de: observar, comparar, sistematizar, refletir, representar e ler o espaço em diferentes escalas. Contextualizando informações pertinentes a sua vida, de onde sou? De onde são meus pais? O que conheço? O que quero conhecer? Por que? Para que?

Elas confirmam, parcialmente, nossa hipótese inicial sobre a potencialidade do mapa mental enquanto recurso que possibilita uma habilidade consciente do ato de mapear. Verificamos que ao relacionar experiências e informações trazidas pelos alunos, a maioria deles puderam atribuir sentido as atividades cotidianas no espaço geográfico.

Tomando como base as noções escolhidas para construção e análise dos mapas mentais, destacamos três coisas: (1) Lembrar que a realização das atividades é mais importante que o próprio resultado; (2) Retomar, sempre que necessário, o desenvolvimento das noções espaciais ainda não compreendidas pelos estudantes; (3) Esclarecer a importância dos conhecimentos geográficos para o presente, associando-os ao cotidiano dos discentes.

Não se pretende, com isso, apresentar receitas prontas, mas estimular outras pesquisas acadêmicas e práticas escolares. Para os estudantes e professores de Geografia ressaltamos que estas práticas não se restringem aos AIEF. O que nos leva acreditar sobre a importância de uma sistematização destes saberes para a formação universitária de professores de Geografia e Pedagogia.

Convidamos também os (as) professor (as) e sua equipe pedagógica para uma reflexão sobre os objetivos, conteúdos e metodologias pertinentes aos AIEF. Desse modo, está proposta não é fechada, acabada, acreditamos na experiência, autonomia e criatividade dos docentes para dar novos contornos as sugestões escritas, possibilitando abrir novos caminhos para utilização dos mapas mentais nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. L. R. de. **Mapas mentais para o ensino de Geografia: práticas e reflexões em uma escola de Campina Grande-PB.** 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, João Pessoa-PB, 2015.

ALMEIDA, R. D. de; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação.** 16. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação.** Tradução de LucieDidio. Brasília: Liber Livro editora, 2007.

BORBA, O. de F.; OLIVEIRA, I. J. de. A Geografia para o ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental. In: BENTO, I. P.; OLIVEIRA, K. A. T. de. (orgs.). **Formação de professores: pesquisa e prática pedagógica em geografia.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012. p. 119-137.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia.** 1º e 2º ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1997.

- CALLAI, H. C. **Aprendendo a ler o mundo:** a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, maio/ago. 2005. p. 227-247.
- CAMPOS, E.; BUITONI, M. M. S. Região e regionalização no currículo escolar. In: BUITONI, M. M. S. (org.). **Geografia: ensino fundamental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 89-110.
- CASTELLAR, S. M. V. Alfabetização em Geografia. **Espaço da escola.** Editora Unijuí. X ano. n. 37. Jul/ Set, 2000. p. 29-46.
- CAVALCANTI, L. de S. **O ensino de Geografia na escola.** 18ª ed. 2ª reimpressão. Campinas, SP: Papyrus, 2014.
- KOZEL, S. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 215-232.
- LESSAN, J. **Geografia no ensino fundamental I.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.
- MENDES, J. **Fundamentos e metodologia do ensino de geografia.** Curitiba: Editora Fael, 2010.
- OLIVEIRA, L. de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa.** 1978. 128 f. Tese (Concurso de livre docência) – Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, São Paulo, 1978.
- PINHEIRO, A. C. **Lugares de professores:** vivências, formação e práticas docentes nos anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: Porto de Ideias, 2012.
- RICHTER, D. **Raciocínio geográfico e mapas mentais:** a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio. 2010. 320 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual

Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Andréa Leandra Porto Sales

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2006), mestrado em Programa de Pós-Graduação de Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014). Atualmente é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: reestruturação urbana, centralidade urbana, estratégias locacionais do varejo, planejamento urbano, participação popular e cidade

Antônio Carlos Pinheiro

Possui graduação em Estudos Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista (1983), graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997), Doutorado em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Pós-doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2012). Foi professor da escola básica (1986-1994), do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério em Campinas (1992-1997), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1992-2002), da Universidade Federal de Goiás (graduação e pós-graduação) (2003-2007), da Universidade Federal de São Paulo (2007-2012). Atualmente é Professor Associado III do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas e da Natureza e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Áreas de atuação: Ensino de Geografia, Métodos e técnicas de ensino, Formação de professores (inicial e continuada), Educação formal e não formal.

David Luiz Rodrigues de Almeida

Professor substituto no curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), câmpus Cajazeiras, Cajazeiras - PB. Participa como professor integrante do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID/ Geografia/ UFCG. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus João Pessoa - PB. Possui mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2015) e graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), câmpus Campina Grande (2012). Participa, enquanto pesquisador, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (GEPEG) desde 2014. Realizou experiência de intercâmbio ao Laboratório de Estudos em Educação Geográfica (LEPEG) da Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2014. Atua principalmente nos seguintes temas: Educação Geográfica, Cartografia Escolar, formação de professores e currículo de Geografia.

Doralice Sátyro Maia

Graduação em Geografia (Bacharelado) na Universidade Federal da Paraíba (1986), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994); doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2000); pos-doutorado na Universidad de Barcelona (2007) e pos-doutorado Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ (2013). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora CNPq (PQ). Atua na área de Geografia e História Urbana, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia Histórica Urbana, pesquisando e/ou trabalhando principalmente sobre as seguintes temáticas: Produção do espaço, urbanização brasileira, geografia histórica urbana, morfologia urbana, cidade e cotidiano, relações cidade e campo, cidades intermediárias, cidade média e habitação.

Eduardo Rodrigues Viana de Lima

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1984), Mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1990), Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e Pós-Doutorado pela Universidad de Sevilla (Espanha-2013). Atualmente é consultor ad-hoc - Programa Ibero-Americano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, consultor 'ad hoc' da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, consultor ad-hoc do CNPq, avaliador de cursos e institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, professor Titular da Universidade Federal da Paraíba e Coordenador do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq Análise Geoambiental e Ordenamento Territorial com apoio de Geotecnologias. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: geoprocessamento, bacia hidrográfica, desertificação, sensoriamento remoto, cartografia, análise geoambiental, análise espacial e ordenamento territorial.

Eliane Souza da Silva

Atualmente é Bacharel e Licenciada em Geografia pela UFPB, especialista em Supervisão e Orientação Educacional pelo Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa CINTEP e Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) na UFPB. Possui experiência no Ensino Superior no curso de Pedagogia da UFPB no componente curricular Ensino de Geografia. É membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (GEPEG). Realiza pesquisas na área de Educação Geográfica com destaque nos temas: Formação e prática de professores e o uso das geotecnologias no Ensino de Geografia.

Guibson da Silva Lima Junior

Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2011); é Mestre em Geografia na Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente; linha de pesquisa: Educação Geográfica, pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Atualmente é professor de Educação Básica III na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e professor de Educação Básica II na Secretaria de Educação e Cultura do município de João Pessoa-PB. É supervisor do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) subprojeto Geografia/UFPB. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas ambientais urbanos, Estudos do Meio e riscos socioambientais.

Jemeffer Souza Lebrão

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialista em Análise do espaço geográfico pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB e Graduada em Licenciatura em Geografia (UESB), Membro do Centro de Estudos de Geografia e Trabalho - CEGeT; Atua no grupo de pesquisa Trabalho, mobilidade do trabalho e relação campo-cidade. Desenvolve pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Geografia urbana e relação campo-cidade, atuando principalmente nos seguintes temas: processo de urbanização; mobilidade do trabalho; Gênero; produção do espaço urbano, entre outros.

María Franco García

Graduada em Geografia pela Universidad de Santiago de Compostela (USC), Galiza, Espanha. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Atualmente é professora do Departamento de Geociências (DGEOC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT/UNESP-Presidente Prudente), Coordenadora do

CEGeT/Seção Paraíba na UFPB e membro do Grupo de Trabalho Desarrollo Rural: Estudios Críticos da CLACSO (2016-2019). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, luta pela terra, relações de gênero e trabalho.

Marina da Silva Teixeira

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB (2014). Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009). A dissertação de mestrado desenvolvida está relacionada com a área de Geografia Urbana, tratando de temáticas como redefinição da centralidade urbana, projetos de revitalização urbana, usos e apropriações de espaços públicos no centro histórico de João Pessoa - PB. Atua como professora de Geografia no Ensino Fundamental II e EJA na Escola Municipal Cônego João de Deus em João Pessoa (PB).

Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá

Possui Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2006); Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2008). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (2016) pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), com tese orientada pela professora Dra. Fania Fridman e estágio doutoral (modalidade sanduíche) realizado na Universidade de Barcelona sob orientação do professor Dr. Horácio Capel entre os meses de março e novembro de 2015. Atualmente é membro/pesquisadora do Grupo de Estudos Urbanos da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Doralice Sátyro Maia. Realiza pesquisas sobre os seguintes temas: Urbanismo; Modernidade; Reformas Urbanísticas no início do século XX; Higienismo e Sanitarismo.

Pedro Costa Guedes Vianna

Geógrafo pela UFRJ (1980), Mestre em Geografia - Conservação e Preservação de Recursos Naturais pela UFSC (1994), Doutor em Geografia Física pela USP (2002). Pós-doutorado na Université du Maine - Le Mans-França (2009-2010). Por 19 anos foi geógrafo do organismo de gestão de águas do Estado do Paraná - atual Instituto Águas Paraná. Atualmente é professor da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Tem experiência na área de Gestão dos Recursos Hídricos, com ênfase em Planejamento Integrado dos Recursos Hídricos, Conflitos pela água, Águas subterrâneas, Uso de SIG para gestão de recursos hídricos, Planejamento de bacias hidrográficas, Gestão de água em assentamentos rurais. Membro fundador do GEPAT - Grupo de Estudos e Pesquisa em Água e Território. Leciona Disciplina de CARTOGRAFIA e de Recursos Hídricos Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG (Mestrado e Doutorado) e colaborador no PRODEMA ambos na UFPB. Professor Visitante na Université du Maine - França - 2014.

EU

Este livro foi diagramado pela Editora UFPB em 2018,
utilizando a fonte Minion Pro. Impresso em papel
Offset 75 g/m² e capa em papel Triplex 250 g/m².

PARAIBA DO NORTE

PROJETO

DE

ALGUNS MELHORAMENTOS

LEGENDA

- [] QUARTIÕES HABITADOS
- [] RECUDO DE ALINHAMENTOS
- [] QUARTIÕES NOVOS

O livro foi elaborado a partir de estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Os textos apresentam resultados de pesquisas orientadas e coordenadas pelas professoras Doralice Sá-tyro Maia e María Franco García e pelo professor Antonio Carlos Pinheiro. Foram elaborados em parceria com ex-discentes e que agora integram diferentes instituições de ensino e pesquisa. Três grandes temáticas são abordadas nas pesquisas, a partir de uma perspectiva geográfica: a cidade e o urbano, o trabalho e a educação. Portanto, o conteúdo do livro tem uma amplitude que vai muito além da Geografia, interessando a campos diversos do conhecimento, tais como: História, Educação, Ciências Sociais, Urbanismo, dentre outras.

Eduardo Rodrigues Viana de Lima

ISBN 978-85-237-1323-2



9 788523 713232